UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA
GERAL

CLAUDIA SOUZA COELHO

O COMPORTAMENTO DE EPÍTETOS COM
***CONVENCER*:**
Evidência experimental sobre o sujeito nulo do português
brasileiro

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2020

CLAUDIA SOUZA COELHO

**O COMPORTAMENTO DE EPÍTETOS COM
CONVENCER:**

**Evidência experimental sobre o sujeito nulo do português
brasileiro**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Morais Nunes

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C672c Coelho, Claudia Souza
 O COMPORTAMENTO DE EPÍTETOS COM CONVENCER:
Evidência experimental sobre o sujeito nulo do
português brasileiro / Claudia Souza Coelho ;
orientador Jairo Nunes. - São Paulo, 2020.
 121 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Linguística. Área de
concentração: Semiótica e Linguística Geral.

1. Teoria de Controle por Movimento. 2. português
brasileiro. 3. epítetos. 4. experimento. 5.
convencer. I. Nunes, Jairo, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Claudia Souza Coelho

Data da defesa: 29 / 01 / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Jairo Morais Nunes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18 / 3 / 2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

COELHO, C. S. **O Comportamento de Epítetos com *Convencer*: Evidência Experimental sobre o Sujeito Nulo do Português Brasileiro.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Linguística.

Aprovada em: 29/01/2020

Banca examinadora

Profa. Dra. Cilene Aparecida Nunes Rodrigues	Instituição: PUC-Rio
Julgamento:	Assinatura:

Profa. Dra. Janayna Maria da Rocha Carvalho	Instituição: UFMG
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira	Instituição: USP
Julgamento:	Assinatura:

SUPLENTE

Profa. Dra. Mary Aizawa Kato	Instituição: UNICAMP
Julgamento:	Assinatura:

Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Moraes	Instituição: USP
Julgamento:	Assinatura:

Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão	Instituição: USP
Julgamento:	Assinatura:

À minha mãe.

*you are the person i look up to most
when i am about to shatter
i think of your strenght
and harden*

*i think you are a magician
i want to fill the rest of your days with ease
you are the hero of heroes
the god of gods*

- rupi kaur

*você é a pessoa que eu mais admiro
quando eu estou prestes a quebrar
eu penso na sua força
e na sua tenacidade
eu acho que você é uma mágica*

*eu quero encher de tranquilidade o resto
[dos seus dias
você é o herói dos heróis
a deusa das deusas*

(tradução livre)

Agradecimentos

1ºsem/2015. Eu estava muito curiosa para saber o que seria discutido na tal disciplina de Sintaxe. No primeiro dia de aula, o professor entrou na sala e eu lembrei de ter tido uma aula dele em Elementos I, uma aula super dinâmica sobre o componente genético da linguagem. A primeira pergunta que esse professor fez na primeira aula de sintaxe foi “O que significa ‘um’?”. E o resto da aula foi uma discussão sobre como “um” podia significar muitas outras coisas além de “1”. Acho que foi nesse dia que a chave da sintaxe foi ligada na minha cabeça e minha forma de olhar para um objeto linguístico (minha forma até de raciocinar, num geral) nunca mais foi a mesma. Desde essa primeira aula, houve muitas outras, assim como muitas reuniões, muitos e-mails, muitas discussões. E após cada um deles, eu sempre tive a sensação de que tinha me tornado uma linguista melhor.

Agradeço ao Jairo por ensinar com tanto entusiasmo, por estar sempre disposto a compartilhar seu conhecimento absurdo, por sempre mostrar toda a mágica da sintaxe. Por ter sempre discutido com toda a atenção e animação mesmo as minhas ideias mais equivocadas. Por sempre tentar tirar o melhor de mim, com as suas correções e sugestões sempre certas, sendo sempre compreensivo e humano ao fazer isso. Se esta dissertação tem algum acerto, com certeza, é graças ao Jairo. Eu poderia escrever uma tese em agradecimento por esses anos (e por ter aceitado me aguentar por mais alguns), mas vou resumir dizendo que se um dia eu conseguir fazer uma diferença tão grande e positiva na vida de alguém como você fez na minha, eu vou saber que estou em um caminho bem certo.

Agradeço a toda minha família, por ser a base de tudo. Por ter me ensinado *tanto*. Por sempre ter me cercado de amor e união e por nunca me deixar esquecer das coisas mais importantes dessa vida. *Esse laço nunca vai ser quebrado, esse amor nunca vai se perder.*

Agradeço à minha mãe, por ser a pessoa mais incrível do (meu) mundo; você sempre vai ser a pessoa mais inteligente e forte que eu já conheci; você sempre entende e apoia todas as minhas escolhas e não me deixa desistir dos meus sonhos e do que eu acredito, mesmo nos momentos mais difíceis; sempre teve muita certeza de que eu sou capaz de fazer qualquer coisa que eu colocar na cabeça e fica com um brilho no olhar, misturado às lágrimas, em cada conquista minha; a maior sorte e o maior orgulho da minha vida é ser sua filha. Agradeço ao meu pai, por sempre ter feito tudo para que eu pudesse ter a melhor vida possível; por ter uma fé inabalável em mim e se orgulhar por tudo que eu faço; você me ensina muito mais do que imagina, você inspira meus sonhos muito mais do que imagina. Agradeço ao meu irmão, por ter tanto orgulho da caçulinha e ter sempre se interessado tanto pelo o que eu faço, mesmo sem entender direito às vezes; por sempre me apoiar do jeito que pode e acreditar tanto no meu potencial. E à prima mais irmã que existe: *você é minha pessoa*; obrigada por ser a Meredith da minha Cristina e estar *sempre* do meu lado; seria infinitamente mais difícil continuar a pedalar se eu não tivesse você; você me faz ser corajosa! Aos meus pequenos, Vinícius e Diogo: não sei se

o mundo é bom, mas ele ficou melhor desde que vocês chegaram e começaram a explicar o mundo para mim; Dinda ama vocês.

Agradeço à Carol, por ter, literalmente, me mantido sã nos últimos anos. Por tudo que você me disse e que tem tanto poder transformador na minha vida. Especialmente, por um dia ter me dito “Você é sonho, Claudia” e ter me ajudado a concluir mais uma etapa desse sonho.

Amanda, Bruna, Cristiane, Gabriela, Raphaele, Suzanne e Thainara: “*As conexões entre mulheres são as mais temíveis, as mais problemáticas e a força mais potencialmente transformadora do planeta.*” (Adrienne Rich). Tenho muita sorte por ter vocês! Vocês têm me fortalecido e me inspirado muito mais do que imaginam ao longo de todos esses anos de amizade. Obrigada por **tanto**.

Agradeço aos meus amigos da graduação, por terem feito aqueles cinco anos mais leves e divertidos, por terem dividido tantas experiências e aprendizados comigo. Nossa casa caiu em Introdução ao Latim I, mas continuamos firmes e fortes! Em especial, obrigada, Bella, eu não sei o que seria de mim sem você me tirando da minha zona de conforto, aguentando meus surtos (profissionais ou pessoais) e sendo minha roommate no prédio da Letras. Obrigada, Julia, por ter uma paciência infinita comigo, por ser exatamente do jeito que você é. Obrigada, Lucas, por ser um porto-seguro por todos esses anos, mesmo em tempos de distância, por me entender e me ver de uma forma que sempre me deixa sem palavras e por ter feito da sua casa a minha todas as vezes em que eu precisei.

Obrigada aos amigos da pós-graduação, por tornarem a convivência acadêmica tão agradável e sempre serem um conforto em meio às sagas que enfrentamos. Em especial, obrigada, Jessica e Luiz Fernando, pela companhia, pelas risadas, por estarem sempre dispostos a me ajudar e a traduzir cálculos semânticos para mim. Obrigada, Wendel, Wellington e Maria Eugênia pelos bandejões, pelas conversas sem sentido e por todas aquelas com muito, muito sentido. Obrigada, Juliana, pelas cervejas e conversas. Obrigada, Raíssa, por ser uma inspiração constante para mim. Obrigada, Tarcísio, pelas histórias para contar e por todas as discussões sintáticas sempre regadas a café ou cerveja (saudades!). Obrigada, Verônica, por ter, tão gentilmente, me ajudado a encontrar participantes para o meu experimento. Obrigada, Valéria, pela amizade que começou ainda na graduação e que a pós continuou a nutrir, mesmo que tenhamos ido para áreas diferentes.

Obrigada ao grupo Minimalismo e Teoria da Gramática. Em especial, obrigada, Rosi, por salvar a minha vida quase que diariamente. Você sabe que eu quero ser como você quando eu crescer. Obrigada, Leticia, por toda a parceria, mesmo que agora você esteja em novas aventuras. Ter sua companhia ajudou a transformar desafios em experiências inesquecíveis e aprendizado. Obrigada, Janayna, por ter me ensinado a necessidade do equilíbrio na convivência acadêmica, por sempre tornar melhor tudo aquilo que você toca (meu projeto de mestrado que o diga!), por todos os conselhos de ouro, por toda a paixão e cuidado com que você sempre se empenhou em ajudar na nossa formação e por ser sempre uma inspiração.

Agradeço a toda a comissão organizadora do XXI Enapol, vocês me ensinaram muita coisa sobre trabalho em equipe. Em especial, obrigada, Aline. Apreendi muito sobre comprometimento com você. Obrigada pela inesquecível João Pessoa também.

Agradeço ao Fernando, por ter entendido a loucura dos meus horários e não ter desistido de me ensinar francês (e ter me feito gostar!). Agradeço à Gabriela, por ser sempre um raiozinho de Sol na minha vida e torná-la mais leve. Vinícius e Pedro, obrigada por todos esses anos de amizade e por terem uma habilidade invejável de me tirar do sério (e de me ajudar a não surtar nessa loucura da vida).

Agradeço aos professores Livia Oushiro e Andrés Saab por terem discutido meu trabalho com muita atenção e entusiasmo em todas as oportunidades.

Agradeço à professora Cilene por ter aceitado fazer parte da minha banca de qualificação e por ter dado direções preciosas.

Agradeço a tudo que o DL me propiciou desde a graduação e ainda mais intensamente na pós. Obrigada, Érica, por ter salvado minha vida mais vezes do que posso contar e obrigada, Robson (e Denise). Agradeço a todos os professores com quem tive aula durante a graduação e durante a pós-graduação, cursos que sempre me lembravam da razão do meu amor por Linguística. Em especial, obrigada, professor Marcelo Ferreira; seus cursos de Elementos I e II foram decisivos para que eu decidisse ir para a habilitação em Linguística; obrigada por dispor do seu tempo para me ajudar e por sempre ter sugestões pertinentes e certeiras. Obrigada, professora Luciana Storto, seu curso me ensinou novas formas de olhar para as coisas. Obrigada, professora Ana Paula Scher, por tornar as discussões da Morfologia Distribuída acessíveis para mim da forma mais atenciosa possível, me ensinando muito além do conteúdo, e por se dispor a discutir as minhas ideias e dar contribuições valiosíssimas; aprendi muito com você! Obrigada, professora Esmeralda Negrão, pelo seu curso que fiz ainda na graduação e que me abriu as portas de várias discussões; por sempre dispor do seu tempo para discutir as minhas ideias; por uma supervisão de estágio que me ensinou muito mais do que eu poderia desejar; ter a oportunidade de conviver com seu dia-a-dia na sala de aula e no “por trás das câmeras” foi uma experiência de valor indescritível e minha admiração por você é gigante.

Agradeço à professora Cilene, à professora Janayna, ao professor Marcelo, à professora Mary, à professora Maria Aparecida e à professora Esmeralda por terem aceitado participar da minha banca.

Agradeço à coautora desta dissertação, Minnie, que sempre me acompanhava durante a escrita – deitada no meu colo ou na minha mesa – e me lembrava de que era hora de descansar quando se sentava sobre o computador ou derrubava meus materiais no chão.

Por fim, agradeço à Fapesp pelo apoio financeiro a esta dissertação, processo 2018/01470-4.

Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.

Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

Resumo

COELHO, C. S. **O Comportamento de Epítetos com *Convencer*: Evidência Experimental sobre o Sujeito Nulo do Português Brasileiro.** Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2020.

Asumindo a Teoria de Controle por Movimento (Hornstein 1999, 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010) e a sua extensão para os sujeitos nulos do português brasileiro (Ferreira 2000, Rodrigues 2004), esta dissertação investiga experimentalmente o comportamento de epítetos em orações finitas associadas ao verbo *convencer*. Na literatura, há controvérsia sobre tal comportamento (Ferreira 2000, Rodrigues 2004, Modesto 2000, 2011, Nunes 2013, 2019), com consequências diretas para uma análise em termos de movimento para os sujeitos nulos.

Nossos resultados apontam que os epítetos são sensíveis às relações de c-comando relevantes para a discussão em torno das sentenças com *convencer* e quanto ao estatuto da oração finita associada a esse verbo, mostramos que o objeto da matriz nessas sentenças pode ser o antecedente de um epíteto encaixado, se comportando como o objeto da matriz de sentenças com orações adjuntas e de forma oposta ao das sentenças com *convencer* e oração infinitiva. Dessa forma, defendemos que os resultados obtidos estão de acordo com a proposta de Rodrigues (2004) de que essa oração finita ocupa uma posição estrutural de adjunto e, indiretamente, de acordo com uma análise dos sujeitos nulos do português brasileiro em termos de movimento.

palavras-chave: Teoria de Controle por Movimento; sujeitos nulos; português brasileiro; epítetos; experimento; *convencer*

Abstract

COELHO, C. S. **The Behavior of Epithets in *Convencer*-Sentences: Experimental Evidence regarding Null Subjects in Brazilian Portuguese.** Master's Dissertation. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2020.

Assuming the Movement Theory of Control (Hornstein 1999, 2001, Boeckx, Hornstein and Nunes 2010) and its extension to null subjects in Brazilian Portuguese (Ferreira 2000, Rodrigues 2004), this thesis experimentally investigates the interpretation of epithets in finite embedded clauses associated with verbs like *convencer* ‘convince’ in Brazilian Portuguese. There is some controversy in the literature regarding the possibilities for intra-sentential coreference available to epithets in this configuration (Ferreira 2000, Rodrigues 2004, Modesto 2000, 2011, Nunes 2013, 2019), with direct implications for the analysis of null subjects in Brazilian Portuguese in terms of movement. Our experimental results show that (i) an epithet in this configuration may take the matrix object as its antecedent if the clause associated with *convencer* is finite, but not if it is infinitival; and (ii) an epithet immediately dominated by an adjunct clause may take the matrix object for its antecedent. Put together, these results provide direct evidence for Rodrigues’ (2004) proposal that the finite clause associated with *convencer* is an adjunct of sorts and further support to the movement analysis of null subjects in Brazilian Portuguese.

key-words: Movement Theory of Control; null subjects; Brazilian Portuguese; epithets; experiment; *convencer* ‘convince’

Lista de figuras

Capítulo 3

- Figura 1. Desenhos dos quatro personagens que foram expostos aos participantes durante a aplicação do experimento.....33
- Figura 2. Print da tela do experimento.....35
- Figura 3. Parte do formulário impresso em que a sentença de Modesto (2011) era apresentada aos participantes.....52

Capítulo 4

- Figura 1. Contrastes baseados em c-comando.....87

Capítulo 5

- Figura 1. Contrastes baseados em c-comando.....91

Lista de gráficos

Capítulo 3

Gráfico 1. Respostas para o sujeito da matriz para cada estímulo com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	39
Gráfico 2. Respostas para o objeto da matriz para cada estímulo com <i>convencer</i> e oração finita.....	39
Gráfico 3. Respostas quando o argumento testado era o sujeito da matriz.....	41
Gráfico 4. Respostas para o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	41
Gráfico 5. Tipos de resposta para o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	42
Gráfico 6. Respostas para o objeto da matriz por tipo de sentença.....	44
Gráfico 7. Tipos de resposta para o objeto da matriz por tipo de sentença.....	45
Gráfico 8. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com sujeito da matriz nas sentenças com oração adjunta.....	46
Gráfico 9. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	46
Gráfico 10. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	47
Gráfico 11. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o objeto da matriz nas sentenças com oração adjunta.....	48
Gráfico 12. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o objeto da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	48
Gráfico 13. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o objeto da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	48
Gráfico 14. Respostas para a sentença de Modesto (2011).....	53

Lista de tabelas

Capítulo 1

Tabela 1. Paradigma de concordância verbal em PB (coloquial) (Nunes 2008:87).....	15
Tabela 2. Realização da forma verbal quando temos um T ϕ -incompleto na derivação (Nunes 2008:88).....	15

Capítulo 3

Tabela 1. Exemplos de cada condição do experimento.....	36
Tabela 2. Respostas quando o argumento testado era o sujeito da matriz.....	40
Tabela 3. Respostas para o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	41
Tabela 4. Tipos de resposta para o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	42
Tabela 5. Respostas para o objeto da matriz por tipo de sentença.....	44
Tabela 6. Tipos de resposta para o objeto da matriz por tipo de sentença.....	45
Tabela 7. Comportamento dos participantes para a correferência com o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	47
Tabela 8. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz por tipo de sentença.....	49
Tabela 9. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença (recusando a correferência intrassentencial) por tipo de sentença.....	49
Tabela 10. Resumo do melhor modelo de efeitos mistos.....	50
Tabela 11. Respostas para a sentença de Modesto (2011).....	53
Tabela 12. Respostas para o objeto da matriz para as sentenças com oração adjunta.....	54
Tabela 13. Tipos de resposta para o objeto da matriz para as sentenças com oração adjunta.....	54
Tabela 14. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz para as sentenças com oração adjunta.....	55
Tabela 15. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com oração adjunta para cada argumento.....	55
Tabela 16. Respostas para o objeto da matriz para as sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	56

Tabela 17. Tipos de resposta para o objeto da matriz para as sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	56
Tabela 18. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz para as sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	57
Tabela 19. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com <i>convencer</i> e oração finita para cada argumento.....	57
Tabela 20. Respostas para o objeto da matriz para as sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	58
Tabela 21. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz para as sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	58
Tabela 22. Tipos de resposta para o objeto da matriz para as sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	59
Tabela 23. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva para cada argumento.....	60
Tabela 24. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o objeto da matriz para cada tipo de sentença.....	61
Tabela 25. Respostas para a sentença de Modesto (2011).....	62
Tabela 26. Respostas para o objeto da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	64
Tabela 27. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o objeto da matriz para cada tipo de sentença.....	65
Tabela 28. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com <i>convencer</i> e oração finita para cada argumento.....	65

Capítulo 4

Tabela 1. Respostas para o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	82
Tabela 2. Comportamento dos participantes para a correferência com o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	83
Tabela 3. Tipos de resposta para o sujeito da matriz por tipo de sentença.....	84
Tabela 4. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o sujeito da matriz para cada tipo de sentença.....	85
Tabela 5. Antecedentes que c-comandam o epíteto e o julgamento para a correferência.....	86

Capítulo 5

Tabela 1. Antecedentes que c-comandam o epíteto e o julgamento para a correferência.....	90
Tabela 2. Respostas para o objeto da matriz das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita e das sentenças com oração adjunta.....	92

Tabela 3. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o objeto da matriz para cada tipo de sentença.....	92
Tabela 4. Tipos de resposta para o sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	93
Tabela 5. Respostas para a sentença de Modesto (2011).....	93
Tabela 6. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com <i>convencer</i> e oração finita para cada argumento.....	93

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Pressupostos Teóricos.....	7
1. Introdução.....	7
2. O Programa Minimalista e a Teoria de Controle por Movimento.....	7
2.1. “Princípio do Pato”.....	8
3. Sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa em PB são controlados.....	10
4. Controle finito em PB.....	11
5. Hiperalçamento em PB como evidência para a proposta de Ferreira (2000).....	16
6. Resumindo.....	16
Capítulo 2: Questões empíricas: as sentenças com <i>convencer</i>.....	18
1. Introdução.....	18
2. A (aparente) violação de minimalidade apontada por Modesto (2000).....	18
3. A proposta de Rodrigues (2000, 2004).....	20
4. A controvérsia em torno da evidência baseada em epítetos.....	22
5. <i>Convencer</i> e oração infinitiva.....	24
6. Objetivos da dissertação.....	25
7. Resumindo.....	26
Capítulo 3: O experimento.....	27
1. Introdução.....	27
2. Questões na elaboração de um experimento com epítetos.....	27
3. Design do experimento.....	29
4. Materiais.....	36
5. Participantes.....	38
6. Resultados.....	38
6.1. A amostra final.....	38
6.2. Sujeitos.....	39

6.3. Objetos.....	43
6.4. Participantes.....	46
6.5. Sujeito da matriz vs. objeto da matriz por tipo de sentença.....	49
6.6. Modelo de efeitos mistos.....	50
6.7. A sentença de Modesto (2011).....	52
7. Discussão.....	53
7.1. Sentenças com orações adjuntas.....	54
7.2. Sentenças com <i>convencer</i> e oração finita.....	56
7.3. Sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva.....	58
7.4. Comparando os objetos dos três tipos de sentença.....	60
7.5. A sentença de Modesto (2011).....	61
7.6. Coelho, Nunes e Santos (2018).....	62
8. Conclusões.....	64
Capítulo 4: A sensibilidade estrutural dos epítetos.....	68
1. Introdução.....	68
2. Lasnik (1976) e Lasnik (1989).....	69
3. “Restrição de Antilogoforicidade”.....	74
4. “Restrição do Anti-Juiz”.....	76
5. A proposta de Johnson (2019).....	80
6. O comportamento dos epítetos no nosso experimento.....	81
6.1. O caso dos sujeitos.....	82
6.2. A sensibilidade dos epítetos a configurações de c-comando.....	85
6.3. Resumindo.....	88
7. Conclusões.....	89
Capítulo 5: Conclusões Finais.....	90
Referências Bibliográficas.....	95
Anexos.....	100
Anexo 1: Estímulos do experimento.....	100
Anexo 2: Formulário preenchido pelos participantes ao fim do experimento.....	103

Introdução

Dentro da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981), o parâmetro pro-drop é comumente associado à morfologia da língua: se a língua tem uma morfologia de concordância verbal rica, é capaz de licenciar uma categoria nula na posição de sujeito em orações finitas (cf. Taraldsen 1980, Chomsky 1981, entre outros). Nessa perspectiva, o português brasileiro (doravante PB) não pode ser caracterizado como uma língua pro-drop consistente. A sentença em (1a) abaixo mostra que um sujeito nulo de 3ª pessoa na oração matriz recebe uma interpretação indefinida. (1b), por sua vez, mostra que, quando não assumem uma interpretação indefinida, sujeitos nulos de 3ª pessoa são possíveis em orações encaixadas, mas remetem, obrigatoriamente, a um antecedente na sentença.¹ Essas restrições são inesperadas se esses elementos se comportassem como qualquer outro pronome do PB ou como os pronomes nulos de outras línguas românicas, como o espanhol e o português europeu.

- (1) a. Aqui conserta sapato.
b. O João₁ disse que *ec*_{1/*2} vai viajar.

Kato (1999) identifica similaridades do comportamento apresentado em (1) com o “*prodrop* controlado” de Sigurðsson's (1994). Propondo a eliminação de *pro* como uma categoria independente, Kato reanalisa os sujeitos nulos de 3ª pessoa do PB como envolvendo PRO. Quando não tem um antecedente, como em (1a), esse PRO recebe uma leitura arbitrária. Em (1b), esse PRO recebe uma leitura anafórica em relação ao DP que o c-comanda.

¹ Uma leitura indefinida também pode ser possível quando o sujeito nulo ocorre em uma oração encaixada. Essa possibilidade causa a ambiguidade de uma sentença como (i) abaixo, que pode receber duas interpretações: (a) o João é o vendedor do doce (leitura referencial), (b) alguém vende doce naquela loja (leitura indefinida). Uma discussão da leitura indefinida está além do escopo deste trabalho (ver Carvalho 2016 para uma discussão detalhada).

(i) O João disse que *ec* vende doce nesta loja.

Reinterpretando a análise de Kato (1999) em termos da Teoria de Controle por Movimento (Hornstein 1999, 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010), Ferreira (2000) e Rodrigues (2000, 2004) propõem que o sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB é uma cópia apagada (i.e., um vestígio) de um DP que se move para uma posição-A na oração subordinante, por não pôde receber Caso em sua oração, devido ao enfraquecimento da morfologia de concordância verbal do PB (cf. Galves 1993, Duarte 1993, 1995, entre outros). Assim, como demonstramos em (2) abaixo, em uma sentença como (1b), *o João* entra na derivação na oração encaixada, mas não pode ter seu Caso checado nessa oração (ver Ferreira 2000, Rodrigues 2000, 2004 e o Capítulo 1 para detalhes). *O João* se move, então, para receber o papel temático de argumento externo do verbo *disse* e depois para a posição de Spec,TP, onde pode checar seu Caso.

- (2) a. [TP O João [VP ~~o João~~ disse [CP que ~~o João~~ vai viajar]]]
 ↑ | ↑ |

Modesto (2000) aponta um potencial problema empírico para uma análise dos sujeitos nulos do PB em termos de movimento, com base em sentenças com o verbo *convencer*. Em (3), por exemplo, o sujeito nulo é interpretado como o objeto da oração matriz em (3a), mas como o sujeito da matriz em (3b).

- (3) a. O João₁ convenceu a Maria₂ [a *ec*_{2/*1} sair]
 b. O João₁ convenceu a Maria₂ [que *ec*_{1/*2} tinha que sair]

Modesto (2000, 2011) aponta que se o sujeito nulo de (3b) for a cópia de um DP que sofreu movimento-A, deveria se comportar como em (3a) e ter como antecedente, obrigatoriamente, o objeto da oração matriz, já que esse é o antecedente mais próximo. O movimento desse DP para a posição de argumento externo da oração matriz violaria minimalidade ao cruzar o DP *a Maria* na posição de objeto, como esquematizado em (4b) abaixo.

Defendendo uma análise em termos de movimento, Rodrigues (2000, 2004) propõe que as estruturas das sentenças em (3) são, na verdade, diferentes: a oração subordinada finita de (3b) não ocuparia uma posição estrutural de complemento, como em (4b), mas de adjunto; o sujeito nulo nessas sentenças estaria se comportando, então, como o esperado em uma instância de controle de adjunto (Hornstein 1999, 2001), tomando o sujeito e não o objeto da oração subordinante como seu antecedente. A derivação de uma sentença como (3b) seria como esquematizado em (5) abaixo. No passo (5c), *a Maria* entra na derivação como objeto do verbo *convencer*, assumindo que o merge desse DP é mais econômico do que o movimento do DP *o João* (Chomsky 1995). Em (5e), *o João* se move lateralmente (Nunes 2001, 2004) para a posição de argumento externo de *convencer*. Crucialmente, nessa etapa da derivação, *L* ainda não é um adjunto, pois ainda não se concatenou à oração que será a matriz. Finalmente, depois da adjunção do CP ao vP da matriz, *o João* se move para a posição de sujeito da oração matriz, resultando na estrutura em (5f) e derivando a interpretação do sujeito nulo da encaixada como sendo correferente ao sujeito da matriz.

(5) a. N = { o_1 , $João_1$, a_1 , $Maria_1$, $convenceu_1$, $tinha_1$, que_2 , $sair_1$ }

b. N = { a_1 , $Maria_1$, ...}

K = convenceu

L = [_{CP} que [o João] tinha que sair]

c. Merge over Move:

K' = [_{VP} convenceu a Maria]

L = [_{CP} que [o João] tinha que sair]

d. $K'' = [_{VP} [_{v'} \text{convenceu-}v] [_{VP} \text{convenceu a Maria}]]$

$L = [_{CP} \text{que [o João] tinha que sair}]$

e. Movimento lateral de *o João*:

$K''' = [_{VP} [\text{o João}] [_{v'} \text{convenceu-}v] [_{VP} \text{convenceu a Maria}]]$

$L = [_{CP} \text{que } \cancel{\text{[o João]}} \text{ tinha que sair}]$

Entretanto, sentenças que podem favorecer ou desfavorecer a proposta de Rodrigues (2000, 2004) têm recebido julgamentos conflitantes na literatura. Um dos pontos de conflito de julgamento diz respeito ao comportamento de epítetos em orações finitas associadas a *convencer*. Seguindo o Princípio C da Teoria de Ligação (Chomsky 1981), uma expressão referencial não pode ser correferente a um DP que a c-comanda de uma posição-A na estrutura sintática. Assumindo que epítetos obedecem ao Princípio C, Ferreira (2000:39) apresenta a sentença (6) abaixo como evidência do comportamento de adjunto da oração finita, pois afirma que é possível a correferência entre o epíteto encaixado e o objeto da oração matriz, o que, por sua vez, indicaria que o objeto não c-comanda o epíteto (cf. (5f)).

(6) O João convenceu a Maria₁ [(de) que a idiota₁ deveria assaltar um banco]

Modesto (2011), no entanto, questiona a validade desse argumento, afirmando que em (7) abaixo, o epíteto na oração encaixada, *o desgraçado*, pode ter como referente o sujeito da oração matriz, *o Maluf*, que presumivelmente o c-comanda e, portanto, a correferência entres eles não deveria ser possível; além disso, segundo o julgamento de Modesto, a correferência entre o sujeito nulo e o objeto é ??.

(7) O Maluf₁ convenceu o Diogo₂ [que o desgraçado_{1/??2/3} era o melhor candidato]

Considerando o conflito de julgamentos em (6) e (7), esta dissertação tem por objetivo estabelecer em bases experimentais qual é o comportamento de epítetos em sentenças com *convencer*. Formulamos um experimento em que os participantes eram apresentados a um contexto envolvendo quatro personagens. Depois, os participantes eram expostos a áudios de sentenças com um epíteto encaixado e uma potencial correferência com:

- (i) o objeto da matriz em sentenças com *convencer* e uma oração finita;
- (ii) o sujeito da matriz em sentenças com *convencer* e uma oração finita;
- (iii) o objeto da matriz em sentenças com *convencer* e uma oração infinitiva;
- (iv) o sujeito da matriz em sentenças com *convencer* e uma oração infinitiva;
- (v) o objeto da matriz em sentenças com oração adjunta;
- (vi) o sujeito da matriz em sentenças com oração adjunta.

Após ouvir cada estímulo, os participantes deveriam indicar se aceitavam uma correferência intrassentencial do epíteto, apenas uma correferência extrassentencial ou ambas.

Nossa hipótese inicial é que a interpretação dada aos epítetos pelos participantes do experimento é sensível às relações de c-comando relevantes para a discussão em torno de *convencer* e, assim, pode contribuir para esclarecer o estatuto da oração finita associada a esse verbo e, indiretamente, o estatuto dos sujeitos nulos do PB. Em particular, assumindo que epítetos em PB estão sujeitos ao Princípio C, a previsão é que a correferência intrassentencial vai ser recusada nos estímulos do tipo (ii), (iv) e (vi), pois os sujeitos da matriz c-comandam o epíteto. Em relação à proposta de Rodrigues (2000, 2004), se as orações finitas associadas a *convencer* ocuparem uma posição estrutural de adjunto (cf. (5f)), o objeto da matriz não c-comanda o epíteto encaixado e a correferência intrassentencial será permitida em (i), assim como também deve ser permitida em (v). Se essas orações finitas, na verdade, são complementos canônicos, o objeto da matriz c-comanda o epíteto encaixado e deve haver uma preferência pela correferência extrassentencial, assim como esperamos que aconteça em (iii), pois assumimos que as sentenças com *convencer* e oração infinitiva têm uma estrutura de complementação (cf. (4a)) e o objeto da matriz c-comanda o epíteto.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no Capítulo 1, apresentamos nossos pressupostos teóricos, a Teoria de Controle por Movimento e sua extensão para os sujeitos nulos do PB. No Capítulo 2, discutimos as questões empíricas baseadas em *convencer* levantadas para análises do sujeito nulo do PB em termos de movimento, em especial, o comportamento dos epítetos nas sentenças com esse verbo. No Capítulo 3, apresentamos e discutimos o experimento que aplicamos e os resultados que podem ajudar a esclarecer a estrutura das sentenças com *convencer*. No Capítulo 4, apresentamos algumas das análises existentes para os epítetos, defendemos que esses elementos apresentam sensibilidade a configurações de c-comando e retomamos e concluimos a discussão em torno do verbo *convencer*. Por fim, o Capítulo 5 encerra a dissertação com as conclusões finais.

CAPÍTULO 1

Pressupostos Teóricos

1. Introdução

As análises desta dissertação estão inseridas no quadro teórico do Programa Minimalista (Chomsky 1995), doravante *PM*, e assumem a Teoria de Controle por Movimento (Hornstein 1999, 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010) doravante *TCM*. O primeiro objetivo deste capítulo é apresentar as propriedades básicas da *TCM* e como essas propriedades estão de acordo com as principais bases minimalistas. Em seguida, apresentaremos a proposta de Kato (1999) de que as construções de sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB envolvem PRO ao invés de *pro* e como Ferreira (2000) reanalisa essa proposta nos termos da *TCM*.

2. O Programa Minimalista e a Teoria de Controle por Movimento

Com o nível de adequação descritiva alcançado por modelos anteriores de análises da Gramática Universal, principalmente pela Teoria de Regência e Ligação (Chomsky 1981), o PM se propõe a ser uma aplicação concreta dos critérios de elegância e parcimônia a essas análises, sendo regido pelas noções de *economia metodológica* e *economia substantiva*. A primeira dessas noções subjaz às investigações científicas de qualquer área do conhecimento; a segunda é a ideia de que o design da Gramática em si é elegante e parcimonioso.

Tendo esse ideal de economia como norteador, uma das principais inovações do PM foi eliminar os dois níveis de representação gramatical da Teoria de Regência e Ligação que não eram níveis de interface com os sistemas Conceptual-Intencional e Articulatório-Perceptual: a Estrutura-D e a Estrutura-S. Em particular, com a eliminação da Estrutura-D, a inserção dos itens lexicais é função da operação “merge” e aplicações de merge podem ser intercaladas com aplicações de movimento no decorrer de uma derivação. Em relação à operação de movimento, a Condição de Inclusividade (Chomsky 1995) levou à eliminação dos vestígios e à sua reinterpretação em termos de cópia e merge.

Assumindo que a cópia de um objeto sintático pode participar de relações sintáticas que são licenciadas por merge, como checagem de Caso, de traços- ϕ e de EPP, a TCM propõe que uma cópia também pode ser capaz de participar de relações temáticas, visto que essas relações também são licenciadas por merge.² Dessa forma, a TCM assume que papéis temáticos são traços formais,³ capazes de desencadear a cópia de um elemento e de serem licenciados por essa cópia.

Tendo isso em conta, na derivação de uma sentença como (1) abaixo, segundo a TCM, o papel temático de “tentador” pode ser atribuído a *o João* depois de esse elemento ser copiado da posição de sujeito da oração encaixada e sua cópia ser inserida na derivação como argumento externo de *tentar*, como esquematizado simplificadaamente em (2).⁴

(1) O João tentou beijar a Maria.

(2) a. [o João [T [o João [v [beijar a Maria]]]]]

b. [tentou [C [o João [T o João [v [beijar a Maria]]]]]]]

c. [o João [v [tentou [C [o João [T [o João [v [beijar a Maria]]]]]]]]]

d. [o João [T [~~o João~~ [v [tentou [C [~~o João~~ [T [~~o João~~ [v [beijar a Maria]]]]]]]]]]]]]

Em suma, com a eliminação da Estrutura-D e dos vestígios e com a possibilidade de intercalar operações de merge e de movimento e esta última operação sendo reinterpretada como cópia + merge, a TCM defende que, dentro do quadro do PM, construções de controle obrigatório devem ser analisadas como uma dependência criada a partir de movimento.

2.1. “Princípio do Pato”

Além de defender a possibilidade de atribuição de papel temático à cópia de um DP no PM, a TCM também mostra que construções de controle obrigatório apresentam todos os

² Chomsky (2004) diferencia a operação merge que faz parte da operação de movimento como “internal merge” e a que não faz como “external merge”. Além disso, propõe que todas as relações temáticas devem ser satisfeitas via “external merge”. Assim, a eliminação da Estrutura-D não acarretaria necessariamente movimento para posições temáticas. Entretanto, a TCM defende que fazer essa diferenciação é reter algo da Estrutura-D e que qualquer modelo que elimine *realmente* essa estrutura deve ver com bons olhos a TCM.

³ Também o assumem Bosković 1994, Nunes 1995, Lasnik 1995, Bosković e Takahashi 1998.

⁴ Para uma discussão detalhada sobre como acontece o apagamento de cópias, cf. Nunes 1995, 1999, 2004, 2011.

diagnósticos analisados como diagnósticos de movimento: sintaticamente, a necessidade de um antecedente para o *controllee* (cf. (3a)) que o c-comande (cf. (3b)) e seja local (cf. (3c)); em relação à interpretação, a restrição a uma leitura *sloppy* em elipses do VP (cf. (3d)), a uma leitura *de se* em cenários do tipo “soldado infeliz” (cf. (3e)) e a uma leitura de variável quando o antecedente está associado a *only* (cf. (3f)).

- (3) a. *It was expected [*ec* to shave himself]
- b. *John₁’s campaign expects [*ec*₁ to shave himself]
- c. *John₁ thinks that it was expected [*ec*₁ to shave himself]
- d. John₁ expects *ec*₁ to win and Bill₂ does too (‘and Bill expects himself to win’, *não* ‘and Bill expects John to win’).
- e. [The unfortunate]₁ expects *ec*₁ to get a medal (só é possível se o infeliz tem consciência de quem ele é e espera que ele mesmo ganhe a medalha).
- f. [Only Churchill]₁ remembers *ec*₁ giving the ‘Blood, Sweat, and Tears’ speech (‘Only Churchill is such that he remembers himself giving the BST speech’, *não* ‘Only Churchill remembers that Churchill gave the BST speech’).

(adaptado de Boeckx, Hornstein e Nunes 2010)

Visto o comportamento apresentado em (3) e seguindo o “Princípio do Pato” em (4) abaixo, a TCM propõe que o PRO controlado da Teoria de Regência e Ligação é, na verdade, a cópia de um DP que sofreu movimento-A.

- (4) *Princípio do Pato*: se algo anda, fala e defeca como um pato, a posição *default* é que esse algo é um pato: i.e., se as construções α e β têm as mesmas propriedades, a gramática deve gerá-las da mesma forma.

(Hornstein e Nunes 2014)

Assim, a diferença entre a derivação de uma sentença com alçamento (cf. (5a)) e de uma sentença com controle obrigatório (cf. (5b)) seria que na primeira, o movimento do DP é para uma posição não-temática, enquanto na segunda, é para uma posição temática.

- (5) a. O João parece ter beijado a Maria.
b. O João tentou beijar a Maria.

Como Boeckx, Hornstein e Nunes (2013) apontam, desde a introdução da Teoria de Caso na Teoria de Regência e Ligação, a assunção padrão é que Ts finitos são ϕ -completos e Ts não-finitos são ϕ -incompletos. Assim, assumindo a TCM, o movimento de *o João* a partir da oração encaixada é permitido em ambas as sentenças em (5), pois seu T não-finito seria defectivo, ϕ -incompleto, e não checaria o Caso do DP, o qual só pode ser checado pelo T finito da oração matriz, ϕ -completo. Ou seja, dentro do quadro da TCM, o movimento de *o João* não só permite a atribuição do papel temático de argumento externo de *tentar* em (5b), como também possibilita o licenciamento desse DP, o qual não poderia ter seu traço de Caso checado na oração encaixada.

Resumindo, a TCM mostra como a dependência das construções de controle obrigatório não só apresenta propriedades características de movimento, como gera as mesmas restrições de interpretação de dependências criadas por movimento. Assim, seguindo o Princípio do Pato, se controle obrigatório tem o comportamento de movimento, a hipótese nula é que controle obrigatório é gerado por movimento.

3. Sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa em PB são controlados

Kato (1999) discute a literatura e os dados sobre sujeitos nulos e quanto ao PB, mostra que os sujeitos de 1ª, 2ª e 3ª pessoa tendem a não ser nulos (cf. (6a), (6b) e (6c)), mas essa língua ainda possui expletivos nulos (cf. (6d) e (6d')), um "pronome nulo ligado" (cf. (6e)), um "*pro* arbitrário" (cf. (6f) e (6f')) e um "*pro* anafórico" (cf. (6g)).

- (6) a. *(Eu) como pizza.
b. *(Você) come pizza.
c. *(Ele) come pizza.
d. 'Tá chovendo.
d'. Tem novidade.
e. Ninguém acha que é estúpido.
f. Aqui pode fumar.
f'. Aqui conserta sapato.
g. O João disse que comprou um carro.

Relevantes aqui são os casos do “*pro* arbitrário” em (6f, 6f’) e do “*pro* anafórico” em (6g). Kato (1999) aponta que o “*pro* anafórico” se comporta como um “*prodrop* controlado”,⁵ um dos argumentos nulos identificados por Sigurðsson’s (1994), pois precisa ser coindexado a um DP que o c-comande e só pode ocorrer como sujeito de orações subordinadas. Intencionando eliminar *pro* como uma categoria independente e partindo da demonstração de Huang (1989) e Borer (1989) de que um “*pro* controlado” apresenta muitas similaridades com o PRO, Kato propõe que o sujeito nulo de 3ª pessoa do PB envolve PRO. Assim, (7a) (= (6f’)), que recebe uma leitura arbitrária, tem a estrutura em (7a’) e (7b), que recebe uma leitura referencial, tem a estrutura em (7b’).

(7) a. Aqui conserta sapato.

a’. [PRO₁ [aqui conserta-Ø₁ sapato]]

b. O Pedro disse que conserta sapatos.

b’. O Pedro₁ disse que [PRO₁ [conserta-Ø₁ sapatos]]

Nas estruturas acima, PRO liga um morfema Agr zero de 3ª pessoa; esse Agr tem um status pronominal e é o sujeito de sua oração; PRO é um pronome forte que redobra esse sujeito na projeção ΣP^6 e recebe uma leitura arbitrária em (7a) por não estar ligado a um DP que o comanda e por ter traços- ϕ subespecificados. Em (7b), esse PRO é interpretado anaforicamente em relação ao DP que o c-comanda.

Em suma, Kato (1999) busca eliminar *pro* como uma categoria independente e, ao identificar as similaridades que o sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB possui em relação ao “*prodrop* controlado”, propõe que os sujeitos nulos de 3ª pessoa do PB são instâncias de PRO, recebendo uma leitura arbitrária na ausência de um antecedente e uma leitura anafórica quando ligado a um DP que o c-comanda.

4. Controle finito em PB

Partindo das observações e da essência da proposta de Kato (1999), Ferreira (2000) reúne ainda outras observações da literatura sobre sujeitos nulos em PB (cf. Negrão 1997; Negrão e Viotti 2000, entre outros): o antecedente do sujeito nulo referencial de 3ª pessoa

⁵ Dada a similaridade, Kato (1999) usa os termos “anafórico” e “controlado” como sinônimos.

⁶ Assumindo Laka (1990), Martins (1994) e Britto (1998), Kato adota a projeção ΣP e o Spec dessa projeção como a posição de sujeitos de um julgamento categórico (Kuroda 1976), a qual pode ser ocupada por pronomes fortes, mas não por pronomes fracos.

do PB precisa ser local (cf. (8a)) e não pode ser cindido (cf. (8b)); esse sujeito nulo se comporta como uma variável quando associado a “só-DPs” (cf. (8c)) e em contextos de elipse (cf. (8d)), apresentando apenas uma leitura *sloppy*.

- (8) a. * O João disse [que a Maria acha [que *ec* é bonito]]
 b. * O João disse [que a Maria acha [que *ec* vão viajar nas férias]]
 c. Só o João ‘tá achando que vai ganhar a corrida.
 ‘Só João é um x tal que x ‘tá achando que x vai ganhar a corrida.’
 NÃO: ‘Só J. é um x tal que x ‘tá achando que ele, João, vai ganhar a corrida.’
 d. O João ‘tá achando que vai ganhar a corrida e a Maria também ‘tá.
 ‘O J. tá achando que ele vai ganhar a corrida e a M. ‘tá achando que ela vai ganhar a corrida.’

As restrições em (8) são as mesmas observadas na seção 2 para as construções de controle obrigatório e, como apontado pela TCM, são as mesmas restrições impostas às operações de movimento. De fato, a análise de Ferreira (2000) para as estruturas de sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB estende a proposta da TCM para sentenças finitas, propondo que essas são estruturas de controle finito obrigatório derivado por movimento-A de um DP que não pôde receber Caso. Assumindo o sistema de *Agree* de Chomsky (2000), Ferreira propõe que o enfraquecimento da morfologia de concordância verbal⁷ do PB teria tornado o T finito ambíguo quanto a ter um conjunto completo ou incompleto de traços- ϕ , ou seja, ambíguo quanto a poder ou não checar Caso. Sendo assim, a derivação (com os pontos relevantes) de uma sentença como (9) abaixo seria como esquematizado em (10).

- (9) O João disse [que *ec* comprou um carro]
 (10) a. [_{VP} o João comprou um carro]
 b. [TP o João T ϕ incompleto [_{VP} o João comprou um carro]]
 c. [_{VP} disse [CP que [TP o João T ϕ incompleto [_{VP} o João comprou um carro]]]]
 d. [_{VP} o João disse [CP que [TP o João T ϕ incompleto [_{VP} o João comprou um carro]]]]
 e. [TP o João T ϕ completo [_{VP} o João disse [CP que [TP o João T ϕ incompleto [_{VP} o João comprou um carro]]]]]

⁷ Para uma discussão detalhada sobre o enfraquecimento da morfologia de concordância do PB e seu efeito sobre os traços de T, cf. Kato, Martins e Nunes (a sair).

f. [TP O João T_{ϕ} completo [_vP ~~o João~~ disse [CP que [TP ~~o João~~ T_{ϕ} incompleto [_vP ~~o João~~ comprou um carro]]]]]

O DP *o João* entra na derivação na oração encaixada (cf. (10a)), mas não pode ter seu Caso checado pelo T com traços- ϕ incompletos (cf. (10b)). O verbo da oração matriz é inserido no passo (10c) e precisa de um argumento externo e o DP *o João* ainda não foi devidamente licenciado; o DP se move, então, para receber o papel temático de argumento externo do verbo *disse* (cf. (10d)) e depois para a posição de Spec,TP, onde o T com traços- ϕ completos checa seu Caso (cf. (10e)). Por fim, as cópias mais baixas de *o João* são deletadas (cf. (10f)) e obtemos (9).

Pela lógica de boa formação e convergência de uma derivação, numa derivação convergente, o T da oração encaixada precisa ter um conjunto incompleto de traços- ϕ , pois só assim não checa o Caso do DP *o João* e o deixa ativo para o sistema computacional. Se esse T tiver um conjunto completo, o DP tem seu Caso checado na encaixada e se torna congelado para movimento-A. Já o conjunto de traços- ϕ do T da oração matriz precisa ser completo, caso contrário, o Caso do DP *o João* não é checado e a derivação não converge.

Propondo, então, que o sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB é resultado de movimento, Ferreira explica o paradigma em (8) da seguinte forma: (8a) viola a Condição de Menor Elo (Chomsky 1995) imposta sobre operações de movimento, visto que *a Maria* seria o antecedente c-comandante mais local para o sujeito nulo. (8b) mostra a impossibilidade de um antecedente cindido. Para obter essa interpretação cindida, seria necessário que *o João* e *a Maria* recebessem o mesmo papel temático de *viajar*, entretanto, assumindo que papéis temáticos são traços formais, a inserção do primeiro DP checa o papel temático de argumento externo desse verbo e a inserção do segundo DP viola a Condição de Último Recurso (Chomsky 1995).⁸ Em (8c) e (8d), temos o comportamento de variável esperado de dependências criadas por movimento (cf. Fiengo e May 1994). Ou seja, assim como as construções de controle obrigatório em orações encaixadas não-finitas, as construções de sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB também apresentam as propriedades características e as restrições de interpretação de dependências criadas por movimento. Se tem comportamento de movimento, a hipótese nula é que é gerado por movimento.

⁸ Além disso, o movimento do DP *o João* para chegar à oração matriz violaria minimalidade ao cruzar o DP *a Maria* na primeira oração encaixada.

Rodrigues (2004) também analisa o sujeito nulo referencial de 3ª pessoa do PB como resultado de movimento. Rodrigues (2004) assume que nas línguas pro-drop, *pro* é, na verdade, o próprio morfema de concordância verbal *Agr* e propõe que em PB (e em Finlandês), o enfraquecimento da morfologia causou uma reanálise de *Agr* como parte do verbo, mas esse elemento ainda possui um traço-D capaz de checar o traço EPP de T. Rodrigues também assume a dissociação entre checagem de EPP e checagem de Caso proposta por Chomsky (2000) e para a derivação de uma sentença como (9), propõe que *Agr* checa o traço EPP do T encaixado e *o João* checa os traços- ϕ desse T e o papel de argumento externo de *comprar*. Depois disso, o T encaixado pode projetar um Spec, para o qual *o João* se moveria e, assim, teria seu Caso checado em uma relação Spec-núcleo⁹; entretanto, se esse for o caso, *o João* não poderia se mover para checar o papel de argumento externo de *dizer* na matriz e essa não seria uma derivação convergente. Por outro lado, se o sistema escolhe continuar a derivação sem projetar um Spec para o T encaixado, *o João* não terá seu Caso checado nessa oração e poderá se mover para checá-lo no Spec de T da oração matriz, o que resulta em (9).

Para os propósitos desta dissertação, é indiferente optar pela análise de Rodrigues (2004) ou pela de Ferreira (2000), visto que as duas são baseadas em movimento-A. Entretanto, assumimos a análise de Ferreira aqui por considerar que, da maneira como está formalizada, em torno de T, e como é desenvolvida por Nunes (2008, 2015, 2019), essa análise consegue capturar também o que exatamente é o enfraquecimento da morfologia verbal do PB e a intuição largamente presente na literatura de que esse enfraquecimento está relacionado à distribuição e interpretação dos sujeitos nulos dessa língua.

Observando que apenas a forma de primeira pessoa, como *canto* na Tabela 1 abaixo, codifica inequivocamente pessoa e número, Nunes (2008) mostra que o sistema de concordância verbal do PB não faz uso do traço de pessoa e deriva a ambiguidade de T proposta por Ferreira (2000) da seguinte forma: os Ts do PB podem entrar na derivação com os traços de pessoa e número (um T ϕ -completo) ou apenas com o traço de número (um T ϕ -incompleto).

⁹ Como mencionado, Rodrigues (2004) assume a dissociação entre checagem de EPP e checagem de Caso de Chomsky (2000), mas mantém, baseando-se em Chomsky (1993), a ideia (reformulada) de que Caso estrutural só pode ser checado em uma relação Spec-núcleo.

Tabela 1. Paradigma de concordância verbal em PB (coloquial) (Nunes 2008:87)

<i>cantar: presente do indicativo</i>		
<i>eu</i>	<i>Canto</i>	<u>P:1.N:SG</u>
<i>você</i> <i>ele</i> <i>ela</i> <i>a gente</i>	<i>canta</i>	P:default; N:default (= 3SG)
<i>vocês</i> <i>eles</i> <i>elas</i>	<i>Cantam</i>	P:default; <u>N:PL</u> (= 3PL)

Se o T começar apenas com o traço de número, o componente morfológico pode atribuir o traço de pessoa a esse T através de uma regra como (11) abaixo.

(11) Quando T estiver especificado apenas para número (N):

- (i) Adicione [P:1], se N estiver especificado como SG;
- (ii) Caso contrário, adicione [P:default].

(Nunes 2008:88)

Crucialmente, nessa proposta, tanto com um T ϕ -completo, quanto com um T ϕ -incompleto na derivação, chegaremos à mesma realização da forma verbal, como vemos na Tabela (2) abaixo.

Tabela 2. Realização da forma verbal quando temos um T ϕ -incompleto na derivação (Nunes 2008:88)

<i>cantar: presente do indicativo</i>		
Valor de T no componente sintático	Adição de [pessoa] no componente morfológico	Forma de superfície do verbo
N:SG	<u>P:1.N:SG</u>	<i>canto</i>
N:default	P:default ; N:default	<i>canta</i>
N:PL	P:default ; <u>N:PL</u>	<i>cantam</i>

Assim, na formalização de Nunes (2008, 2015, 2019), a ambiguidade do T finito em PB estaria associada à ambiguidade da morfologia de concordância verbal.

5. Hiperálçamento em PB como evidência para a proposta de Ferreira (2000)

Na seção 2, discutimos como, sob a proposta da TCM, a diferença entre a derivação de uma sentença com alçamento e uma sentença com controle obrigatório é que na primeira, temos movimento para uma posição não-temática e na segunda, para uma posição temática. Se, segundo Ferreira (2000), o PB tem disponível tanto um T finito com traços- ϕ completos, como um T finito com traços- ϕ incompletos, esperamos que, assim como encontramos controle finito obrigatório, também encontremos *hiperalçamento*, ou seja, alçamento a partir de uma oração encaixada finita. Tal expectativa é atendida, como demonstrado na sentença (12) abaixo de Ferreira.

(12) O João parece que comprou um carro novo.

A derivação da sentença com controle finito obrigatório esquematizada em (10) envolveu movimento do DP *o João* a partir da oração encaixada para a posição temática de argumento externo do verbo *dizer*, presumivelmente, porque o T finito da oração encaixada exerce a opção de estar associado a traços- ϕ incompletos e não pode checar o traço de Caso de *o João*. A sentença com hiperálçamento em (12) envolve o mesmo movimento do DP *o João* a partir da oração encaixada, na qual também temos um T finito com traços- ϕ incompletos, mas o destino do movimento é a posição não-temática de sujeito da oração matriz.

6. Resumindo

As mudanças do PM em relação a modelos anteriores da teoria criaram a possibilidade de uma TCM; em especial, a eliminação da Estrutura-D e dos vestígios e a reanálise de movimento em termos de cópia + merge. Segundo a TCM, a diferença entre uma construção de alçamento e uma construção de controle obrigatório é que a primeira envolve movimento-A para uma posição não-temática e a segunda, para uma posição temática.

Kato (1999) propõe a eliminação de *pro* como uma categoria e reanalisa os sujeitos nulos de 3ª pessoa do PB como envolvendo PRO. Ferreira (2000) reinterpreta essa análise em termos da TCM e propõe que o enfraquecimento da morfologia verbal do PB tornou o T finito ambíguo quanto a ter traços- ϕ completos ou incompletos, ou seja, capaz ou não de checar Caso nominativo, e os sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa do PB (doravante apenas *sujeitos nulos*) são cópias de DPs que não puderam ter seu Caso

checado na oração encaixada. A existência de hiperalçamento em PB depõe a favor da análise de Ferreira (2000).

CAPÍTULO 2

Questões empíricas: as sentenças com *convencer*

1. Introdução

No Capítulo 1, apresentamos os pressupostos teóricos desta dissertação: a TCM e a TCM estendida para o PB por Ferreira (2000) como Controle Finito.

Neste capítulo, apresentaremos o foco desta dissertação: a discussão em torno das sentenças com *convencer* apontadas por Modesto (2000, 2011) como um problema empírico para uma análise em termos de movimento para os sujeitos nulos do PB. Especificamente, esta dissertação se propôs a aplicar um experimento para investigar os julgamentos para as sentenças com *convencer* envolvendo epítetos, visto que os da literatura são divergentes.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos a (aparente) violação de minimalidade apontada por Modesto (2000) em sentenças com *convencer*. Na seção 3, apresentamos a proposta de Rodrigues (2000, 2004) de que as orações finitas associadas a *convencer* são, na verdade, uma espécie de adjunto. Na seção 4, apresentamos a controvérsia em torno da evidência baseada em epítetos para a proposta de Rodrigues (2000, 2004). Na seção 5, discutimos as sentenças com *convencer* e oração encaixada infinitiva. Na seção 6, detalhamos os objetivos desta dissertação. Por fim, a seção 7 encerra o capítulo com um resumo da discussão apresentada nas outras seções.

2. A (aparente) violação de minimalidade apontada por Modesto (2000)

Uma sentença de controle obrigatório como (1) abaixo, com o verbo *convencer* e uma oração subordinada infinitiva, tem o objeto da matriz, *a Maria*, como antecedente do sujeito nulo encaixado. Para a TCM, esse DP se move a partir da posição de sujeito de *sair* para a posição de objeto de *convencer*. Considerando uma análise em termos de concha larsoniana para os bitransitivos, *a Maria* c-comanda localmente a posição de sujeito da oração infinitiva e, assim, temos um movimento lícito.

(1) a. [O João]₁ convenceu [a Maria]₂ a *ec**_{1/2} sair.

Entretanto, Modesto (2000:37) observa que na sentença (2) abaixo, com *convencer* e uma oração finita, o sujeito nulo encaixado tem como antecedente o sujeito da oração matriz.

(2) [O Paulo]₁ convenceu [o Pedro]₂ que *ec*_{1/*2} ganhou na loteria.

Assumindo que a estrutura de (2) é análoga à de (1), a derivação dessa sentença, sob uma análise de movimento para os sujeitos nulos do PB, deveria envolver o DP *o Paulo* sendo gerado como sujeito de *ganhou* e depois se movendo para a posição de sujeito da oração matriz, violando minimalidade ao cruzar o DP *o Pedro* na posição de objeto.

Além disso, Modesto também observa que quando sofre movimento-A', o objeto da matriz de sentenças como (2) se torna um antecedente possível para o sujeito nulo encaixado, como demonstrado em (3) abaixo.¹⁰

(3) (Modesto 2000:85)

Quem₁ que [o Paulo]₂ convenceu *t*₁ que *ec*_{1/*2} ganhou na loteria?

¹⁰ Para uma análise que defende a expansão da TCM para os sujeitos nulos do PB e explica a possibilidade de o objeto da matriz ser o antecedente do sujeito nulo quando sofre movimento-A', cf. Nunes 2013.

Modesto argumenta que o contraste entre (1) e (2) é problemático para uma análise nos termos da TCM, pois uma derivação de (2) envolvendo movimento violaria minimalidade.¹¹ O argumento de Modesto assume, tacitamente, que as sentenças com *convencer* em (1) e (2) têm a mesma estrutura de complementação, diferindo apenas quanto à flexão da oração subordinada. Entretanto, veremos na próxima seção que Rodrigues (2000, 2004) propõe que quando a oração subordinada é finita, a estrutura de uma sentença com *convencer* não é de complementação.

3. A proposta de Rodrigues (2000, 2004)

Ferreira (2000) observa que um epíteto encaixado pode ter como antecedente o objeto da matriz em uma sentença como (4) abaixo, com *convencer* e uma oração finita.

(4) O João convenceu [a Maria]₂ (de) que [a idiota]₂ deveria assaltar um banco.

Seguindo o Princípio C da Teoria de Ligação (Chomsky 1981), uma expressão-R não pode ser correferente a um DP que a c-comanda a partir de uma posição-A. Assumindo que epítetos também estão sujeitos ao Princípio C,¹² (4) indica que o objeto da matriz não c-comanda a oração finita associada a *convencer*.

Além disso, Rodrigues (2000, 2004) observa que essa oração finita resiste à extração de seu sujeito, como demonstrado em (5) abaixo.

(5) ??Quem₁ o João convenceu a Maria que *t*₁ vem amanhã?

Rodrigues (2004) também observa que a possibilidade apontada por Modesto (2000) de o objeto da matriz ser o antecedente do sujeito nulo encaixado quando sofre movimento-A' (cf. (3)) também existe para sentenças envolvendo controle de adjunto (Hornstein 1999, 2001), como podemos ver no contraste em (6) abaixo.

¹¹ A sentença em (2) é potencialmente problemática não só para uma análise em termos de movimento, mas para todas as análises que preveem que o antecedente do sujeito nulo deveria ser o DP c-comandante mais próximo.

¹² Uma discussão sobre os epítetos será apresentada no Capítulo 4.

- (6) a. [A Maria]₁ visitou quem₂ [quando *ec*_{1/*2} foi para Brasília]
 b. Quem₂ a Maria visitou *t*₂ [quando *ec*₂ foi para Brasília]

A partir das observações em (4), (5) e (6), Rodrigues (2000, 2004) propõe que a oração finita associada a *convencer* ocupa uma posição estrutural de adjunto. Segundo Rodrigues, esse estatuto de adjunto da oração finita é uma instância de demissão de argumento no sentido de Larson (1991)¹³ e a oração finita está adjungida à camada de vP da concha larsoniana. Nessa proposta, a sentença (2) de Modesto (2000) envolve uma instância de controle de adjunto e, assumindo Movimento Lateral (Nunes 2001, 2004) e *Merge-over-Move* (Chomsky 1995), é derivada da seguinte forma:

- (7) a. O Paulo convenceu o Pedro que ganhou na loteria.
 b. N = {o₂, Paulo₁, Pedro₁, convenceu₁, ganhou₁, que₁, em₁, a₁, loteria₁}
 c. N = {o₁, Pedro₁, ...}
 K = convenceu L = [CP que [o Paulo] ganhou na loteria]
 d. *Merge-over-Move*:
 K' = [vP convenceu o Pedro]
 L = [CP que [o Paulo] ganhou na loteria]
 e. K'' = [vP [v' convenceu-v] [vP convenceu o Pedro]]
 L = [CP que [o Paulo] ganhou na loteria]
 f. Movimento lateral de *o Paulo*:
 K''' = [vP [o Paulo] [v' convenceu-v] [vP convenceu [o Pedro]]]
 L = [CP que ~~[o Paulo]~~ ganhou na loteria]

¹³ Como Rodrigues observa, essa demissão é o que Larson (1991) propõe que ocorre para gerar uma estrutura como (i) abaixo, com *promise*, em que o objeto direto nocional, a oração encaixada, é realizado como um adjunto de V'.

(i) [vP John [v' promise₂ [vP Mary₁ [v' *t*₂ *t*₁ [v' to return home by 5:00 p.m.]]]]]

Em (7d), considerando a assunção de que merge é mais econômico do que movimento, *o Pedro* entra na derivação como objeto de *convencer*, ao invés de *o Paulo* se mover para essa posição. Em (7f), *o Paulo* se move lateralmente para a posição de argumento externo de *convencer*. Crucialmente, nessa etapa da derivação, a oração finita ainda não é um adjunto, pois ainda não se concatenou à oração que será a matriz. Interpretando a derivação em (7) sob a proposta que estamos assumindo, a de Ferreira (2000), *o Paulo* se move para licenciar o papel temático de argumento externo de *convencer* e também para licenciar seu próprio traço de Caso, o qual ainda não estaria licenciado se o seu movimento parte de uma oração com um T Φ -incompleto.

Resumindo, se a oração finita associada a *convencer* ocupa uma posição de adjunto, em (7a) temos uma instância de controle de adjunto e o fato de o sujeito nulo encaixado ter como antecedente o sujeito da matriz é justamente a previsão da TCM e da TCM estendida para os sujeitos nulos do PB.

4. A controvérsia em torno da evidência baseada em epítetos

Como mencionado na seção 3, Ferreira (2000) apontou que em uma sentença como (8) abaixo, o epíteto encaixado pode ter como antecedente o objeto da oração matriz, o que indica que o objeto não c-comanda a oração finita associada a *convencer*.

(8) O João convenceu [a Maria]₂ (de) que [a idiota]₂ deveria assaltar um banco.

Modesto (2011:17) questiona se epítetos realmente podem evidenciar a relação de c-comando relevante para a discussão em torno de *convencer*, argumentando que, em seu julgamento, o epíteto encaixado pode ter o sujeito da matriz como seu antecedente em (9) abaixo e, mesmo se a oração finita for um adjunto, o sujeito a c-comanda.¹⁴

(9) [O Maluf]₁ convenceu [o Diogo]₂ que [o desgraçado]_{1/??2/3} era o melhor candidato.

¹⁴ Mantivemos o julgamento de Modesto para (11), mas a correferência entre epíteto e sujeito não é possível em nosso julgamento.

Como vemos em (9), além de questionar se o comportamento dos epítetos pode ser visto como evidência para relações sensíveis a c-comando, Modesto considera a correferência entre epíteto encaixado e objeto da matriz como marginal.

Modesto também argumenta que uma sentença como (10) abaixo indica que o objeto da matriz c-comanda a oração finita, pois a correferência entre *ela* e *a Maria* causa uma violação do Princípio C.

(10) *O Pedro₁ convenceu ela₂ que a Maria₂ é bonita.

Entretanto, Rodrigues (2004) e Nunes (2019) apontam que o PB parece bloquear a correferência entre um DP e um pronome que o precede mesmo em configurações em que o pronome claramente não c-comanda o DP, como demonstrado em (11) abaixo.

(11) a. *O pai dela_i ama [a Maria]_i

b. *O professor que ela_i gosta disse que [a Maria]_i é uma aluna muito promissora.

(Nunes 2019:18)

Assim, o comportamento dos epítetos nas sentenças com *convencer* é um ponto de conflito quanto à proposta de adjunto de Rodrigues (2000, 2004). Primeiro, pelo questionamento quanto à validade de uma evidência baseada nesses elementos. Segundo, porque Ferreira (2000) e Rodrigues (2004) julgam possível a correferência entre um epíteto na oração finita associada a *convencer* e o objeto da oração matriz, enquanto Modesto (2011) julga essa correferência como marginal.

Quanto ao questionamento representado pela sentença (9), levantamos a hipótese de que esse pode ser um caso excepcional, enviesado. Especificamente, o fato de o sujeito da matriz ser *o Maluf*, nome de um político brasileiro famoso por escândalos de corrupção, pode estar enviesando a correferência do epíteto *o desgraçado*. Assim, se a nossa hipótese estiver correta e o comportamento dos epítetos puder evidenciar relações de c-comando, a previsão feita em relação à proposta de Rodrigues (2000, 2004) é clara: se as orações finitas associadas a *convencer* se comportam como adjuntos, o objeto da matriz não c-comanda o epíteto encaixado e pode, em princípio, ser seu antecedente. Se essas orações finitas, na verdade, são complementos canônicos, o objeto da matriz c-

comanda o epíteto encaixado e isso, em princípio, impossibilitaria a correferência entre eles (ver nota 12).

5. *Convencer* e oração infinitiva

Nunes (2013) aponta que o julgamento para a extração de um sujeito encaixado e para a correferência com epítetos nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva é o oposto dos julgamentos para as sentenças com oração finita. Ou seja, a extração de um sujeito encaixado é possível quando a oração encaixada é infinitiva, como apresentado em (12a) abaixo, e o epíteto encaixado não pode ter como antecedente o objeto da matriz em (12b).

- (12) a. Quem₁ o João convenceu a Maria [a *ec* dizer que *t*₁ era o melhor candidato]
b. *O João convenceu [a Maria]₂ [a *ec* espalhar que [a idiota]₂ ia renunciar]

Marcelo Ferreira (c.p.) nos apontou, no entanto, que o epíteto em (12b) pode estar tomando como antecedente o sujeito da oração infinitiva e não propriamente o objeto da matriz, apesar de serem obrigatoriamente correferentes por se tratar de uma relação de controle obrigatório. Assim, o fato de a correferência ser rejeitada em (12b) não indicaria exatamente a configuração da oração infinitiva em relação à oração matriz, mas apenas a da segunda oração encaixada em relação à oração infinitiva. Esse é, de fato, o caso. E é fato também que a TCM requer uma análise em termos de concha larsoniana para estruturas de controle de objeto. Entretanto, o debate entre defensores de PRO e defensores da TCM tem residido no elemento que ocupa a posição do *controllee* (PRO vs. cópia/estígio) e não na concha larsoniana para estruturas envolvendo controle de objeto. Vamos assumir, portanto, que ambas as abordagens assumem uma concha larsoniana para construções de controle de objeto; no caso da derivação de uma sentença como (12b) na TCM, assumimos que o objeto c-comanda a oração infinitiva, como representado em (13) abaixo.

Se o objeto da matriz em (13) c-comanda a oração infinitiva, c-comanda também o epíteto. Assim, para efeito de apresentação e comparação com as demais estruturas, descreveremos os resultados do experimento referentes às estruturas envolvendo *convencer* e subordinada infinitiva considerando apenas a correferência entre o epíteto e o objeto da matriz, sem fazer menção ao sujeito controlado.

6. Objetivos da dissertação

Tendo em vista a discussão apresentada nas seções anteriores, as duas questões em torno de *convencer* são:

- (i) Modesto (2000) assume que a estrutura de sentenças construídas com esse verbo é de complementação, independentemente da flexão da oração subordinada. No entanto, Rodrigues (2004) propõe que as estruturas são diferentes a depender da flexão da oração subordinada: estrutura de complementação no caso das infinitivas e de adjunção no caso das finitas. Dessa forma, Modesto (2000) prevê que as sentenças com *convencer* e oração finita deveriam se comportar como as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, enquanto Rodrigues (2004) prevê que deveriam se comportar como sentenças com orações adjuntas.
- (ii) Modesto (2011) questiona se o comportamento de epítetos é relevante para discutir o estatuto da oração finita associada a *convencer*.

Considerando essas questões, o objetivo geral desta dissertação é formular e aplicar um experimento para investigar se o julgamento dos participantes para as

sentenças envolvendo epítetos está ou não de acordo com a proposta de Rodrigues (2004) de que as orações finitas associadas a *convencer* têm comportamento de adjunto e, assim, com uma análise de movimento para os sujeitos nulos do PB.

Quanto à questão (i), vamos investigar o julgamento dos participantes para a correferência entre o epíteto na oração subordinada e o objeto da oração matriz nas sentenças com *convencer* e nas sentenças com orações adjuntas, buscando esclarecer se as sentenças com *convencer* e oração finita se comportam como as sentenças construídas com o mesmo verbo e uma oração infinitiva, ou se como sentenças com orações adjuntas. Essa discussão será apresentada no Capítulo 3.

Quanto à questão (ii), vamos testar a solidez do argumento baseado em epítetos para a proposta de Rodrigues (2004), investigando se o comportamento desses elementos exibe uma sensibilidade estrutural capaz de esclarecer o estatuto da oração finita associada a *convencer*, mais especificamente, se c-comando influencia as correferências de forma relevante. Essa discussão será apresentada no Capítulo 4.

7. Resumindo

Neste capítulo, apresentamos o problema empírico levantado por Modesto (2000) para a TCM aplicada aos sujeitos nulos do PB: Nas sentenças com *convencer* e oração finita, o sujeito nulo tem por antecedente o sujeito da oração matriz (cf. (2)). A argumentação de Modesto assume tacitamente que a estrutura das sentenças com *convencer* é a mesma, de complementação, independentemente da flexão da oração subordinada. Rodrigues (2000, 2004), no entanto, considera evidências baseadas em epítetos, como a de Ferreira (2000), em extração e no comportamento de sentenças com controle de adjunto para propor que as orações finitas associadas a *convencer*, na verdade, ocupam uma posição estrutural de adjunto. Sob essa análise, o sujeito nulo nessas sentenças está se comportando como o esperado em uma instância de controle de adjunto (Hornstein 1999, 2001). Entretanto, Modesto (2011) questiona se o comportamento de epítetos pode evidenciar as relações de c-comando relevantes para decidir o estatuto das orações finitas associadas a *convencer* e seu julgamento diverge do de Ferreira (2000) e de Rodrigues (2004) para a correferência entre um epíteto na oração e o objeto da matriz nessas sentenças. Esse embate empírico é o foco desta dissertação e foi a motivação do experimento a ser apresentado e discutido nos Capítulos 3 e 4.

CAPÍTULO 3

O experimento

1. Introdução

Tendo em vista o problema levantado por Modesto (2000) para a análise de movimento para os sujeitos nulos do PB, as evidências apresentadas por Ferreira (2000), Rodrigues (2004) e Nunes (2013) sobre a estrutura das sentenças com *convencer* e a dúvida quanto ao comportamento de epítetos em tais sentenças levantada por Modesto (2011), vamos apresentar um experimento desenhado e aplicado para responder às seguintes perguntas: quanto à possibilidade de ser antecedente para um epíteto encaixado, o objeto da matriz em sentenças com *convencer* e encaixada finita se comporta como o objeto da matriz em sentenças com *convencer* e encaixada infinitiva ou como o objeto da matriz em sentenças com orações adjuntas? O comportamento de epítetos pode evidenciar a estrutura das construções com *convencer*? Em particular, as possibilidades de correferência de um epíteto encaixado podem evidenciar a estrutura associada a *convencer* quando esse verbo se combina com uma oração encaixada finita, o foco da discussão apresentada no Capítulo 2? As respostas a essas perguntas podem esclarecer a base empírica do problema levantado por Modesto (2000) para a análise dos sujeitos nulos do PB em termos de movimento e permitir avaliar a adequação explanatória de tal análise? Neste capítulo, vamos responder a essas questões e no Capítulo 4, vamos discutir com mais detalhes o comportamento dos epítetos.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2, discutimos algumas questões enfrentadas na elaboração de um experimento com epítetos. Na seção 3, apresentamos o design do experimento; na seção 4, os materiais utilizados; na seção 5, o perfil dos participantes; e na seção 6, os resultados. Na seção 7, discutimos os resultados. Por fim, a seção 8 encerra o capítulo com as conclusões.

2. Questões na elaboração de um experimento com epítetos

O caráter atributivo dos epítetos cria uma questão pragmática para a elaboração de um experimento envolvendo-os, visto que uma sentença que contém esses elementos causa

estranhamento sem um contexto apropriado. Ou seja, não poderíamos simplesmente apresentar ao participante sentenças como (1) abaixo, uma sentença real de nosso experimento, e pedir seu julgamento, sem criar um contexto apropriado para a utilização dos epítetos.

(1) O João convenceu a Rita que a idiota estragou a negociação.

Para aliviar esse possível estranhamento pragmático, antes da aplicação do experimento, apresentávamos aos participantes um contexto dizendo que os personagens que apareceriam nas sentenças trabalhavam juntos, mencionávamos que havia altos e baixos em suas carreiras e que as sentenças relatavam acontecimentos envolvendo esses personagens. Assim, criamos um contexto de potencial tensão e conflito para a utilização de epítetos (negativos), o qual será apresentado na seção 3, quando descrevemos o design do experimento.

Outra questão da elaboração do experimento foi a decisão entre utilizar tanto epítetos com conotação negativa, como epítetos com conotação positiva, ou utilizar apenas epítetos com conotação negativa. Utilizamos apenas epítetos com conotação negativa, pois notamos que epítetos baseados em adjetivos de valoração positiva, como *o esperto/o espertinho/o esperto/o espertalhão*, *o bonito/o bonitinho/o bonito*, tendem a adquirir uma conotação negativa. O epíteto *o sortudo* pode manter uma avaliação positiva, mas parece ambíguo entre uma leitura positiva e uma leitura negativa/irônica. Com o intuito de não introduzir variáveis adicionais e uniformizar o paradigma, os estímulos do experimento foram elaborados com os seguintes epítetos: *o/a idiota*, *o/a sem-vergonha* e *o/a vigarista*, todos com conotação negativa e, além disso, compatíveis tanto com referentes masculinos, quanto com referentes femininos, já que não portam flexão de gênero.¹⁵

¹⁵ Marcelo Ferreira, c.p., nos apontou que os epítetos *o espertinho/o espertalhão* parecem levar a uma leitura em que o referente se acha esperto, mas o falante o acha idiota; o epíteto *o/a idiota* parece neutro quanto à visão do referente sobre si mesmo. Estendendo o apontamento de Ferreira, nos parece que *o/a sem-vergonha* e *o/a vigarista* são como *o/a idiota*, neutros quanto à visão do referente de si mesmo. Não temos uma explicação para esses fatos, nem para a conotação negativa adquirida pelos epítetos baseados em adjetivos positivos.

3. Design do experimento¹⁶

Como apresentado no Capítulo 2, Ferreira (2000) apresenta a sentença em (2a) abaixo, em que a possibilidade de correferência entre epíteto e objeto da matriz indicaria que esse objeto não c-comanda a oração finita combinada com o verbo *convencer*.¹⁷ A sentença (2b) é apresentada por Nunes (2013) para demonstrar que tal relação de c-comando existe quando a oração encaixada é não-finita.

- (2) a. O João convenceu [a Maria]₂ [de que [a idiota]₂ deveria assaltar um banco]
b. *O João convenceu [a Maria]₂ [a espalhar [que [a idiota]₂ ia renunciar]]

Rodrigues (2004) propõe que as orações finitas associadas a *convencer* têm comportamento de adjunto; assim, a ausência de c-comando entre o objeto da matriz e o epíteto encaixado indicada por (2a) seria uma evidência para essa análise. Entretanto, Modesto (2011) questiona essa evidência, apresentando a sentença em (3) abaixo, na qual, segundo seu julgamento, a correlação do epíteto encaixado com o objeto da matriz é marginal e a correlação com o sujeito da oração matriz é possível.

- (3) O Maluf₁ convenceu o Diogo₂ [que o desgraçado_{1/??2/3} era o melhor candidato]
(Modesto 2011:17)

Considerando esse cenário, as variáveis manipuladas por esse experimento foram *tipo de sentença*, *flexão da oração subordinada* e *função sintática do antecedente*.

i) Tipo de sentença:

- a) sentenças construídas com *convencer* ou
b) com verbos transitivos e orações adjuntas canônicas.

¹⁶ O experimento foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, protocolo CAAE: 68901117.9.0000.5390.

¹⁷ Nunes (2009) propõe que a preposição *de* em sentenças como (2a) pode ser reflexo morfológico de atribuição de Caso inerente ao CP. Assumindo-se que Caso inerente está relacionado a papel temático (cf. Chomsky 1986), a presença de *de* sinalizaria que o CP é um complemento. Entretanto, Nunes também identifica ocorrências de um *de* “estilístico” – um acréscimo realizado na morfologia devido ao prestígio sociolinguístico atribuído ao uso da preposição, o qual pode desencadear instâncias de hipercorreção. A possibilidade de ambiguidade do CP precedido por *de* levantada por Nunes – ser um complemento marcado por Caso inerente ou um adjunto, como proposto por Rodrigues (2004), antecedido por uma preposição estilística – poderia interferir nos julgamentos para a correferência nas sentenças. Por consistência, todos os estímulos com *convencer* do experimento foram formulados sem *de*.

Se a proposta de Rodrigues (2004) de que as orações finitas associadas a *convencer* têm comportamento de adjunto estiver correta, esperamos que exista um paralelo entre o comportamento das orações finitas com *convencer* e orações adjuntas canônicas no que diz respeito ao objeto da matriz, pois este não c-comandaria a oração encaixada/adjunta em nenhum dos dois casos. Portanto, o experimento incluiu sentenças construídas com *convencer* e sentenças com orações adjuntas canônicas associadas a verbos que não eram objeto da discussão empírica (*promover, transferir, entrevistar, despedir, telefonar, supervisionar*).

ii) **Flexão da oração encaixada/adjunta:**

- a) finita ou
- b) não-finita.

Enquanto Modesto (2000, 2011) assume (tacitamente) que tanto as sentenças com orações infinitivas, quanto as com orações finitas com *convencer* têm uma estrutura de complementação, o paradigma em (2) e a proposta de Rodrigues (2004) indicam uma assimetria entre essas construções. Sendo assim, os dados envolvendo tanto as sentenças com *convencer* quanto as sentenças com orações adjuntas apresentam orações encaixadas/adjuntas finitas e não-finitas.

Em um experimento piloto aplicado antes do experimento final, as duas possibilidades de flexão para as orações adjuntas foram computadas separadamente para investigarmos se existiria a mesma assimetria investigada para as sentenças com *convencer*. Os resultados desse piloto demonstraram que a flexão da oração adjunta não influenciava a resposta dos participantes.¹⁸ Assim, no experimento final, orações adjuntas

¹⁸ As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos no experimento piloto para as sentenças com orações adjuntas.

Tabela i. Respostas para as sentenças com oração adjunta quando o argumento testado era objeto

	Esperada	Inesperada	<i>P</i>	N
Adjunta finita	22 (0.92)	2 (0.08)	< 0.001	24
Adjunta infinitiva	21 (0.88)	3 (0.12)	< 0.001	24

A tabela (i) mostra que quando o objeto da matriz era o antecedente potencial do epíteto, tivemos um número significativamente maior de respostas esperadas (aceitando a correferência) do que de respostas inesperadas (recusando a correferência) para os dois tipos de sentença.

Tabela ii. Respostas para as sentenças com oração adjunta quando o argumento testado era sujeito

	Esperada	Inesperada	<i>P</i>	N
Adjunta finita	6 (0.26)	17 (0.74)	0.02	23
Adjunta infinitiva	10 (0.42)	14 (0.58)	0.41	24

finitas e não-finitas foram agrupadas em um mesmo grupo de estímulos, a fim de reduzir o número de sentenças-teste do experimento e reduzir sua extensão.

iii) **Função sintática do antecedente:**

- a) se o antecedente potencial do epíteto dentro da sentença ocupava a posição de **sujeito** da matriz ou
- b) se ocupava a posição de **objeto** da matriz.

Devido à controvérsia levantada por (3) sobre a possibilidade de os epítetos evidenciarem configurações de c-comando, o experimento incluiu tanto estímulos em que o potencial antecedente do epíteto era o objeto da matriz, como estímulos em que era o sujeito da matriz. Como a relação de c-comando entre o sujeito da matriz e a oração associada a *convencer* não está em disputa no embate teórico, o comportamento de epítetos nessa condição poderia esclarecer se a correferência com o sujeito é mesmo lícita ou se (3) é um caso excepcional, enviesado.

Diferentemente dos antecedentes potenciais, os epítetos sempre ocupavam a mesma posição na oração subordinada, a de sujeito, para evitar adicionar ao experimento a variável “Função sintática do epíteto” e, conseqüentemente, aumentar sua extensão.

As demais variáveis do experimento foram:

- (iv) *Epíteto*: selecionamos epítetos baseados nos adjetivos *idiota*, *sem-vergonha* e *vigarista*, por não portarem flexão de gênero e, portanto, serem compatíveis com referentes masculinos e femininos.
- (v) *Repetição*: os participantes poderiam escolher ouvir o estímulo mais uma vez (e apenas uma).
- (vi) *Ordem*: todos os participantes foram apresentados à mesma ordem randomizada dos estímulos.

A tabela (ii) mostra que quando o sujeito da matriz era o antecedente potencial do epíteto, tivemos um número maior de respostas inesperadas (aceitando a correferência) do que de respostas esperadas (recusando a correferência) para os dois tipos de sentença, apesar de a diferença ter sido significativa só para as sentenças com orações adjuntas finitas ($p = 0.02$).

Tendo em vista que o comportamento do objeto como antecedente, que constituía o principal ponto de comparação para nosso estudo, não diferenciou adjuntas finitas de infinitivas, decidimos tratá-las como um mesmo tipo de estímulo: sentenças com orações adjuntas.

Além das sentenças-teste, os estímulos incluíram sentenças de controle, envolvendo elipse e numerais, e sentenças distratoras, envolvendo elipse ou interação de quantificadores.

As instruções do experimento foram as seguintes:

“Estamos criando um programa de computador capaz de interpretar o significado de frases complexas das línguas naturais, começando com o português brasileiro. Fazemos o programa processar um pequeno contexto escrito e depois os áudios de frases sobre os personagens apresentados nesse contexto. Para saber se nosso trabalho está dando certo, precisamos da sua ajuda, porque precisamos saber qual a interpretação que falantes nativos de português dão para as frases processadas pelo programa. Portanto, vamos apresentar a você o mesmo contexto escrito e os mesmos áudios e fazer perguntas sobre a sua interpretação das frases.”

As instruções foram dadas dessa forma para disfarçar o real objetivo do experimento e não só prevenir um possível enviesamento das respostas, mas, também, evitar que os participantes se sentissem constrangidos por acharem que o seu conhecimento ou eles mesmos estavam sendo avaliados/julgados de alguma forma.¹⁹

O contexto a que os participantes foram apresentados foi o seguinte:

“O Ivo, a Rita, o João e a Ana são empresários que trabalham juntos e têm altos e baixos em suas carreiras. Escute as sentenças sobre diferentes acontecimentos e responda às perguntas que se seguem. As sentenças não formam uma história, são fatos isolados.”

Esse contexto foi apresentado logo depois das instruções, no começo do experimento, e um dos seus objetivos era reforçar que os estímulos apresentavam fatos isolados para evitar a possibilidade de os participantes verem-nos como uma sequência de fatos e procurarem por respostas nesse cenário criado por eles, o que poderia distorcer o seu julgamento. Como mencionado na seção 2, o contexto também intencionava ser um contexto apropriado para a utilização dos epítetos sem um estranhamento pragmático dos participantes.

¹⁹ Todavia, ao final da aplicação, contávamos aos participantes o real objetivo do experimento.

Outro objetivo dessa apresentação era introduzir o nome dos quatro personagens que apareceriam nos estímulos e permitir a correferência do epíteto com um elemento do contexto situacional e não somente com os antecedentes que apareciam em cada sentença em questão. Como discutido por Conroy, Takahashi, Lidz e Phillips (2009), para experimentos como o apresentado aqui – que testam possibilidades de correferência –, é essencial que o antecedente sentencial e o antecedente no contexto situacional estejam igualmente acessíveis para os participantes (Condição de Acessibilidade) e que as interpretações da sentença com cada um desses antecedentes estejam sob consideração, isto é, que sejam plausíveis (Condição de Disputabilidade). Cumprir essas duas condições ajuda a evitar resultados enviesados e enganosos.

Além disso, durante toda a aplicação, deixamos expostos desenhos representando os quatro personagens do contexto introdutório, apresentados na Figura 1.

Figura 1. Desenhos dos quatro personagens que foram expostos aos participantes durante a aplicação do experimento

Pickering e van Gompel (2009) argumentam que os falantes muitas vezes não acessam um contexto linguístico no discurso, pois isso exige estocar esse contexto na memória e às vezes é difícil recuperá-lo; por outro lado, contextos visuais que estão acessíveis por todo o tempo podem ser mais bem aproveitados pelos participantes.

O experimento começava por um período de familiarização com o objetivo de acostumar os participantes à sua tarefa e checar se eles a tinham compreendido corretamente. Essa familiarização continha sentenças com epítetos, como as que eram alvo do teste, e sentenças distratoras, com interação de quantificadores ou com elipse.

Os participantes foram expostos aos áudios das sentenças – gravados por uma falante nativa de PB – e deveriam responder a perguntas como (4b) abaixo, que tinham

como possibilidades de resposta uma das opções em (4c). As possibilidades de resposta foram randomizadas, ou seja, apareciam em uma ordem diferente para os participantes a cada estímulo.

(4) a. **Estímulo:** O João convenceu a Rita [que a idiota estragou a negociação]

b. **Pergunta:** Quem estragou a negociação?

c. **Respostas possíveis:** a) (i) a Rita (ii) ou Rita ou Ana (iii) a Ana

b) (i) a Ana (ii) ou Rita ou Ana (iii) a Rita

c) (i) a Rita (ii) ou Ana ou Rita (iii) a Ana

d) (i) a Ana (ii) ou Ana ou Rita (iii) a Rita

e) (i) ou Rita ou Ana (ii) a Rita (iii) a Ana

f) (i) ou Rita ou Ana (ii) a Ana (iii) a Rita

g) (i) ou Ana ou Rita (ii) a Rita (iii) a Ana

h) (i) ou Ana ou Rita (ii) a Ana (iii) a Rita

i) (i) a Rita (ii) a Ana (iii) ou Rita ou Ana

j) (i) a Ana (ii) a Rita (iii) ou Rita ou Ana

k) (i) a Rita (ii) a Ana (iii) ou Ana ou Rita

l) (i) a Ana (ii) a Rita (iii) ou Ana ou Rita

Se o participante escolhesse a resposta “ou Rita ou Ana/ou Ana ou Rita” ou “a Rita” para uma pergunta como (4a), isso sugeria que ele aceitava a correferência entre o epíteto e o objeto da oração matriz. Se o participante escolhesse a resposta “a Ana”, não estava aceitando a correferência.

Os participantes só conseguiam clicar em alguma das respostas ou pedir para escutar o áudio mais uma vez após escutar a sentença inteira. A Figura 2 mostra como a tela do experimento aparecia para os participantes.

Figura 2. Print da tela do experimento

O período de familiarização continha 15 sentenças e o experimento continha 68 sentenças, distribuídas da seguinte forma: 24 sentenças-teste, 36 sentenças distratoras e oito sentenças de controle.²⁰ As sentenças foram randomizadas com o site <https://www.random.org/lists/>. Para não criar uma sequência exaustiva de estímulos, o experimento foi dividido em cinco blocos, o primeiro sendo o de familiarização e os outros quatro contendo 17 sentenças cada, com as sentenças-teste, as distratoras e as de controle sendo distribuídas em igual número entre esses blocos. Entre cada bloco de estímulos, acontecia a exibição de um pequeno vídeo de 10 segundos em que aparecia a animação de um gato interagindo com os brinquedos de um quarto de criança. Não havia qualquer relação entre o vídeo e o contexto inicial ou com os acontecimentos reportados pelos estímulos; o objetivo do vídeo era introduzir uma pausa na sequência de estímulos e um rápido momento de descanso mental para os participantes. O tempo utilizado pelos participantes para realizar todo o experimento variou dentro da faixa de quinze a vinte minutos.

²⁰ Todas as sentenças do experimento estão no Anexo 1.

4. Materiais

O experimento foi aplicado presencialmente e através do software livre TP da Worken (http://www.worken.com.br/tp_regfree.php) em um notebook Lenovo G40. Os participantes realizaram o experimento em uma sala do prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A Tabela (1) abaixo apresenta o cruzamento das três variáveis manipuladas pelo experimento e um exemplo de estímulo para cada condição. O experimento possuía quatro estímulos para cada condição, sendo que para os estímulos com orações adjuntas, havia dois com orações finitas e dois com orações infinitivas.²¹

Tabela 1. Exemplos de cada condição do experimento

		<i>Tipo de sentença</i>			
		<i>Convencer</i>		<i>Adjunta</i>	
F l e x ã o d a o o r a ç ã o	F i n i t a	<u>Função sintática do antecedente</u>		<u>Função sintática do antecedente</u>	
		(i) <u>Sujeito</u>	(ii) <u>Objeto</u>	(iii) <u>Sujeito</u>	(iv) <u>Objeto</u>
		O Ivo convenceu a Ana [que o idiota recusou a propina]	O João convenceu a Rita [que a idiota estragou a negociação]	O João despediu a Rita [depois que o idiota foi promovido]	A Rita transferiu o Ivo [depois que o idiota fez um novo treinamento]
	N ã o - f i n i t a	<u>Função sintática do antecedente</u>		<u>Função sintática do antecedente</u>	
		(v) <u>Sujeito</u>	(vi) <u>Objeto</u>	(vii) <u>Sujeito</u>	(viii) <u>Objeto</u>
		A Ana convenceu o João [a dizer [que a idiota mentiu na reunião]]	A Ana convenceu o Ivo [a alegar [que o idiota foi transferido]]	O Ivo vai transferir a Ana [antes do idiota demitir mais pessoas]	A Ana vai entrevistar o Ivo [antes do idiota entregar os relatórios]

As condições (ii), (iv), (vi) e (viii) eram as centrais do experimento, pois se os participantes aceitassem a correferência em (ii), (iv) e (viii), mas não em (vi), isso estaria de acordo com a proposta de que as orações finitas associadas a *convencer* têm comportamento de adjunto. Se a correferência não fosse aceita em (ii) e (vi), mas fosse

²¹ Estamos conscientes de que essa distribuição fez com que a maioria das sentenças-teste do experimento envolvesse o verbo *convencer*, mas acreditamos que os resultados indicam que o experimento foi confiável e as sentenças distratoras foram eficientes em disfarçar o verdadeiro objeto testado.

em (iv) e (viii), isso indicaria que as encaixadas de (ii) e (vi) se comportam como complementos canônicos.

Além das sentenças-teste da tabela acima, também compunham o experimento:

(i) dois tipos de sentenças distratoras, um tipo envolvendo interação de quantificadores (como (5)) e outro envolvendo elipse (como (6)).

(5) a. **Estímulo:** O Ivo contou pra Rita que houve uma premiação para dois projetos.

b. **Pergunta:** Quantas premiações foram feitas?

c. **Respostas possíveis:** (i) uma (ii) ou uma ou duas (iii) duas

(6) a. **Estímulo:** A Rita não 'tava achando que ia ser transferida, mas a Ana 'tava.

b. **Pergunta:** Quem pode acabar sendo transferida?

c. **Respostas possíveis:** (i) a Rita (ii) ou Rita ou Ana (iii) a Ana

(ii) sentenças de controle também envolvendo elipse (como (7)).

(7) a. **Estímulo:** O Ivo tirou duas semanas de férias e a Rita, quatro.

b. **Pergunta:** Quem tirou menos semanas de férias?

c. **Respostas possíveis:** (i) o Ivo (ii) ou Ivo ou Rita (iii) a Rita

As sentenças de controle possuíam opções de resposta corretas e incorretas e foram utilizadas como um marcador da atenção dos participantes ao experimento; especificamente, participantes que dessem respostas incorretas para essas sentenças seriam excluídos da análise estatística.

Na etapa de familiarização, as sentenças eram do mesmo tipo das apresentadas em (5) e (6) ou envolviam epítetos em configurações em que a possibilidade de correferência era esperada (como (8)) e configurações em que não era (como (9)).

(8) a. **Estímulo:** Assim que o João entrou, o vigarista foi falar com a recepcionista.

b. **Pergunta:** Quem falou com a recepcionista?

c. **Respostas possíveis:** (i) o João (ii) ou João ou Ivo (iii) o Ivo

- (9) a. **Estímulo:** O João viu o idiota chegar atrasado
b. **Pergunta:** Quem chegou atrasado?
c. **Respostas possíveis:** (i) o João (ii) ou João ou Ivo (iii) o Ivo

Como podemos ver no item (c) dos paradigmas acima, o padrão das opções de resposta era o mesmo para todos os tipos de sentença: três opções, duas contendo apenas uma resposta e uma opção na forma “ou ... ou ...”.

5. Participantes

O experimento foi aplicado a 40 participantes, 14 homens e 26 mulheres, que nasceram e/ou cresceram no estado de São Paulo. Os participantes tinham entre 20 e 30 anos (a média de idade foi de 23 anos), ensino superior completo ou incompleto e foram recrutados de diferentes faculdades da Universidade de São Paulo (exceto a de Letras).

Ao final do experimento, os participantes responderam a um formulário que lhes perguntava idade, local de nascimento, local de nascimento dos pais, tempo de residência no estado de São Paulo, nível de escolarização, se existia algum problema linguístico em suas famílias e se eles falavam outra língua além do português brasileiro.²²

6. Resultados

6.1. A amostra final

Dos 40 participantes que realizaram o experimento, seis não se mostraram confiáveis quando observamos suas respostas para as sentenças de controle: ou deram a mesma resposta para todas as sentenças-teste e/ou apresentaram um número alto de respostas inesperadas nas sentenças de familiarização. Tendo em vista que esses participantes poderiam enviesar os resultados sobre os demais aspectos do experimento que seriam analisados, a decisão tomada foi excluí-los da análise estatística.

Também verificamos se existiam sentenças para as quais o padrão de resposta foi atípico. Como podemos ver no Gráfico 1 abaixo, T12, um dos estímulos com *convencer* e oração encaixada infinitiva, testando correferência do epíteto com o sujeito da matriz, apresentou um padrão de resposta diferente dos demais estímulos de seu tipo, pois foi o único a apresentar um padrão de 50% de respostas esperadas e 50% de respostas inesperadas, indicando uma oscilação dos julgamentos.

²² O formulário completo está no Anexo 2.

Gráfico 1. Respostas para o sujeito da matriz para cada estímulo com *convencer* e oração infinitiva

Como podemos ver no Gráfico 2 abaixo, T21, um dos estímulos com *convencer* e oração finita, testando correferência com o objeto da matriz, também apresentou um padrão de resposta diferente dos demais estímulos de seu tipo, indicando uma oscilação dos julgamentos parecida com a vista para T12 no Gráfico 1.

Gráfico 2. Respostas para o objeto da matriz para cada estímulo com *convencer* e oração finita

Assim, as respostas para esses dois estímulos, T12 e T21, apresentados em (10a) e (10b) abaixo, foram excluídas da análise.

- (10) a. A Rita convenceu o Ivo a anunciar que a idiota vai promover todo mundo.
 b. A Ana convenceu o João que o vigarista vai receber um aumento.

Sendo assim, os dados analisados foram as respostas de 34 participantes, 24 mulheres e 10 homens, a 81 estímulos (15 sentenças de familiarização, 36 distratoras, 8 sentenças de controle e 22 sentenças-teste), totalizando 2.754 observações. A análise dos resultados reportada nas próximas seções não incluiu as sentenças de familiarização, as distratoras e as de controle.

6.2. Sujeitos

Para todas as sentenças em que a correferência testada era entre epíteto e sujeito da matriz, as respostas que permitiam que o epíteto fosse correferente ao antecedente na sentença (tanto as respostas que escolhiam o antecedente na sentença – e respondiam “a Rita”, por exemplo, quando esse nome aparecia no estímulo –, quanto as que escolhiam os dois antecedentes disponíveis – respondendo, nesse caso, “ou Ana ou Rita”) foram codificadas como “inesperadas”. As respostas que não permitiam a correferência com o sujeito (escolhendo, nesse caso, “a Ana”) foram codificadas como “esperadas”, assumindo que o Princípio C da Teoria de Ligação (Chomsky 1981) deveria bloquear a correferência. Em (11), apresentamos um exemplo de estímulo para cada tipo de sentença.

- (11) a. Adjunta: **A Rita** promoveu o João depois da **sem-vergonha** ter apresentado o relatório.
 b. *Convencer* finita: **A Rita** convenceu o João que **a idiota** terminou o trabalho dentro do prazo.
 c. *Convencer* infinitiva: **A Rita** convenceu o Ivo a alegar que **a sem-vergonha** sabotou o projeto.

A Tabela 2 e o Gráfico 3 abaixo mostram que o número de respostas esperadas foi maior do que o número de respostas inesperadas quando o argumento testado era o sujeito da matriz, mas não significativamente maior ($p = 0.09709$).

Tabela 2. Respostas quando o argumento testado era o sujeito da matriz

Esperada	Inesperada	N total
0.54 (202)	0.46 (170)	372

Gráfico 3. Respostas quando o argumento testado era o sujeito da matriz

A Tabela 3 e o Gráfico 4 abaixo apresentam o comportamento de cada tipo de sentença em relação às respostas para o sujeito da matriz.

Tabela 3. Respostas para o sujeito da matriz por tipo de sentença

	Esperada	Inesperada	<i>p</i>	N
Adjunta	0.40 (55)	0.60 (81)	0.03959 * ²³	136
<i>Convencer</i> Finita	0.54 (73)	0.46 (62)	0.3438	135
<i>Convencer</i> Infinitiva	0.73 (74)	0.27 (27)	7.546e-06 *	101

Gráfico 4. Respostas para o sujeito da matriz por tipo de sentença

²³ Nas tabelas, vamos marcar com * os valores de *p* que foram significativos (todos os valores abaixo de 0.05).

A tabela e o gráfico anteriores mostram que as sentenças com orações adjuntas tiveram significativamente mais respostas inesperadas (aceitando a correferência com o antecedente sentencial, o sujeito da matriz) do que esperadas. As sentenças com *convencer* e oração encaixada infinitiva apresentaram o comportamento inverso, um número significativamente maior de respostas esperadas (recusando a correferência). Já as sentenças com *convencer* e oração finita apresentaram o padrão geral para sujeito, com um número maior (mas não significativamente maior) de respostas esperadas.

A Tabela 4 e o Gráfico 5 abaixo apresentam o comportamento do tipo de resposta para cada tipo de sentença e mostram se a opção de resposta foi o antecedente na sentença, o sujeito da matriz, ambos os antecedentes – o da sentença e o disponível no contexto situacional –, ou o antecedente fora da sentença, o do contexto.

Tabela 4. Tipos de resposta para o sujeito da matriz por tipo de sentença

	Antecedente na sentença (✓ correferência)	Ambos os antecedentes (✓ correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.17 (23)	0.43 (58)	0.40 (55)	0.7778	136
C. Finita	0.14 (20)	0.32 (42)	0.54 (73)	0.00384 *	135
C. Infinitiva	0.07 (7)	0.20 (20)	0.73 (74)	2.552e-08 *	101

Gráfico 5. Tipos de resposta para o sujeito da matriz por tipo de sentença

A tabela e o gráfico anteriores mostram que para as sentenças com orações adjuntas, o número de respostas escolhendo ambos os antecedentes foi o maior, mas não significativamente maior do que o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença. Já para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva e as com oração finita, as respostas escolhendo o antecedente fora da sentença foram em um número significativamente maior do que as respostas escolhendo ambos os antecedentes.

Em suma, para as sentenças com orações adjuntas, a resposta optando pelo antecedente fora da sentença (recusando a correferência com o sujeito da matriz) e a resposta optando por ambos os antecedentes (aceitando a correferência) foram escolhidas quase o mesmo número de vezes pelos participantes. Para as sentenças com *convencer*, o antecedente fora da sentença foi escolhido como resposta um número significativamente maior de vezes.

6.3. Objetos

Quando as sentenças testavam a possibilidade de correferência entre epíteto encaixado e objeto da matriz, as sentenças adjuntas e as sentenças com *convencer* e oração finita receberam a mesma codificação: as respostas aceitando a correferência (escolhendo, por exemplo, “a Rita” ou “ou Rita ou Ana” quando “a Rita” era o objeto da matriz) foram codificadas como “esperadas”. As respostas que recusavam o objeto da matriz como antecedente do epíteto (respondendo, nesse exemplo, “a Ana”) foram codificadas como “inesperadas”, já que estamos assumindo que os objetos dessas sentenças não c-comandam o epíteto e isso deveria tornar a correferência possível. Para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, a codificação era contrária: respostas aceitando a correferência foram codificadas como “inesperadas” e as que recusavam, como “esperadas”, pois assumimos que o objeto nessas sentenças c-comanda o epíteto e isso impossibilitaria a correferência. Em (12), apresentamos um exemplo de estímulo para cada tipo de sentença.

- (12) a. Adjunta: O Ivo despediu **a Rita** depois da **idiota** ter falado com a ouvidoria.
- b. *Convencer* finita: O João convenceu **a Rita** que **a idiota** estragou a negociação.
- c. *Convencer* infinitiva: O Ivo convenceu **a Rita** a anunciar que **a idiota** vai mudar de seção.

Como discutido acima, a codificação das respostas foi oposta para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, em relação às respostas para as sentenças com oração adjunta e com *convencer* e oração finita. Assim, a Tabela 5 e o Gráfico 6 mostram as respostas para o objeto da matriz já divididas por tipo de sentença.

Tabela 5. Respostas para o objeto da matriz por tipo de sentença

	Esperada	Inesperada	<i>p</i>	N
Adjunta	0.80 (109)	0.20 (27)	2.044e-12 *	136
<i>Convencer</i> Finita	0.68 (69)	0.32 (33)	0.0001682 *	102
<i>Convencer</i> Infinitiva	0.51 (71)	0.49 (66)	0.6069	136

Gráfico 6. Respostas para o objeto da matriz por tipo de sentença

A tabela e o gráfico anteriores mostram que as sentenças com orações adjuntas e as sentenças com *convencer* e oração finita apresentam um número significativamente maior de respostas esperadas, aceitando a correferência com o objeto da matriz, do que de respostas inesperadas. Para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, não existe uma diferença significativa entre o número de respostas esperadas (recusando a correferência intrassentencial) e respostas inesperadas.

A Tabela 6 e o Gráfico 7 abaixo apresentam os tipos de resposta escolhidos para cada tipo de sentença e mostram se os participantes optaram mais pelo antecedente na sentença – o objeto da matriz –, por ambos os antecedentes ou se pelo antecedente fora da sentença.

Tabela 6. Tipos de resposta para o objeto da matriz por tipo de sentença

	Antecedente na sentença (✓correferência)	Ambos os antecedentes (✓correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.43 (58)	0.37 (51)	0.20 (27)	0.000772 *	136
C. Finita	0.15 (15)	0.53 (54)	0.32 (33)	0.02436 *	102
C. Infinitiva	0.13 (19)	0.36 (47)	0.51 (70)	0.000567 *	136

Gráfico 7. Tipos de resposta para o objeto da matriz por tipo de sentença

A tabela e o gráfico anteriores mostram que para as sentenças com orações adjuntas, o número de respostas escolhendo o antecedente na sentença, o objeto da matriz, foi significativamente maior do que o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença. Para as sentenças com *convencer* e oração finita, os participantes escolheram significativamente mais vezes a resposta com ambos os antecedentes do que o antecedente fora da sentença. Por fim, para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, o antecedente fora da sentença foi escolhido significativamente mais vezes do que a opção com ambos os antecedentes.

Em suma, para as sentenças com orações adjuntas e para as sentenças com *convencer* e oração finita, respostas aceitando a correferência intrassentencial foram escolhidas significativamente mais vezes do que a resposta recusando essa correferência (a que escolhia o antecedente fora da sentença). Para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, o comportamento foi o oposto.

6.4. Participantes

Além de analisar o comportamento dos tipos de sentença para cada correferência testada (com o sujeito da matriz e com o objeto da matriz), também analisamos o comportamento dos participantes: quantos aceitaram a correferência e quantos recusaram para cada tipo de sentença. Os Gráficos 8, 9 e 10 e a Tabela 7 apresentam esse comportamento para a correferência com o sujeito da matriz. Cada ponto nos Gráficos 8, 9 e 10 identifica um participante de acordo com o seu número de identificação (de 1 a 34); assim, o ponto mais à esquerda representa o participante 1 e o ponto mais à direita, o participante 34. Consideramos como participantes que aceitaram a correferência os que estão acima da linha horizontal marcando 50% nos gráficos.

Gráfico 8. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o sujeito da matriz nas sentenças com oração adjunta

Gráfico 9. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o sujeito da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita

Gráfico 10. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o sujeito da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva

Tabela 7. Comportamento dos participantes para a correferência com o sujeito da matriz por tipo de sentença

	Aceitaram a correferência	Recusaram a correferência	50/50	N
Adjunta	16 (47%)	9 (26,5%)	9 (26,5%)	34
<i>Convencer</i> Finita	12 (35,3%)	17 (50%)	5 (14,7%)	34
<i>Convencer</i> Infinitiva	7 (20,6%)	26 (76,5%)	1 (2,9%)	34

A tabela anterior mostra que para as sentenças com orações adjuntas, 16 participantes aceitaram a correferência intrassentencial, escolhendo ou a resposta com o antecedente na sentença (o sujeito da matriz) ou com ambos os antecedentes. Para as sentenças com *convencer* e oração finita e as com oração infinitiva, 17 participantes e 26 participantes, respectivamente, recusaram a correferência, escolhendo o antecedente fora da sentença como resposta. A coluna “50/50” mostra os participantes que aceitaram a correferência em 50% dos estímulos em questão, mas recusaram nos outros 50%.

Os Gráficos 11, 12 e 13 e a Tabela 8 abaixo apresentam o comportamento dos participantes para cada tipo de sentença quando a correferência testada era com o objeto da matriz. Do mesmo modo que nos Gráficos 8, 9 e 10, cada ponto nos Gráficos 11, 12 e 13 identifica um participante de acordo com o seu número de identificação (de 1 a 34) e consideramos como participantes que aceitaram a correferência os que estão acima da linha horizontal marcando 50% nos gráficos.

Gráfico 11. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o objeto da matriz nas sentenças com oração adjunta

Gráfico 12. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita

Gráfico 13. Proporção, por participante, de aceitabilidade da correferência com o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva

Tabela 8. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz por tipo de sentença

	Aceitaram a correferência	Recusaram a correferência	50/50	N
Adjunta	27 (79,4%)	3 (8,8%)	4 (11,8%)	34
<i>Convencer</i> Finita	24 (70,6%)	10 (29,4%)	0	34
<i>Convencer</i> Infinitiva	12 (35,3%)	13 (38,2%)	9 (26,5%)	34

A tabela anterior mostra que para as sentenças com orações adjuntas e para as sentenças com *convencer* e oração finita, 27 participantes e 24 participantes, respectivamente, aceitaram a correferência intrassentencial, escolhendo como resposta o antecedente na sentença (o objeto da matriz) ou a opção com ambos os antecedentes. Para a sentença com *convencer* e oração infinitiva, 13 participantes recusaram a correferência com o objeto da matriz, escolhendo o antecedente fora da sentença como resposta, mas 12 aceitaram, escolhendo ou o antecedente na sentença ou a opção com ambos os antecedentes.

6.5. Sujeito da matriz vs. objeto da matriz por tipo de sentença

A discussão empírica que motivou o experimento aplicado era sobre a correferência entre epíteto encaixado e objeto da matriz em sentenças com *convencer* e oração finita. Além disso, havia o questionamento sobre a validade dessa correferência como evidência de relações de c-comando, visto que, segundo Modesto (2011), o sujeito da matriz também poderia ser o antecedente do epíteto nessas sentenças.

Tendo isso em vista, investigamos para cada tipo de sentença se existia um contraste entre sujeito e objeto da matriz quanto à aceitabilidade da correferência com o epíteto encaixado. A Tabela 9 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 9. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença (recusando a correferência intrassentencial) por tipo de sentença

	Sujeito	Objeto	<i>p</i>	N
Adjunta	0.40 (55)	0.20 (27)	0.001988 *	S: 136 O: 136 = 272
<i>Convencer</i> Finita	0.54 (73)	0.32 (33)	0.0001023 *	S: 135 O: 102 = 237
<i>Convencer</i> Infinitiva	0.73 (74)	0.51 (70)	0.7389	S: 101 O: 136 = 237

A tabela acima mostra que para as sentenças com orações adjuntas e as com *convencer* e oração finita, existe um contraste entre sujeito e objeto da matriz: o antecedente fora da sentença, sinalizando a recusa da correferência intrassentencial, foi escolhido como resposta significativamente mais vezes para o sujeito do que para o objeto. Para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, esse contraste não foi encontrado, pois não existe diferença significativa entre o número de vezes em que o antecedente fora da sentença foi escolhido como resposta quando o argumento testado era o sujeito e quando era o objeto.

6.6. Modelo de efeito mistos

Realizamos um modelo de regressão logística de efeitos mistos para chegar a estimativas mais precisas sobre o comportamento das variáveis do experimento. A Tabela 10 apresenta o resumo do melhor modelo a que chegamos (efeitos fixos: a interação entre argumentado testado e tipo de sentença; efeitos aleatórios: participante e sentença).

Tabela 10. Resumo do melhor modelo de efeitos mistos

Efeitos fixos	Estimativa	St. Error	valor-z	<i>p</i>
(Intercept)	1.4175	0.2300	6.163	7.16e-10 *
TIPOSENTENCAconvencer finita	-0.6212	0.3197	-1.943	0.05200
TIPOSENTENCAconvencer infinitiva	-1.3277	0.2917	-4.551	5.33e-06 *
ARGTESTADOsujeito	-1.7808	0.2941	-6.055	1.40e-09 *
TIPOSENTENCAc.finita:ARGTESTADOsujeito	1.1507	0.4144	2.777	0.00549 *
TIPOSENTENCAc.infinitiva:ARGTESTADOsujeito	2.6640	0.4207	6.332	2.42e-10 *

Efeitos aleatórios: (1|PARTICIPANTE) + (1|SENTENÇA)

Na primeira coluna da Tabela 10, temos os efeitos fixos do modelo. Como “Intercept”, temos a condição “tipo de sentença: adjunta; argumento testado: objeto” e vemos que a sua estimativa, na segunda coluna da tabela, é positiva (logodds: 1.4175). Visto que os resultados devem ser lidos em relação ao segundo nível da variável dependente “Respostas” e esse segundo nível foi estabelecido como “respostas esperadas”, o fato de o valor ser positivo indica favorecimento de respostas esperadas para um determinado tipo de estímulo. Sendo assim, existe um favorecimento das respostas esperadas para os estímulos testando correferência com o objeto da matriz nas sentenças com orações adjuntas.

As estimativas das demais condições devem ser lidas em relação à estimativa do “Intercept”. A terceira coluna da tabela reporta o erro padrão de cada estimativa, uma medida de precisão das previsões: quanto menor esse valor, maior é o grau de precisão do modelo. O valor-z da quarta coluna é consultado numa tabela de distribuição normal padrão e assim obtemos o valor de significância na última coluna.

A tabela acima mostra que em relação ao Intercept (*adjunta finita, objeto*), existe uma estimativa de desfavorecimento das respostas esperadas quando o argumento testado é o sujeito da matriz (logodds: -1.7808, $p = 1.40\text{e-}09$), mas apenas para as sentenças com oração adjunta (no Intercept), visto que os coeficientes das interações entre *convencer* e oração finita/infinitiva e sujeito são positivos e significativos (logodds = 1.1507, $p = 0.00549$ e logodds = 2.6640, $p = 2.42\text{e-}10$, respectivamente). Também existe um desfavorecimento das respostas esperadas quando o argumento testado é o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva (logodds: -1.3277, $p = 5.33\text{e-}06$).

O fato de a interação entre *tipo de sentença* e *argumento testado* ser significativa no modelo aponta que essas variáveis não tiveram um comportamento independente no experimento, mas, sim, interagiram entre si. Isso confirma o que foi observado na exploração dos resultados: em relação ao sujeito da matriz, as sentenças com orações adjuntas apresentaram um comportamento inesperado: favoreceram as respostas aceitando a correferência com o sujeito (mas apresentaram o comportamento esperado quanto ao objeto da matriz). Quanto ao objeto da matriz, as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, em relação às outras sentenças, favoreceram respostas inesperadas - as quais, para esse tipo de sentença, eram as que aceitavam a correferência com o objeto (mas esse tipo de sentença apresentou o comportamento esperado quanto ao sujeito da matriz).

A Tabela 10 mostra quais variáveis foram significativas para influenciar os resultados obtidos pelo experimento e indica se a tendência das que foram significativas (ou da interação entre elas) foi favorecer ou desfavorecer respostas esperadas. Assim, podemos verificar se as variáveis manipuladas no desenho do experimento foram realmente as que determinaram o comportamento das respostas dos participantes. No nosso experimento, esse foi o caso, pois a Tabela 10 mostra que as variáveis significativas foram os tipos de sentença e os argumentos testados.

A Tabela 10 apresenta uma tendência de desfavorecimento das respostas esperadas para os estímulos com *convencer* e oração infinitiva testando o objeto da matriz como antecedente do epíteto e para os estímulos com orações adjuntas testando o sujeito

da matriz. Ressaltamos, entretanto, que existiu, no primeiro caso, um número significativamente maior de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção (a resposta esperada) (cf. Tabela 6), e, no segundo caso, a diferença não foi significativa entre o número de respostas escolhendo a opção com ambos os antecedentes e o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença (a resposta esperada) (cf. Tabela 4).

6.7. A sentença de Modesto (2011)

A sentença (13) abaixo foi apresentada por Modesto (2011) para questionar se a correferência com epítetos poderia evidenciar as relações de c-comando relevantes para a discussão em torno do estatuto das orações encaixadas finitas com *convencer*.

(13) O Maluf convenceu o Diogo que o desgraçado era o melhor candidato.

A Figura 3 mostra como a sentença foi apresentada aos participantes no formulário respondido por eles em uma folha impressa, ao final do experimento.²⁴

Figura 3. Parte do formulário impresso em que a sentença de Modesto (2011) era apresentada aos participantes

SUJEITO ____

Ops!
Esquecemos de uma frase.

O Maluf convenceu o Diogo que o desgraçado era o melhor candidato.

Quem era o melhor candidato?

____o Maluf ____o Diogo ____outra pessoa

A Tabela 11 e o Gráfico 14 abaixo apresentam as respostas obtidas para essa sentença.

²⁴ A sentença foi apresentada de forma separada, pois queríamos mantê-la da forma reportada por Modesto (2011) e incluir uma sentença com o nome *o Maluf* no experimento poderia criar ruídos em todo o design.

Tabela 11. Respostas para a sentença de Modesto (2011)

Outra pessoa	Objeto	Sujeito	Todas as opções	<i>p</i>	N
0.59 (19)	0.125 (4)	0.16 (5)	0.125 (4)	0.0001506 *	32

Gráfico 14. Respostas para a sentença de Modesto (2011)

A tabela e o gráfico acima mostram que os participantes escolheram significativamente mais vezes a opção de resposta “outra pessoa”, a qual não permitia a correferência com nenhum dos elementos da sentença (o sujeito da matriz ou o objeto da matriz).

7. Discussão

Nesta seção, vamos discutir os resultados apresentados na seção anterior. Em um primeiro momento, vamos discutir os resultados de cada tipo de sentença, considerando o comportamento das respostas para a correferência com o objeto da matriz. Na seção 7.5, vamos discutir a sentença de Modesto (2011). Na seção 7.6, vamos apresentar o experimento de Coelho, Nunes e Santos (2018) e como seus resultados conversam com os resultados obtidos por esta dissertação. Na seção 8, vamos concluir o Capítulo discutindo as sentenças com *convencer* e oração finita, o foco de nosso experimento, e respondendo às perguntas feitas na introdução.

7.1. Sentenças com orações adjuntas

A sentença (14) abaixo traz um exemplo dos estímulos testando a correferência entre epíteto encaixado e o objeto da matriz. A Tabela 12 relembra o comportamento geral das respostas.

(14) A Rita transferiu o Ivo depois que o idiota fez um novo treinamento.

Tabela 12. Respostas para o objeto da matriz para as sentenças com oração adjunta

Esperada (✓ correferência)	Inesperada (x correferência)	<i>p</i>	N
0.80 (109)	0.20 (27)	2.044e-12 *	136

A tabela acima mostra que o objeto da matriz foi aceito como antecedente do epíteto. Essa era a resposta esperada, visto que o objeto da matriz não c-comanda a oração adjunta que contém o epíteto e estamos assumindo que epítetos obedecem ao Princípio C.

A Tabela 13 relembra os tipos de respostas dados para a correferência em questão. Dada a existência de dois tipos de resposta indicando a aceitabilidade de correferência intrassentencial e de um tipo indicando a recusa, olhamos também para o comportamento de cada tipo de resposta para investigar se a aceitabilidade geral da correferência (soma das respostas “antecedente na sentença” e “ambos os antecedentes”), apontada na Tabela 12, não está escondendo uma preferência geral por um antecedente fora da sentença.

Tabela 13. Tipos de resposta para o objeto da matriz para as sentenças com oração adjunta

Antecedente na sentença (✓ correferência)	Ambos os antecedentes (✓ correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
0.43 (58)	0.37 (51)	0.20 (27)	0.000772 *	136

Não temos um número alto de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção de resposta e esse número é significativamente menor do que o número de respostas escolhendo o antecedente na sentença como opção e aceitando a correferência. Esse resultado corrobora a aceitabilidade geral demonstrada na Tabela 12.

A Tabela 14 relembra o comportamento dos participantes quanto à correferência entre epíteto e objeto da matriz.

Tabela 14. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz para as sentenças com oração adjunta

Aceitaram a correferência	Recusaram a correferência	50/50	N
27 (79,4%)	3 (8,8%)	4 (11,8%)	34

A tabela acima mostra que 79,4% dos participantes aceitaram a correferência. Novamente, esse resultado é esperado para o objeto da matriz, visto o que discutimos acima sobre as previsões feitas pelo Princípio C.

A Tabela 15 demonstra a existência de um contraste entre as respostas para o objeto da matriz e as respostas para o sujeito da matriz nas sentenças com orações adjuntas.

Tabela 15. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com oração adjunta para cada argumento

Sujeito	Objeto	<i>p</i>	N
0.40 (55)	0.20 (27)	0.001988 *	S: 136 O: 136 = 272

Apesar de a resposta geral para os dois tipos de estímulos ter sido a aceitabilidade da correferência (cf. Tabela 3 e Tabela 5), o comportamento dos participantes foi diferente para sujeito da matriz e para objeto da matriz (cf. Tabela 7 e Tabela 8) e a Tabela 15 acima mostra que a recusa da correferência, a escolha do antecedente fora da sentença como opção de resposta, foi significativamente maior quando o argumento testado era o sujeito da matriz (em relação ao objeto da matriz).

Em suma, tivemos uma aceitabilidade geral da correferência entre objeto da matriz e epíteto encaixado, demonstrada também pela escolha dos tipos de resposta e pelo comportamento dos participantes. Por fim, a Tabela 15 demonstrou um contraste entre objeto da matriz e sujeito da matriz: a recusa da correferência foi significativamente maior para o segundo do que para o primeiro. Esse contraste é esperado se assumirmos o Princípio C, visto que o sujeito da matriz c-comanda o epíteto, mas o objeto da matriz não c-comanda.

7.2. Sentenças com *convencer* e oração finita

A sentença (15) traz um exemplo dos estímulos testando a correferência entre epíteto encaixado e objeto da matriz. A Tabela 16 relembra o comportamento geral das respostas.

(15) O Ivo convenceu a Ana que a sem-vergonha fez um ótimo trabalho.

Tabela 16. Respostas para o objeto da matriz para as sentenças com *convencer* e oração finita

Esperada (✓ correferência)	Inesperada (x correferência)	<i>p</i>	N
0.68 (69)	0.32 (33)	0.0001682 *	102

A tabela acima mostra que a resposta geral foi de aceitabilidade da correferência entre epíteto e objeto da matriz, resultado esperado se considerarmos o Princípio C como a noção reguladora da distribuição dos epítetos e também que o objeto da matriz não comanda a oração finita com *convencer*, como proposto por Ferreira (2000) e Rodrigues (2004).

A Tabela 17 relembra o comportamento dos tipos de resposta para a correferência do epíteto com o objeto da matriz. Como mencionado na seção anterior, dada a existência de dois tipos de resposta indicando a aceitabilidade de correferência intrassentencial e de um tipo indicando a recusa, olhamos também para o comportamento de cada tipo de resposta para investigar se a aceitabilidade geral da correferência (soma das respostas “antecedente na sentença” e “ambos os antecedentes”), apontada na Tabela 16, não está escondendo uma preferência geral por um antecedente fora da sentença.

Tabela 17. Tipos de resposta para o objeto da matriz para as sentenças com *convencer* e oração finita

Antecedente na sentença (✓ correferência)	Ambos os antecedentes (✓ correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
0.15 (15)	0.53 (54)	0.32 (33)	0.02436 *	102

A tabela acima mostra que o número de respostas escolhendo ambos os antecedentes como opção, aceitando a correferência com o objeto da matriz, é significativamente maior do que o número de respostas escolhendo o antecedente fora da

sentença, recusando essa correferência. Assim como os resultados da Tabela 16, os da tabela acima apontam para a aceitabilidade da correferência intrassentencial.

A Tabela 18 relembra o comportamento dos participantes quanto à correferência em questão.

Tabela 18. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz para as sentenças com *convencer* e oração finita

Aceitaram a correferência	Recusaram a correferência	50/50	N
24 (70,6%)	10 (29,4%)	0	34

70,6% dos participantes aceitaram o objeto da matriz como antecedente do epíteto, enquanto 29,4% recusaram. Novamente, esse resultado mostra a aceitabilidade da correferência entre epíteto e objeto da matriz.

Assim como aconteceu nas sentenças com oração adjunta, podemos identificar um contraste entre as respostas para a correferência do epíteto com o objeto da matriz e as respostas para a correferência com o sujeito da matriz, apresentado na Tabela 19.

Tabela 19. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com *convencer* e oração finita para cada argumento

Sujeito	Objeto	<i>p</i>	N
0.54 (73)	0.32 (33)	0.0001023 *	S: 135 O: 102 = 237

O número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção, recusando a correferência intrassentencial, foi significativamente maior quando o argumento testado era o sujeito da matriz do que quando era o objeto da matriz. Ou seja, o sujeito da matriz foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto do que o objeto da matriz. Tal contraste é esperado se considerarmos o Princípio C como responsável por restringir a ocorrência dos epítetos, assumindo também que o objeto não c-comanda a oração com o epíteto.

Em suma, o comportamento das sentenças com *convencer* e oração finita foi o seguinte: o objeto da matriz foi aceito como antecedente do epíteto, a escolha dos tipos de resposta e também o comportamento dos participantes estão de acordo com essa aceitabilidade geral e são o resultado esperado se assumirmos que esse objeto não c-comanda a oração com o epíteto. Por fim, a Tabela 19 demonstrou a existência de um

contraste entre objeto da matriz e sujeito da matriz: o sujeito da matriz foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto do que o objeto da matriz. Esse contraste é esperado considerando o Princípio C como o responsável por restringir a ocorrência dos epítetos e assumindo que o objeto da matriz não c-comanda a oração finita com *convencer*.

7.3. Sentenças com *convencer* e oração infinitiva

A sentença (16) é exemplo dos estímulos testando a correferência entre epíteto encaixado e objeto da matriz.²⁵ A Tabela 20 relembra o comportamento geral das respostas para esses estímulos.

(16) A Rita convenceu o João a espalhar que o vigarista recebeu uma bronca.

Tabela 20. Respostas para o objeto da matriz para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva

Esperada (x correferência)	Inesperada (✓ correferência)	<i>p</i>	N
0.51 (70)	0.49 (66)	0.6069	136

A tabela acima mostra que apesar de o número de respostas esperadas, as que recusavam a correferência com o objeto da matriz, ter sido maior que o número de respostas que aceitaram a correferência, as inesperadas, o número não foi significativamente maior. Buscando compreender qual foi o julgamento para o objeto da matriz como antecedente do epíteto, a Tabela 21 abaixo relembra o comportamento dos participantes quanto à correferência em questão.

Tabela 21. Comportamento dos participantes para a correferência com o objeto da matriz para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva

Aceitaram a correferência	Recusaram a correferência	50/50	N
12 (35,3%)	13 (38,2%)	9 (26,5%)	34

²⁵ Como discutimos no Capítulo 2, para efeito de apresentação e comparação com as demais estruturas, descreveremos os resultados do experimento referentes às sentenças com *convencer* e oração infinitiva considerando apenas a correferência entre o epíteto e o objeto da matriz, sem fazer menção ao sujeito controlado na oração infinitiva.

A tabela acima também não é esclarecedora, mostrando que 38,2% dos participantes recusaram a correferência, 35,3% aceitaram e 26,5% aceitaram em 50% dos estímulos e recusaram nos outros 50%.

Ainda buscando compreender qual foi o julgamento para a correferência entre epíteto e objeto da matriz, a Tabela 22 abaixo relembra o comportamento de cada tipo de resposta para esses estímulos. Como mencionamos nas seções anteriores, existem dois tipos de resposta indicando aceitabilidade de correferência intrassentencial e um tipo indicando a recusa. Tendo em vista isso e também que os resultados das Tabelas 20 e 21 não foram esclarecedores, além de olhar para respostas esperadas e respostas inesperadas, olhamos também para os tipos de resposta isoladamente.

Tabela 22. Tipos de resposta para o objeto da matriz para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva

Antecedente na sentença (✓correferência)	Ambos os antecedentes (✓correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
0.13 (19)	0.36 (47)	0.51 (70)	0.000567 *	136

A tabela acima mostra que o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção, recusando a correferência com o objeto da matriz, foi significativamente maior do que o número de respostas escolhendo a opção com ambos os antecedentes. Assim, vemos que uma computação sobre os resultados gerais não foi capaz de esclarecer o julgamento, mas a análise dos resultados na Tabela 22, a qual considera cada tipo de resposta isoladamente, aponta para uma preferência pela correferência extrassentencial nesses estímulos. Se considerarmos que o Princípio C regula a distribuição dos epítetos, esse é um resultado esperado, visto que esse objeto comanda o epíteto.

A Tabela 23 mostra que, ao contrário do que aconteceu nos tipos de sentença discutidos anteriormente, não houve um contraste entre objeto da matriz e sujeito da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva.

Tabela 23. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva para cada argumento

Sujeito	Objeto	<i>p</i>	N
0.73 (74)	0.51 (70)	0.7389	S: 101 O: 136 = 237

A tabela acima mostra que além da preferência por uma correferência extrassentencial em ambos os tipos de estímulos (cf. Tabela 3 e Tabela 6), não existiu uma diferença significativa entre o número de vezes em que o sujeito da matriz foi recusado como antecedente do epíteto e o número de vezes em que o objeto da matriz foi recusado. A ausência de contraste na Tabela 23 é esperada se assumirmos que o Princípio C regula a ocorrência dos epítetos, pois tanto o sujeito da matriz, tanto o objeto da matriz

Em suma, o comportamento das sentenças com *convencer* e oração infinitiva foi o seguinte: o julgamento para o objeto da matriz não foi esclarecido pelo resultado geral, mas uma análise considerando o comportamento isolado dos tipos de resposta mostrou que existiu uma preferência pela correferência extrassentencial. Esse é um resultado esperado assumindo o Princípio C, visto que estamos assumindo que esse objeto c-comanda o epíteto. Por fim, a Tabela 23 mostrou que, ao contrário do que foi encontrado nos outros tipos de sentença, não existiu um contraste entre objeto da matriz e sujeito da matriz quando consideramos o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença, recusando a correferência intrassentencial. A inexistência desse contraste é esperada se assumimos o Princípio C, pois ambos os argumentos c-comandam o epíteto.

7.4. Comparando os objetos dos três tipos de sentença

Nesta seção, vamos comparar entre todos os tipos de sentença o comportamento das respostas para o objeto da matriz como antecedente do epíteto.

A Tabela 24 mostra o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção, recusando a correferência do epíteto com o objeto da matriz, para todos os tipos de sentença.

Tabela 24. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o objeto da matriz para cada tipo de sentença

	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.20 (27)	A/CF: 0.4386 A/CI: 1.265e-05*	136
C. Finita	0.32 (33)	CF/A: 0.4386 CF/CI: 0.0002666*	102
C. Infinitiva	0.51 (70)	CI/A: 1.265e-05* CI/CF: 0.0002666*	136

A tabela acima mostra que nas sentenças com oração adjunta e nas sentenças com *convencer* e oração finita, não houve diferença entre o número de vezes em que o objeto da matriz foi recusado como antecedente do epíteto ($p = 0.4386$). O objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva foi recusado como antecedente do epíteto significativamente mais vezes do que o objeto das sentenças com oração adjunta ($p = 1.265e-05$) e do que o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita ($p = 0.0002666$).²⁶

Se considerarmos que o objeto das sentenças com oração adjunta e o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita não c-comandam as orações com o epíteto, mas o objeto das sentenças com *convencer* e oração infinitiva c-comanda, o resultado apresentado na Tabela 24 é esperado sob a visão de que o Princípio C é responsável por restringir a distribuição dos epítetos. Assim, vemos mais uma vez o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita se comportando como o objeto da matriz nas sentenças com oração adjunta e não como o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva.

7.5. A sentença de Modesto (2011)

Na Tabela 25 abaixo, relembremos o comportamento das respostas para as possibilidades de correferência na sentença de Modesto (2011), repetida em (17) abaixo.

(17) O Maluf convenceu o Diogo que o desgraçado era o melhor candidato.

²⁶ Esse resultado reforça o fato de que, apesar de o agrupamento de respostas na Tabela 29 não esclarecer o julgamento para o caso das sentenças com *convencer* e oração infinitiva, uma análise mais detalhada dos resultados mostra a preferência pela correferência extrassentencial.

Tabela 25. Respostas para a sentença de Modesto (2011)

Outra pessoa	Objeto	Sujeito	Todas as opções	<i>p</i>	N
0.59 (19)	0.125 (4)	0.16 (5)	0.125 (4)	0.0001506 *	32

Como vemos na Tabela 25, a opção “outra pessoa” foi significativamente mais escolhida como antecedente para o epíteto encaixado de (17). O número de respostas escolhendo o sujeito da matriz, *o Maluf*, o objeto, *o Diogo*, ou todas as opções (*o Maluf*, *o Diogo*, *outra pessoa*) foi baixo.

Para explicar esse resultado, propomos que, dada a fama de Maluf já mencionada, há um viés pragmático para interpretá-lo como o antecedente do epíteto, enquanto não há um viés para associar o epíteto a *Diogo* num contexto *out-of-the-blue*, como o do formulário em que a sentença foi apresentada aos participantes. Diante disso, esperaríamos obter uma correferência majoritária do epíteto com *Maluf*. No entanto, o resultado (estatisticamente relevante) da Tabela 25 mostra que, apesar do viés pragmático, os participantes recusaram a correferência com o sujeito, *Maluf*, exibindo, portanto, sensibilidade ao Princípio C e mostrando que o comportamento dos epítetos pode, sim, ser usado em PB como um diagnóstico de relações de c-comando.

7.6. Coelho, Nunes e Santos (2018)

Modesto (2011) também diverge do julgamento de Rodrigues (2004) para a extração de um sujeito encaixado nas sentenças com *convencer* e oração finita demonstrada em (18) abaixo.

(18) ??Quem₁ o João convenceu a Maria que *t*₁ vem amanhã?

Para Modesto (2011:15-16), (19a), paralela a (18), é “perfeitamente gramatical”, enquanto (19b), que envolve a extração do sujeito de uma oração adjunta canônica, é “grosseiramente agramatical”.

(19) Modesto (2011:15-16):

- a. Quem₁ (que) o Pedro convenceu a Cilene que *t*₁ vai viajar?
- b. *Quem₁ o Pedro viu a Cilene enquanto *t*₁ fazia compras?

Buscando estabelecer o estatuto gramatical das sentenças envolvendo extração do sujeito da oração finita com *convencer*, como (8a), Coelho, Nunes e Santos (2018) aplicaram um experimento para comparar o julgamento de falantes nativos de PB para essa extração com o seu julgamento para a extração de sujeitos de orações finitas canonicamente adjuntas, como (19b), e orações finitas canonicamente complementos, como (20) abaixo.

(20) Quem₁ o Pedro disse pra Maria que t_1 viajou pra Londres?

A previsão do experimento de Coelho, Nunes e Santos era clara: se o comportamento da extração a partir da oração finita associada a *convencer* fosse o mesmo da extração a partir das orações complemento, isso indicaria um comportamento de complemento da primeira. Se o comportamento fosse o mesmo da extração a partir de orações adjuntas canônicas, isso estaria de acordo com a proposta de Rodrigues (2004) de que as orações finitas associadas a *convencer* ocupam uma posição de adjunto.

Coelho, Nunes e Santos argumentam que, apesar de a aceitabilidade de extração com *convencer* não ter sido estatisticamente esclarecedora (10 participantes aceitaram a extração na maioria dos casos e 9 recusaram), e não existir uma diferença estatisticamente significativa entre a aceitabilidade da extração a partir das orações com *convencer* e a partir das orações complemento ($p = 0.39723$) ou a partir das orações adjuntas ($p = 0.401733$), os resultados obtidos por seu experimento indicam que o comportamento das sentenças com *convencer* e oração finita se aproxima mais do comportamento das sentenças com orações adjuntas. A única correlação entre fatores estatisticamente relevante encontrada (r de Pearson = 0.48, $p = 0.036$) foi entre os participantes que aceitavam extração a partir das orações adjuntas e os que aceitavam extração a partir da oração finita com *convencer*; ou seja, os participantes mais propensos a aceitar a extração com as orações adjuntas também se mostraram mais propensos a aceitar com *convencer* e oração finita.

Além disso, orações adjuntas ($p = 0.018$) e orações finitas associadas a *convencer* ($p = 6.801e-5$) foram sensíveis ao tipo de elemento-*wh* extraído – simples como *quem* ou complexo como *que aluno*, sendo que a aceitabilidade da extração era maior se o elemento-*wh* era complexo -, enquanto para a extração a partir de orações complemento, isso foi indiferente ($p = 0.57$). Coelho, Nunes e Santos argumentam que esses resultados

podem ser explicados se a complexidade do elemento-*wh* for interpretada em termos de *D-linking*, pois, como mostra Pesetsky (1987), *D-linking* atenua efeitos de ilha.

Coelho, Nunes e Santos consideram que esses resultados fornecem evidência positiva para a proposta de Rodrigues (2004), pois mostram as orações finitas associadas a *convencer* se comportando como orações adjuntas, apresentando correlações entre si e sensibilidades semelhantes em relação à extração de sujeitos encaixados. Assim, os resultados do experimento reportado nesta dissertação se somam aos resultados desse experimento, pois também identificamos que as sentenças com *convencer* e oração finita têm comportamento semelhante ao das sentenças com orações adjuntas e divergem das sentenças com *convencer* e oração infinitiva.

8. Conclusões

Para concluir o Capítulo, vamos rever o comportamento do objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita – o foco desta dissertação – buscando evidenciar o que os resultados obtidos pelo nosso experimento podem dizer sobre a discussão em torno da estrutura dessas sentenças.

Na Tabela 26 abaixo, relembramos as respostas para a correferência entre epíteto e objeto da matriz. A resposta esperada era a que aceitava a correferência.

Tabela 26. Respostas para o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita

	Esperada	Inesperada	<i>p</i>	N
<i>Convencer</i> Finita	0.68 (69)	0.32 (33)	0.0001682 *	102

Como podemos ver na Tabela 26, o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita recebeu significativamente mais respostas esperadas, as que aceitavam a correferência com o epíteto.

Na Tabela 27 abaixo, relembramos que o objeto das sentenças com *convencer* e oração infinitiva foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto do que os outros objetos. Não houve um contraste entre o objeto das sentenças com oração adjunta e o das sentenças com *convencer* e oração finita (e a correferência com o epíteto também foi aceita nas sentenças com oração adjunta, cf. Tabela 12).

Tabela 27. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o objeto da matriz para cada tipo de sentença

	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.20 (27)	A/CF: 0.4386 A/CI: 1.265e-05*	136
C. Finita	0.32 (33)	CF/A: 0.4386 CF/CI: 0.0002666*	102
C. Infinitiva	0.51 (70)	CI/A: 1.265e-05* CI/CF: 0.0002666*	136

Assumindo o Princípio C, as Tabelas 26 e 27 indicam que o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita, assim como o objeto das sentenças com oração adjunta, não c-comanda o epíteto/a oração subordinada. Assim, esses resultados estão de acordo com a proposta de Rodrigues (2004) de que as orações finitas associadas a *convencer* ocupam uma posição estrutural de adjunto.

Na Tabela 28 abaixo, relembramos que, em relação ao objeto da matriz, o sujeito da matriz foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto nas sentenças com *convencer* e oração finita.

Tabela 28. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com *convencer* e oração finita para cada argumento

Sujeito	Objeto	<i>p</i>	N
0.54 (73)	0.32 (33)	0.0001023 *	S: 135 O: 102 = 237

Modesto (2011) apresentou a sentença em (21) abaixo para questionar se epítetos podem evidenciar as relações de c-comando relevantes para decidir o estatuto da oração finita associada a *convencer*. Em seu julgamento, a correferência do epíteto com o sujeito da matriz é possível em (21), enquanto a correferência com o objeto é marginal.

(21) O Maluf convenceu o Diogo que o desgraçado era o melhor candidato.

Como discutimos na seção 7.5, mesmo (21) sendo uma sentença enviesada para a leitura de sujeito em um contexto *out-of-the-blue*, tanto a correferência com o sujeito, como a correferência com o objeto foram preteridas no experimento em favor de uma correferência extrassentencial.

Assim, tendo em vista os resultados discutidos nesta seção e a discussão feita nas demais seções, respondemos às perguntas feitas na introdução do Capítulo da seguinte forma:

(i) O objeto da matriz em sentenças com *convencer* e em sentenças com orações adjuntas é um antecedente possível para os epítetos? Como relembramos nesta seção, o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita e o objeto das sentenças com oração adjunta foram aceitos como antecedentes do epíteto e não houve um contraste entre eles, enquanto o objeto das sentenças com *convencer* e oração infinitiva foi significativamente mais recusado como antecedente.

(ii) O comportamento de epítetos pode evidenciar a estrutura associada a *convencer* quando esse verbo se combina com uma oração encaixada finita, o foco da discussão apresentada no Capítulo 2? Como discutimos ao longo deste Capítulo, os resultados encontrados apontam que o objeto da matriz não comanda o epíteto, o que é compatível com a proposta de Rodrigues (2004) de que a oração finita ocupa uma posição de adjunto.

(iii) As respostas a essas perguntas podem esclarecer a base empírica do problema levantado por Modesto (2000) para a análise dos sujeitos nulos do PB em termos de movimento e permitir avaliar a adequação explanatória de tal análise?

Modesto (2000, 2011) assume que as sentenças com *convencer* possuem a mesma estrutura, sendo a oração subordinada infinitiva ou finita. Dessa forma, sua previsão é que o objeto da matriz dessas sentenças deveria se comportar da mesma forma. Por outro lado, Rodrigues (2004) propõe que as orações finitas associadas a *convencer* ocupam uma posição estrutural de adjunto, fazendo a previsão de que o objeto da matriz dessas sentenças deveria se comportar como o objeto da matriz de sentenças com orações adjuntas. Nossos resultados mostraram que o objeto da matriz foi aceito como antecedente do epíteto nas sentenças com oração adjunta e nas sentenças com *convencer* e oração finita e houve uma preferência pela correferência extrassentencial nos estímulos com *convencer* e oração infinitiva. Além disso, existiu um contraste entre o objeto da matriz das sentenças com *convencer* e oração finita e o das sentenças com orações adjuntas, por um lado, e o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva, por outro. Nas sentenças com orações adjuntas e nas sentenças com *convencer* e oração finita, o

sujeito da matriz foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto do que o objeto da matriz; nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva, não existiu esse contraste. Esses resultados apontam para a mesma direção: o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita se comportando como o das sentenças com oração adjunta e diferentemente das sentenças com *convencer* e oração infinitiva, o que está de acordo com Ferreira (2000) e com a proposta de Rodrigues (2004) de que essa oração finita ocupa uma posição estrutural de adjunto. Sendo assim, temos uma evidência a favor da análise de movimento para os sujeitos nulos do PB, pois, sob a TCM, o fato de o antecedente do sujeito nulo encaixado em (22) abaixo ser o sujeito da matriz, não o objeto, é justamente o que esperamos se essa é uma instância de controle de adjunto (cf. a discussão apresentada no Capítulo 2).

(22) [O Paulo]₁ convenceu [o Pedro]₂ que $t_{1/*2}$ ganhou na loteria.

CAPÍTULO 4

A sensibilidade estrutural dos epítetos

1. Introdução

O estatuto do Princípio C da Teoria de Ligação (Chomsky 1981) não é claro dentro do quadro do Programa Minimalista, pois não há consenso sobre o domínio da gramática a que esse princípio pertence ou qual é a sua natureza. Nesse cenário, a situação dos epítetos é ainda mais nebulosa, pois esses elementos introduzem muitos aspectos (como sua carga avaliativa) e não há consenso a respeito da natureza da restrição que regula sua distribuição, se sintática (como o Princípio C), semântica/pragmática ou se híbrida.

Como discutido no Capítulo 2, Ferreira (2000) e Nunes (2013) usam epítetos como evidência de que o objeto da matriz não c-comanda a oração finita associada a *convencer*, mas c-comanda a oração infinitiva, assumindo que epítetos em PB obedecem ao Princípio C. Essa assunção remonta a Lasnik (1976), que propôs que epítetos se comportam como expressões referenciais (doravante *expressões-R*) no que diz respeito à ligação. No Capítulo 3, discutimos os resultados do experimento focando nos objetos da matriz e na estrutura das sentenças com *convencer*, assumindo também que epítetos obedecem ao Princípio C. Entretanto, como já mencionamos, essa posição é controversa e existe muita discussão na literatura desde Lasnik (1976). A partir disso, neste capítulo faremos uma apresentação de algumas das análises para epítetos e discutiremos o que os resultados do nosso experimento podem mostrar sobre o comportamento desses elementos.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentamos a proposta para o comportamento dos epítetos de Lasnik (1976) e a sua reformulação em Lasnik (1989). Na seção 3, apresentamos a “Restrição de Antilogoforicidade” de Dubinsky e Hamilton (1998) e a interpretação de Schlenker (2005) de tal restrição. Na seção 4, apresentamos a “Restrição do Anti-Juiz” de Patel-Grosz (2012). Na seção 5, apresentamos a proposta de Johnson (2019). Na seção 6, discutimos os resultados do experimento. Por fim, a seção 7 encerra o capítulo com as conclusões.

2. Lasnik (1976) e Lasnik (1989)

Apontando os dados em (1) abaixo, Jackendoff (1972) argumenta que DPs como *the bum*, *the bastard* e *the poor guy*, os quais chama de “epítetos pronominais”, podem ser correferentes a outro DP se não receberem um acento.

- (1) a. I wanted Charlie₁ to help me, but [the bastard]₁ wouldn't do it.
b. Irving₁ was besieged by a horde of bills and [the poor guy]₁ couldn't pay them.
c. Although [the bum]₁ tried to hit me, I can't really get too mad at Harry₁.

Dentro de seu modelo interpretativo de gramática, Jackendoff propõe que os epítetos devem ser explicados pela sua regra de pronominalização, pois ocorrem em um subconjunto dos ambientes em que pronomes podem ocorrer²⁷ e, semanticamente, funcionariam como pronomes especializados que adicionam seu significado lexical aos atributos de seu referente.

Contestando a análise de Jackendoff (1972) de que epítetos são pronomes, Lasnik (1976) mostra que esses elementos se comportam como as expressões-R em (2), como demonstrado em (3) abaixo.

- (2) a. *He₁ finally realized that Oscar₁ is unpopular.
b. *Oscar₁ finally realized that Oscar₁ is unpopular.
- (3) a. *He₁ realizes that [the sissy]₁ is going to lose.
b. *John₁ realizes that [the sissy]₁ is going to lose.

²⁷ Postal (1972) propõe que esse subconjunto de ambientes são os ambientes em que o antecedente não comanda o epíteto. Apesar de essa ser a condição que regula expressões-R, Postal não descarta a possibilidade de epítetos serem pronomes.

Para explicar a ocorrência de correferências não acidentais²⁸ entre dois DPs em uma sentença, Lasnik (1976:6) formula a regra em (4) abaixo.²⁹

(4) Se NP₁ precede e comanda³⁰ NP₂ e NP₂ não é um pronome, então NP₁ e NP₂ são não-correferenciais.

A regra acima explica a agramaticalidade da correferência em (2), pois o NP₁ (*he* em (2a) e *Oscar* em (2b)) precede e comanda e o NP₂, *Oscar*, o qual não é um pronome, mas uma expressão-R. Em (3), o NP₁ (*he* em (3a) e *John* em (3b)) precede e comanda o NP₂, o epíteto *the sissy*, assim como em (2). Se os epítetos fossem pronomes, a correferência deveria ser possível, mas não é. Assim, Lasnik (1976) argumenta que sua regra prevê exatamente o comportamento dos epítetos, se esses elementos *não forem pronomes*.

Lasnik (1989) mantém que expressões-R em inglês devem ser livres, mas reformula a proposta de Lasnik (1976) por conta dos dados das línguas vietnamita e tailandesa em (5) e (6) abaixo, respectivamente. Lasnik propõe que as expressões-R em vietnamita precisam estar livres em sua categoria de regência (não podem ser ligadas localmente (cf. (5b)), enquanto as expressões-R do tailandês podem ser ligadas por outra expressão-R (cf. (6)).

(5) a. John tin John sẽ thắng (vietnamita)
John thinks John will win
b. *John thưởng John
John likes John

²⁸ “I note in passing that it is possible that the notion of coreference in this rule, and elsewhere in this discussion, should be replaced with that of *intended coreference*.” (Lasnik 1976:6, nota 5, grifo nosso). Pollard e Sag (1994:76) definem correferência acidental como “two NPs tokens have distinct indices that are anchored to the same referent (or, equivalently, pick out the same individual”. Nesta dissertação, focamos apenas na possibilidade ou impossibilidade de correferência *intencional, não acidental* entre epíteto e outro DP.

²⁹ Estamos assumindo a “hipótese do DP” (Abney 1987) nesta dissertação; entretanto, mantivemos as formulações da literatura em seu formato original, mantendo *NP* onde *NP* foi utilizado.

³⁰ “Node A is said to command node B if the minimal S node dominating A also dominates B” (Lasnik 1976:4, nota 2).

(6) a. *coon khít wáa coon chàlaàt* (tailandês)

John thinks that John is smart

b. *coon choop coon*

John likes John

Entretanto, se o primeiro DP em (5) e (6) for substituído por um pronome, a correferência deixa de ser possível em todas as sentenças, como podemos ver em (7), do vietnamita, e em (8), do tailandês, abaixo.

(7) a. **No' tin John sẽ thắng* (vietnamita)

he believes John will win

b. **No' thưởng John*

he likes John

(8) a. **khăw khít wáa coon chàlaàt* (tailandês)

he thinks that John is smart

b. **khăw choop coon*

he likes John

Tendo em vista os dados apresentados, Lasnik (1989:154) propõe que o Princípio C, na verdade, pode operar de duas maneiras diferentes. Todas as línguas estariam sujeitas a (9) abaixo, inclusive o tailandês, mas algumas não restringem o tipo do *binder*, como o inglês, estabelecendo que as expressões-R devem ser inteiramente livres.

(9) Uma expressão-R é livre no domínio de um pronome.³¹

/

Quanto ao comportamento dos epítetos, Lasnik mostra que, no vietnamita, eles se comportam como as expressões-R, pois não podem ser ligados localmente, como demonstrado em (10) abaixo.

³¹ “An R-expression is pronoun-free” (Lasnik 1989:154).

(10) a. John tin thǎng chỏ dẻ sễ thǎng

John believes the son of a bitch will win

b. *John thuổng cái thǎng chỏ dẻ

John likes the son of a bitch

O comportamento dos epítetos em tailandês é inesperado, entretanto. Como já mencionado, as expressões-R nessa língua não apresentam restrições de ocorrência se não são antecedidas por um pronome. Entretanto, a correferência em (11) abaixo não é possível.

(11) *cɔɔn chỏp ?âybǎa

John likes the nut

Lasnik (1989) mostra que apesar de as expressões-R do tailandês não obedecerem à formulação menos restritiva do Princípio C, ou, posto de outra forma, apesar de o tailandês apresentar apenas a condição (9) acima, os pronomes dessa língua obedecem ao Princípio B, pois precisam ser livres em sua categoria de regência, como vemos em (12) abaixo.

(12) *cɔɔn chỏp khǎw

John likes him

Assim, Lasnik propõe que a agramaticalidade de (11) acontece graças ao Princípio B, pois os epítetos não seriam apenas expressões-R, mas *expressões-R pronominais*. Lasnik não classifica os epítetos como *pronomes*, porque esses elementos possuem conteúdo lexical, como as expressões-R (tanto em inglês, como também no tailandês e no vietnamita), porque existiria muita evidência do seu comportamento de expressão-R em inglês e, por fim, porque, em tailandês, os epítetos se comportam como as expressões-R quando são os elementos ligados, pois não podem ser ligados por um pronome (cf. a condição em (9)), como vemos em (13) abaixo.

(13) *khǎw khít wǎa ?âybǎa chǎlaàt

he thinks that the nut is smart

Para defender o comportamento pronominal dos epítetos, além do paralelo entre (11) e (12), Lasnik (1989) aponta que, em tailandês, quando o epíteto é o *binder*, se comporta como um pronome, pois não pode ligar uma expressão-R (cf. a condição em (9)), como demonstrado em (14) abaixo. Em especial, em (15), onde o epíteto é substituído por uma expressão-R, a correferência é possível. Assim, Lasnik atribui a agramaticalidade de (14) ao caráter pronominal dos epítetos.

(14) *?âybàà khít wàà cœn chàlàt
the nut thinks that John is smart

(15) cœn khít wàà cœn chàlàt
John thinks that John is smart

Por fim, Lasnik aponta que pronomes e epítetos partilham a possibilidade de ter um antecedente, possibilidade ilustrada em (16) abaixo do inglês.

(16) After John₁ walked in, [the idiot]₁ sat down.

Resumindo, os argumentos de Lasnik (1989) para o caráter pronominal dos epítetos são (i) sua obediência ao Princípio B em tailandês, uma língua em que as expressões-R não obedecem à formulação menos restrita do Princípio C, estando sujeita à condição em (9); (ii) também no tailandês, quando o epíteto é o *binder*, se comporta como um pronome, pois não pode ligar uma expressão-R; (iii) os epítetos, como os pronomes, podem ter antecedentes não-locais. Os argumentos para tratar os epítetos como expressões-R são (i) o fato de possuírem conteúdo lexical; (ii) no inglês, uma língua que obedece à formulação menos restrita do Princípio C, os epítetos se comportam como expressões-R; (iii) em tailandês, se comportam como uma expressão-R quando são o *bindee*, pois não podem ser ligados por um pronome. Quanto ao vietnamita, os epítetos precisam estar livres em sua categoria de regência, o que Lasnik (1989) considera comportamento pronominal. Entretanto, como as expressões-R dessa língua se comportam da mesma forma (cf. (5)), consideramos que não é claro se esse é mesmo um

comportamento pronominal, ou se os epítetos estão se comportando como as expressões-R.³²

Tendo isso em vista, os seguintes pontos são os principais para esta dissertação: (i) quando são *bindees*, os epítetos se comportam como expressões-R, mesmo em tailandês, uma língua que só está sujeita à condição em (9); (ii) no inglês, uma língua que obedece à formulação menos restrita do Princípio C, os epítetos se comportam como expressões-R.

3. “Restrição de Antilogoforicidade”

Dubinsky e Hamilton (1998) propõem que Jackendoff (1972) está essencialmente correto e epítetos são pronomes. Para argumentar que epítetos obedecem ao Princípio B, Dubinsky e Hamilton utilizam os dados do tailandês de Lasnik (1989) e os dados em (17) abaixo, os quais mostram que os epítetos nunca podem ser localmente ligados.

- (17) a. *John₁ shaved [the idiot]₁.
b. *John₁ embarrassed [the idiot]₁.

Entretanto, em (18) abaixo, os epítetos parecem não se comportar como pronomes, pois não podem ser ligados mesmo por um antecedente não-local.

- (18) a. *Melvin₁ claims that [the bastard]₁ was honest.
b. *John₁/*He₁ realizes that [the sissy]₁ is going to lose.
c. *John₁ thinks that I admire [the idiot]₁.

A explicação de Dubinsky e Hamilton para o comportamento em (18) é baseada em logoforicidade. Especificamente, a correferência não é possível, porque o antecedente não-local é o “portador de perspectiva” das sentenças, i.e., “o indivíduo sob cuja perspectiva o conteúdo atributivo do epíteto é avaliado” (Dubinsky e Hamilton 1998:687).

³² (5) e (10) mostraram que as expressões-R e os epítetos do vietnamita precisam ser livres em sua categoria de regência quando o antecedente em questão é uma expressão-R. (7a) mostrou que quando o antecedente é um pronome, as expressões-R do vietnamita não podem ser ligadas por esse pronome mesmo fora de sua categoria de regência. Lasnik não apresenta um exemplo como (7a) para os epítetos, assim, não indica se os epítetos se comportam como as expressões-R também nesse contexto, ou seja, se não podem ser ligados por um pronome não-local.

A correferência em (19), em contrapartida, é possível, pois o antecedente não-local do epíteto não é o “portador de perspectiva”.

(19) a. John₁ ran over a man (who was) trying to give [the idiot]₁ directions.

b. Through an accumulation of slipups, John₁ (inadvertently) led his students to conclude that [the idiot]₁ couldn't teach.

Assim, Dubinsky e Hamilton formulam a “Restrição de Antilogoforicidade” em (20) abaixo para os epítetos.

(20) Um epíteto não deve ser antecedido por um indivíduo sob cuja perspectiva o conteúdo atributivo do epíteto é avaliado.³³

O paradigma em (21) abaixo também seria explicado pela restrição em (20). Dubinsky e Hamilton argumentam que todas as correferências agramaticais em (21) se tornam possíveis se pudermos abstrair a perspectiva de avaliação do epíteto do antecedente e transferi-la para o falante no discurso.

(21) a. *It was said by John₁ that [the idiot]₁ lost a thousand dollars on the slots.

a'. It was said of John₁ that [the idiot]₁ lost a thousand dollars on the slots.

b. *According to John₁, [the idiot]₁ is married to a genius.

b'. Speaking of John₁, [the idiot]₁ is married to a genius.

c. *John₁ told us of a man (who was) trying to give [the idiot]₁ directions.

c'. John₁ ran over a man (who was) trying to give [the idiot]₁ directions

d. *Despite an accumulation of slipups, John₁ asked his students to conclude that [the idiot]₁ could teach.

d'. Through an accumulation of slipups, John₁ (inadvertently) led his students to conclude that [the idiot]₁ couldn't teach.

Assim, Dubinsky e Hamilton defendem que epítetos são pronomes sujeitos ao Princípio B, por isso nunca podem ser localmente ligados (como visto em (17)), mas sua

³³ Dubinsky e Hamilton apontam que restrições logofóricas para pronomes e anáforas são muitas vezes formuladas restringindo como antecedente do pronome/anáfora o indivíduo sob cuja perspectiva a *proposição* que contém esses elementos é avaliada (cf. Reinhart e Reuland 1991, Sells 1987a).

distribuição também está sujeita à restrição em (20) e isso explica os casos em que a ligação seria não-local e, mesmo assim, não é possível (demonstrados nos paradigmas (18) e (21) acima).

Schlenker (2005) interpreta a proposta de Dubinsky e Hamilton (1998) como restringindo a correferência do epíteto com o agente do predicado de atitude nas sentenças construídas com tais predicados. A partir disso, propõe-se a explicar por que epítetos deveriam ser antilogofóricos. Schlenker aponta que, apesar de pronomes como *he* serem tipicamente ambíguos entre leituras *de se* ou *de re*, existem línguas como o *ewe* que fazem uma distinção morfológica entre, por um lado, os pronomes *de se* (chamados de “logofóricos”) e, por outro, os pronomes *de re* (“antilogofóricos”). Esses pronomes antilogofóricos geram leituras disjuntivas em relação ao antecedente sentencial mesmo em um contexto *de se*. Schlenker propõe que os epítetos, como esses pronomes antilogofóricos, não podem receber uma leitura *de se*, pois pronomes *de se* devem sempre ser variáveis e epítetos não poderiam ser variáveis. Schlenker reconhece a necessidade de derivar uma explicação para essa restrição para os epítetos, mas deixa tal explicação para investigação futura.

Os aspectos das análises de Dubinsky e Hamilton (1998) e Schlenker (2005) que interessam à esta dissertação são ancorados essencialmente na semântica e/ou na pragmática. Entretanto, como discutiremos na seção 6, identificamos uma sensibilidade dos epítetos em relação a configurações de c-comando não-locais. Sendo assim, assumimos que esta noção sempre é um dos fatores influenciando a distribuição desses elementos.

4. “Restrição do Anti-Juiz”

Patel-Grosz (2012) argumenta, que graças ao seu caráter avaliativo/atributivo, epítetos são uma questão de interface sintática-semântica/pragmática. Sua proposta é que esses elementos são apositivos nominais com uma âncora nula, a qual seria um pronome nulo, *pro*. A estrutura de um epíteto como *o idiota* seria [pro, o idiota]. Assim, a análise sintática dada para a resposta em (22a), em que *the idiot* é correferente a *Fritz*, é (22b). (22b) seria interpretada como (22c), dando origem à asserção em (22d) e à pressuposição em (22e), a qual contém o conteúdo avaliativo do epíteto.

- (22) a. Do you know Fritz₁? John just met [the idiot]₁.
 b. *análise sintática*: John just met *pro*₁(,) the idiot.
 c. *interpretação do apositivo*: John just met *pro*(,) and he₁ is the/an idiot.
 d. *asserção*: John just met Fritz₁(,and he₁ is the/a (salient) person).
 e. *pressuposição*: The speaker/John/a salient person believes that Fritz₁ is stupid.

Entretanto, apesar de assumir um carácter pronominal para os epítetos, Patel-Grosz (2012:80) aponta que esses elementos se comportam como expressões-R quando acontecem em orações complemento de certos predicados, como demonstrado no paradigma (23) abaixo.

- (23) a. *John₁ thinks that [the idiot]₁ is smart. *Epíteto*
 b. * John₁ thinks that [the teacher]₁ is smart. *Expressão-R*
 c. ^{OK} John₁ thinks that he₁ is smart. *Pronome*
 d. ^{OK} John₁ thinks that he, the idiot,₁ is smart. *Pronome + Apositivo Nominal*

Antes de apresentar a proposta final de Patel-Grosz para o comportamento dos epítetos, a “Restrição Anti-Juiz”, apresentaremos as bases de tal proposta, Lasersohn (2005) e Stephenson (2007).

Lasersohn (2005) sugere que predicados de gosto pessoal como em (24) abaixo apresentam uma variação contextual na sua interpretação que é diferente da variação familiar exibida por pronomes e outros elementos indexicais.

- (24) a. Roller coasters are fun.
 b. This chilli is tasty.

Lasersohn argumenta que o valor de verdade de sentenças como as de (24) depende justamente do “gosto pessoal” do falante ou de qualquer que seja o indivíduo relevante e que ao invés de tratar o “conteúdo” de uma sentença como um conjunto de pares “tempo-mundo”, nós devemos tratar como um conjunto de trios “tempo-mundo-indivíduo”; assim nasce sua proposta de “juiz”: o juiz de um contexto é o indivíduo do qual o valor de verdade de predicados de gosto pessoal depende.

Stephenson (2007) estende a proposta de Lasersohn (2005), propondo que, além de predicados de gosto pessoal, predicados de atitude também estão sujeitos a um “Parâmetro do Juiz”, ou seja, a proposição reportada pela oração complemento desses predicados deve ser avaliada a partir da perspectiva de um indivíduo. Mais especificamente, considerando o complemento desses predicados, o Parâmetro do Juiz é transferido do falante para um dos argumentos da matriz: no caso de um predicado como *think*, o parâmetro é transferido para o sujeito da matriz, porque a sua perspectiva é a relevante para a avaliação da proposição. No caso de um predicado como *convince*, é transferido para o objeto da matriz, pois a perspectiva de quem foi convencido é a relevante para a avaliação. Sendo assim, a oração encaixada na sentença em (25a) abaixo é avaliada a partir da perspectiva do sujeito da matriz, mas a oração encaixada em (25b) é avaliada a partir da perspectiva do objeto da matriz.

- (25) a. Sam thinks that it might be raining.
 b. Sue convinced Mary that it might be raining.

Patel-Grosz (2012) adota o Parâmetro do Juiz de Stephenson (2007) na sua análise e, como já mencionado, apesar de propor que epítetos são apositivos nominais com uma âncora nula pronominal, *pro*, observa que, quando ocorrem em orações complemento de certos predicados, esses epítetos se comportam como expressões-R (cf. (23)). Além disso, Patel-Grosz observa que uma sentença em que um epíteto encaixado é correferente ao sujeito da oração matriz é menos aceitável quando a oração encaixada está associada a *think* do que quando está associada a *convince*, como demonstrado no contraste em (26) abaixo.

- (26) a. *John₁ thinks that [the idiot]₁ is smart.
 b. ^{?OK}John₁ convinced Peter that [the idiot]₁ is smart.

Patel-Grosz observa ainda que quando a correferência é entre epíteto encaixado e objeto da matriz em uma sentença com *convince*, a sentença é totalmente aceitável, como demonstrado em (27) abaixo.

- (27) Peter convinced John₁ that [the idiot]₁ is smart.

Para explicar (26) e (27), Patel-Grosz assume também a proposta de Stephenson (2007) de que com *think*, o Parâmetro do Juiz é transferido para o sujeito da matriz e com *convince*, para o objeto. A partir disso, Patel-Grosz (2012:109) propõe que a distribuição dos epítetos obedece à “Restrição do Anti-Juiz” apresentada em (28) abaixo.

(28) Um epíteto não pode ocorrer em uma sentença *s* se

- (i) a sentença é interpretada em relação a um juiz *j* que é idêntico ao antecedente do epíteto, e
- (ii) o antecedente *c*-comanda o epíteto.

Com a restrição em (28), Patel-Grosz explica a agramaticalidade de (26a) argumentando que o sujeito da matriz é tanto o juiz da sentença (construída com *think*), quanto o antecedente *c*-comandante do epíteto, portanto, (28) é violada. Já em (26b), apesar de o sujeito da matriz *c*-comandar o epíteto e ser seu antecedente, não é o juiz da sentença com *convince*. Por fim, para (27), em que o objeto da matriz é tanto o juiz da sentença, quanto o antecedente do epíteto, Patel-Grosz (2012:34) argumenta que sua gramaticalidade indica que o objeto da matriz não *c*-comanda a oração encaixada nessa construção (assim como Ferreira 2000, Rodrigues 2004 e Nunes 2013 argumentam para o PB).

Em suma, o predicado da matriz de uma sentença introduz o Parâmetro do Juiz quando é um predicado de atitude. Assim, um epíteto na oração complemento desse predicado vai se comportar como uma expressão-R em relação a um potencial antecedente na oração matriz, pois a cláusula (ii) da Restrição Anti-Juiz estabelece uma restrição de *c*-comando. Quando a oração matriz possui dois DPs, como é o caso de *convencer*, a previsão de (28) é que o epíteto pode ter um antecedente que o *c*-comanda, desde que esse não seja o juiz da sentença.

A restrição em (28) explicitamente leva em consideração a avaliação *da proposição que contém o epíteto*, não *a do epíteto*. Patel-Grosz, seguindo Potts e Harris (2009) e Harris (2009, 2012), argumenta que os epítetos também estão sujeitos a uma avaliação, mas essa frequentemente é atribuída ao falante.³⁴

³⁴ Assumimos no nosso experimento que os epítetos geralmente são avaliados sob a perspectiva do falante. Os estímulos do nosso experimento foram áudios e ao final da aplicação, alguns participantes fizeram comentários como “a pessoa que gravou essas frases estava bem brava, né?”, uma indicação de que ao menos esses participantes vincularam a avaliação negativa do epíteto à perspectiva do falante. Assim, sem um questionamento direto do indivíduo ao qual pedimos julgamento, ou sem uma instrução direta sobre a

Tendo em vista a proposta de Patel-Grosz (2012) discutida nesta seção, a obediência dos epítetos à Restrição Anti-Juiz é seu caráter principal para a discussão desta dissertação, pois nossa investigação desses elementos envolve sua ocorrência em sentenças com *convencer*, um predicado de atitude que introduz o Parâmetro do Juiz.

5. A proposta de Johnson (2019)

Johnson reformula em (29) abaixo o Princípio C como proposto por Chomsky (1981), substituindo “expressões referenciais” por “descrições definidas”.

- (29) A non-pronominal definite description must be disjoint in reference from a DP that c-commands it.

Propondo explicar a existência do Princípio C e suas “particularidades”, Johnson questiona (i) por que, segundo ele, esse Princípio não se aplica a epítetos e pronomes, os quais seriam descrições definidas; (ii) por que c-comando a partir de posições-A é relevante e (iii) por que a força desse Princípio parece depender de quais expressões estão envolvidas.

Considerando contrastes como o existente entre (30a), em que o pronome *her* não c-comanda a outra descrição definida, e (30b), em que existe c-comando, Johnson propõe que existe uma condição da ordem do discurso que causa efeitos de referência disjunta, demonstrada por (30a) não ser perfeita, e tal condição é intensificada quando existe c-comando a partir de posições-A, como em (30b).

- (30) This is Sandra.
a. ? Her father met someone who admires the woman.
b. * She met someone who admires the woman.

A condição da ordem do discurso seria a “*Repeated Name Condition*”, que, simplificada, estabelece que uma descrição definida não deve ser correferente a um DP que seja mais informativo, o que seria uma questão de acomodação de pressuposições. Como pronomes e epítetos seriam menos informativos e não vêm com pressuposições

quem atribuir a avaliação do epíteto, não é claro o que pode levar a uma dissociação dessa avaliação da perspectiva do falante e à associação a algum dos argumentos da sentença.

que precisam ser acomodadas, se o seu uso for possível em um contexto, o uso de outra descrição definida não vai ser perfeito. Essa seria a razão para esses elementos não dispararem efeitos de referência disjunta.

No caso de (30a), *the woman* traz a informação de que o referente feminino é adulto, sendo assim mais informativo do que o pronome *her*. Dessa forma, (31a) não é perfeita mesmo com a ausência de c-comando.

Adicionando a questão do c-comando à discussão, o Princípio C seria responsável por impedir que um DP mais informativo seja c-comandado e correferente a um DP menos informativo, intensificando assim os efeitos da *Repeated Name Condition* quando há c-comando envolvido, como no contraste entre (30a) e (30b).³⁵

Assim, apesar de Johnson não incluir os epítetos em sua análise e assumir a Restrição de Antilogoforicidade de Dubinsky e Hamilton (1998) para esses elementos, sua análise do Princípio C/da distribuição de descrições definidas envolve duas condições, a *Repeated Name Condition*, uma propriedade do discurso, e o Princípio C, uma propriedade da gramática que intensificaria os efeitos da *Repeated Name Condition* quando há c-comando envolvido. Levando em conta os resultados que serão discutidos na próxima seção, uma análise nesses termos, ou nos termos de Patel-Grosz (2012), considerando aspectos estruturais e semânticos/pragmáticos, parece estar mais próxima de explicar a distribuição de epítetos (e talvez das “descrições definidas” no geral).

6. O comportamento dos epítetos no nosso experimento

Como vimos nas seções anteriores, algumas análises propõem apenas restrições sintáticas para os epítetos, como a de Lasnik (1976, 1989), algumas são essencialmente restrições semânticas/pragmáticas, como a de Dubinsky e Hamilton (1998) e de Schlenker (2005), e outras propõem restrições de ambas as naturezas, como a de Patel-Grosz (2012) e a de Johnson (2019).

Nesta seção, vamos discutir os resultados do nosso experimento, buscando demonstrar que apesar de a noção de c-comando não ser suficiente para explicar o

³⁵ Johnson propõe que, na verdade, efeitos de Princípio C surgem quando o DP que é gatilho para esse princípio faz parte da função que se aplica ao primeiro DP, pois as pressuposições que determinam quando o valor de um argumento é definido não podem ser mais fortes do que as pressuposições que determinam o valor desse argumento e quando a função é definida – condição que Johnson chama de “*Function Application Definedness*” (FAD). Entretanto, Johnson admite que não é trivial assegurar que todos os casos em que aparecem efeitos de Princípio C são, na verdade, casos de FAD.

comportamento dos epítetos, é uma noção necessária, visto que esses elementos apresentam sensibilidade a configurações estruturais.

6.1. O caso dos sujeitos

No capítulo anterior, focamos nos estímulos do experimento que testavam a correferência do epíteto com o objeto da matriz e nos estímulos com *convencer* e oração finita, discutindo o que os resultados para essas sentenças esclarecem sobre a estrutura das sentenças com *convencer*.

Nesta seção, vamos focar nos resultados para os estímulos que testavam a correferência do epíteto com os sujeitos da matriz. Em (31), relembramos esses estímulos.

- (31) a. Adjunta: **A Rita** promoveu o João depois da **sem-vergonha** ter apresentado o relatório.
- b. *Convencer* finita: **A Rita** convenceu o João que **a idiota** terminou o trabalho dentro do prazo.
- c. *Convencer* infinitiva: **A Rita** convenceu o Ivo a alegar que **a sem-vergonha** sabotou o projeto.

A Tabela 1 abaixo reapresenta o comportamento geral das respostas para cada tipo de sentença.

Tabela 1. Respostas para o sujeito da matriz por tipo de sentença

	Esperada (x correferência)	Inesperada (✓ correferência)	<i>p</i>
Adjunta	0.40 (55)	0.60 (81)	0.03959 *
C. Finita	0.54 (73)	0.46 (62)	0.3438
C. Infinitiva	0.73 (74)	0.27 (27)	7.546e-06 *

A tabela acima mostra que tivemos uma aceitabilidade geral da correferência nas sentenças com orações adjuntas, a resposta inesperada. Para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, tivemos o comportamento inverso, uma recusa geral da correferência, a resposta esperada. Já as sentenças com *convencer* e oração finita apresentaram um quadro geral de indeterminação, com um número maior (mas não significativamente maior) de respostas esperadas.

A Tabela 2 relembra o comportamento dos participantes para a correferência em questão.

Tabela 2. Comportamento dos participantes para a correferência com o sujeito da matriz por tipo de sentença

	Aceitaram a correferência	Recusaram a correferência	50/50	N
Adjunta	16 (47%)	9 (26,5%)	9 (26,5%)	34
<i>Convencer</i> Finita	12 (35,3%)	17 (50%)	5 (14,7%)	34
<i>Convencer</i> Infinitiva	7 (20,6%)	26 (76,5%)	1 (2,9%)	34

A Tabela 2 mostra que o comportamento dos participantes nas sentenças com orações adjuntas não foi inequívoco na direção de aceitabilidade da correferência, com 47% dos participantes aceitando-a. Para as sentenças com *convencer* e oração finita, tivemos 50% de recusa da correferência e os outros 50% se dividindo entre aceitá-la ou aceitá-la em metade dos estímulos e recusar na outra metade. Temos um quadro de indeterminação como o do comportamento geral das respostas. Já para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, 76,5% dos participantes recusaram a correferência e esse resultado corrobora o apresentado na tabela anterior.

Na Tabela 3 abaixo, reapresentamos o comportamento dos tipos de resposta para cada tipo de sentença. Como discutimos no capítulo anterior, existiam dois tipos de resposta no experimento indicando a aceitabilidade de correferência intrassentencial e um tipo indicando a recusa. Sendo assim, além de olhar para respostas esperadas e respostas inesperadas, olhamos também para o comportamento dos tipos de resposta para investigar se uma aceitabilidade geral da correferência (soma das respostas “antecedente na sentença” e “ambos os antecedentes”) ou uma recusa geral da correferência não estavam mascarando um quadro diferente.

Tabela 3. Tipos de resposta para o sujeito da matriz por tipo de sentença

	Antecedente na sentença (✓ correferência)	Ambos os antecedentes (✓ correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>
Adjunta	0.17 (23)	0.43 (58)	0.40 (55)	0.7778
C. Finita	0.14 (20)	0.32 (42)	0.54 (73)	0.00384 *
C. Infinitiva	0.07 (7)	0.20 (20)	0.73 (74)	2.552e-08 *

Apesar de a Tabela 1 ter mostrado que a correferência entre sujeito da matriz e epíteto foi, de forma geral, aceita nas sentenças com orações adjuntas, a tabela acima mostra que existiu um alto número (55) de respostas escolhendo a correferência extrassentencial nesses estímulos. Esse número não é significativamente menor do que o número de respostas escolhendo ambos os antecedentes (58).

Para as sentenças com *convencer* e oração finita, a Tabela 1 e Tabela 2 mostraram um quadro geral de indeterminação, mas a Tabela 3 acima mostra que o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção, recusando a correferência com o sujeito da matriz, foi significativamente maior do que o número de respostas escolhendo a opção com ambos os antecedentes. Esse resultado aponta para uma preferência pela correferência extrassentencial nesses estímulos.

Para as sentenças com *convencer* e oração infinitiva, a Tabela 3 acima mostra que o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção, recusando a correferência intrassentencial, foi significativamente maior do que o número de respostas escolhendo ambos os antecedentes como opção. Esse resultado corrobora os apresentados na Tabela 1 e na Tabela 2.

Resumindo, para as sentenças com oração adjunta, houve uma aceitabilidade geral da correferência entre epíteto e sujeito da matriz, mas o comportamento dos participantes e do tipo de respostas não foram inequívocos nessa direção. Para as sentenças com *convencer* e oração finita, tivemos um quadro de indeterminação no comportamento geral das respostas e no dos participantes, mas o comportamento do tipo de respostas aponta para uma preferência pela correferência extrassentencial nesses estímulos. Por fim, a correferência foi, de forma geral, recusada nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva e o comportamento dos participantes e dos tipos de resposta corrobora esse resultado.

Se c-comando fosse uma condição categórica para a distribuição dos epítetos, não esperaríamos ter a aceitabilidade geral encontrada para as sentenças com oração adjunta, nem o quadro geral de indeterminação para as sentenças com *convencer* e oração finita, visto que estamos assumindo que o sujeito da matriz c-comanda a oração subordinada tanto nessas sentenças como nas com *convencer* e oração infinitiva. Assim, os resultados do nosso experimento apontam que apenas a noção de c-comando não é suficiente para explicar o comportamento dos epítetos.

Entretanto, a Tabela 4 abaixo compara o comportamento das respostas entre os três tipos de sentença, mostrando o número de respostas escolhendo o antecedente fora da sentença como opção, recusando a correferência do epíteto com o sujeito da matriz.

Tabela 4. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o sujeito da matriz para cada tipo de sentença

	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.40 (55)	A/CF: 0.1116 A/CI: 0.09436	136
C. Finita	0.54 (73)	CF/A: 0.1116 CF/CI: 0.9343	135
C. Infinitiva	0.73 (74)	CI/A: 0.09436 CI/CF: 0.9343	101

Podemos ver na tabela acima que não existe uma diferença significativa (coluna com os valores de *p*) entre o número de vezes em que o sujeito das sentenças com oração adjunta, o sujeito das sentenças com *convencer* e oração finita e o sujeito das sentenças com *convencer* e oração infinitiva foram recusados como antecedentes do epíteto. Assim, apesar do resultado para as sentenças com orações adjuntas e para as sentenças com *convencer* e oração finita, não encontramos uma diferença significativa entre o número de vezes em que os sujeitos foram recusados como antecedente do epíteto e assumimos que todos c-comandam os epítetos nas sentenças em que aparecem. Assim, essa ausência de contraste aponta para uma sensibilidade estrutural dos epítetos. Vamos retomar a discussão desse resultado na próxima seção.

6.2. A sensibilidade dos epítetos a configurações de c-comando

Na Tabela 5, relembremos os resultados para os casos em que assumimos que o antecedente potencial c-comanda o epíteto, os quais foram ou obscuros ou houve uma preferência pela correferência extrassentencial.

Tabela 5. Antecedentes que c-comandam o epíteto e o julgamento para a correferência

Antecedentes que c-comandam o epíteto	Julgamentos para a correferência com o epíteto
Sujeito da matriz nas sentenças com oração adjunta	De forma geral, a correferência foi aceita, mas o comportamento das respostas não foi inequivocamente de aceitabilidade.
Sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	Preferência pela correferência extrassentencial.
Sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	A correferência com o epíteto foi recusada.
Objeto da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	Preferência pela correferência extrassentencial.

Além disso, vamos retomar os seguintes resultados do experimento e discuti-los considerando a noção de c-comando.

- (a) Contraste entre sujeito e objeto nas sentenças com oração adjuntas: o sujeito foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto ($p = 0.001988$).
- (b) Contraste entre sujeito e objeto nas sentenças com *convencer* e oração finita: o sujeito foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto ($p = 0.0001023$).
- (c) Ausência de contraste entre sujeito e objeto nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva ($p = 0.7389$).
- (d) Ausência de contraste entre o sujeito de todos os tipos de sentença ($p = 0.1116$, $p = 0.9343$, $p = 0.09436$).
- (e) Contraste entre o objeto das sentenças com oração adjunta e das sentenças com *convencer* finita, por um lado, e o objeto das sentenças com *convencer* infinitiva por outro ($p = 1.265e-05$ e $p = 0.0002666$), sendo que esse foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto. Ausência de contraste entre o objeto das sentenças com oração adjunta e o das sentenças com *convencer* finita ($p = 0.4386$).

Esses resultados mostram que todos os antecedentes potenciais que c-comandam o epíteto foram significativamente mais recusados como antecedentes desse elemento do que aqueles que estamos assumindo que não c-comandam. Quando não existia contraste

de c-comando entre os antecedentes potenciais, não existiu também um contraste quanto à aceitabilidade da correferência com o epíteto. Ilustramos essa comparação na Figura 5 abaixo.

Figura 1. Contrastes baseados em c-comando

Sujeito das sentenças com oração adjunta	→ C-comanda.	}	Houve contraste. O sujeito foi significativamente mais recusado.
Objeto das sentenças com oração adjunta	→ Não c-comanda.		
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ C-comanda	}	Houve contraste. O sujeito foi significativamente mais recusado.
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ Não c-comanda.		
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	→ C-comanda.	}	Sem contraste
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	→ C-comanda.		
Sujeito das sentenças com oração adjunta	→ C-comanda	}	Sem contraste
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ C-comanda		
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	→ C-comanda		
Objeto das sentenças com oração adjunta	→ Não c-comanda	}	Sem contraste
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ Não c-comanda		
Objeto das sentenças com oração adjunta e o das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ Não c-comandam	}	Houve contraste. O objeto das sentenças com oração infinitiva foi significativamente mais recusado.
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ C-comanda.		

Baseando-nos nos resultados apresentados na Tabela 5 para os antecedentes potenciais que c-comandam o epíteto e em todos os contrastes/ausências de contrastes ilustrados da Figura 1 acima, propomos que apesar de c-comando não ser uma condição categórica e não ser suficiente para explicar a distribuição dos epítetos, esses elementos apresentam sensibilidade a configurações de c-comando (mesmo as não-locais) e essa

sensibilidade explica os resultados discutidos nesta seção. Dessa forma, propomos que as análises que se propõem a explicar o comportamento dos epítetos devem, de alguma forma, incluir essa noção sintática.

6.3. Resumindo

Nas seções anteriores, demonstramos que apesar de c-comando não ser uma condição categórica para a distribuição dos epítetos, esses elementos apresentam uma sensibilidade a configurações de c-comando.

Como Patel-Grosz (2012) e Johnson (2019) propõem, é possível que haja duas restrições regulando conjuntamente o comportamento dos epítetos, uma de ordem semântica/pragmática (baseada na noção de juiz ou em algo como a *Repeated Name Condition*) e uma de ordem sintática, como c-comando.

Quanto ao foco desta dissertação, as sentenças com *convencer*, as previsões feitas pelas análises discutidas no Capítulo 2 são as seguintes: independentemente da sensibilidade a c-comando dos epítetos ser categórica ou escalar, a análise de Modesto (2000, 2011) prevê que o sujeito da matriz e o objeto da matriz deveriam contrastar nas sentenças com oração adjunta, mas não nos dois tipos de sentenças com *convencer*. Mais especificamente, deveríamos esperar uma diferença ou categórica ou estatisticamente significativa entre sujeitos e objetos no primeiro tipo de sentença, mas não nos outros dois tipos. Além disso, essa análise prevê que o objeto da matriz das sentenças com *convencer* e oração finita deveria contrastar com o das sentenças com oração adjunta, não com os das sentenças com *convencer* e oração infinitiva. Já a análise de Rodrigues (2004) prevê que o sujeito da matriz e o objeto da matriz deveriam contrastar nas sentenças com oração adjunta e nas com *convencer* e oração finita, mas não nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva. Prevê também que o objeto da matriz das sentenças com *convencer* e oração finita deveria contrastar com o das sentenças com *convencer* e oração infinitiva, não com os das sentenças com oração adjunta. Essas duas últimas previsões foram justamente os resultados encontrados, demonstrando que as sentenças com *convencer* e oração finita se comportaram como as sentenças com oração adjunta.

Assim, pondo de lado qual deve ser a análise final para os epítetos, se esses elementos forem sensíveis a configurações de c-comando de modo categórico (como previsto pelo Princípio C) ou se esse for apenas um dos fatores regulando seu comportamento (como proposto por Patel-Grosz (2012) e Johnson (2019)), os resultados

obtidos nesta dissertação favorecem a proposta de adjunto de Rodrigues (2004) e, em última instância, uma análise em termos de movimento para os sujeitos nulos do PB.

7. Conclusões

Neste capítulo, discutimos algumas análises sintáticas, semânticas/pragmáticas e híbridas para epítetos. Demonstramos que os resultados do nosso experimento apontam que c-comando não é a única condição regulando a ocorrência dos epítetos, mas o comportamento desses elementos apresenta uma sensibilidade a configurações estruturais. Dessa forma, propomos que análises que considerem tanto restrições semânticas/pragmáticas quanto uma restrição em termos de c-comando estão em vantagem, pois estamos de acordo com a afirmação de Patel-Grosz de que graças ao seu caráter avaliativo/atributivo, epítetos são uma questão de interface sintática-semântica/pragmática; assim, a distribuição desses elementos deve estar sujeita a restrições semânticas/pragmáticas e restrições sintáticas.

Sem a pretensão de decidir qual é a melhor análise para os epítetos, retomamos as conclusões do capítulo anterior quanto às sentenças com *convencer*, defendendo que os resultados do nosso experimento mostram as sentenças com *convencer* e oração finita se comportando como as sentenças com orações adjuntas, fornecendo, assim, evidências favoráveis para a proposta de Rodrigues (2004) e para a TCM aplicada aos sujeitos nulos do PB.

Capítulo 5

Conclusões finais

Na introdução desta dissertação, apresentamos nossos objetivos: formular e aplicar um experimento para investigar (i) se o comportamento dos epítetos em PB é sensível a configurações estruturais, testando a solidez de um argumento baseado nesses elementos, e (ii) se esse comportamento pode esclarecer qual o estatuto da oração finita associada a *convencer*, tendo em vista a discussão em torno dessas sentenças.

Quanto ao objetivo (i), identificamos que os epítetos são sensíveis a configurações estruturais. Em especial, a Tabela 1 abaixo mostra que para todos os antecedentes que c-comandam o epíteto, ou houve uma preferência pela correferência extrassentencial ou o resultado foi obscuro.

Tabela 1. Antecedentes que c-comandam o epíteto e o julgamento para a correferência

Antecedentes que c-comandam o epíteto	Julgamentos para a correferência com o epíteto
Sujeito da matriz nas sentenças com oração adjunta	De forma geral, a correferência foi aceita, mas o comportamento das respostas não foi inequivocamente de aceitabilidade.
Sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	Preferência pela correferência extrassentencial.
Sujeito da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	A correferência com o epíteto foi recusada.
Objeto da matriz nas sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	Preferência pela correferência extrassentencial.

A Figura 1 abaixo mostra que existiu um contraste de aceitabilidade da correferência para antecedentes que diferiam quanto a c-comandar ou não o epíteto, com a correferência com o antecedente que c-comanda sendo significativamente mais recusada, mas não existiu um contraste quando os antecedentes não diferiam quanto a c-comandar ou não o epíteto.

Figura 1. Contrastes baseados em c-comando

Sujeito das sentenças com oração adjunta	→ C-comanda.	}	Houve contraste. O sujeito foi significativamente mais recusado.
Objeto das sentenças com oração adjunta	→ Não c-comanda.		
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ C-comanda	}	Houve contraste. O sujeito foi significativamente mais recusado.
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ Não c-comanda.		
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	→ C-comanda.	}	Sem contraste
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	→ C-comanda.		
Sujeito das sentenças com oração adjunta	→ C-comanda	}	Sem contraste
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ C-comanda		
Sujeito das sentenças com <i>convencer</i> e oração infinitiva	→ C-comanda		
Objeto das sentenças com oração adjunta	→ Não c-comanda	}	Sem contraste
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ Não c-comanda		
Objeto das sentenças com oração adjunta e o das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ Não c-comandam	}	Houve contraste. O objeto das sentenças com oração infinitiva foi significativamente mais recusado.
Objeto das sentenças com <i>convencer</i> e oração finita	→ C-comanda.		

Quanto ao objetivo (ii), sendo o comportamento dos epítetos sensível às relações de c-comando relevantes para esclarecer a estrutura associada a sentenças com *convencer*, os resultados do experimento apontam o paralelo existente entre o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita e o objeto das sentenças com oração adjunta. A Tabela 2 mostra que esses objetos foram aceitos como antecedente do epíteto.

Tabela 2. Respostas para o objeto da matriz das sentenças com *convencer* e oração finita e das sentenças com oração adjunta

	Esperada (✓ correferência)	Inesperada (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.80 (109)	0.20 (27)	2.044e-12 *	136
C. Finita	0.68 (69)	0.32 (33)	0.0001682 *	102

Além disso, a Tabela 3 abaixo mostra que nas sentenças com oração adjunta e nas sentenças com *convencer* e oração finita, não houve diferença significativa entre o número de vezes em que o objeto da matriz foi recusado como antecedente do epíteto ($p = 0.4386$). Ou seja, não houve contraste entre esses objetos. Em contrapartida, o objeto da matriz nas sentenças com *convencer* e oração infinitiva foi recusado como antecedente do epíteto significativamente mais vezes do que o objeto das sentenças com oração adjunta ($p = 1.265e-05$) e do que o objeto das sentenças com *convencer* e oração finita ($p = 0.0002666$).

Tabela 3. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para o objeto da matriz para cada tipo de sentença

	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
Adjunta	0.20 (27)	A/CF: 0.4386 A/CI: 1.265e-05 *	136
C. Finita	0.32 (33)	CF/A: 0.4386 CF/CI: 0.0002666 *	102
C. Infinitiva	0.51 (70)	CI/A: 1.265e-05* CI/CF: 0.0002666 *	136

Os resultados apresentados apontam para a mesma direção: o objeto da matriz das sentenças com *convencer* e oração finita se comportando como o das sentenças com oração adjunta, o que está de acordo com a proposta de Rodrigues (2004) de que a oração finita associada a *convencer* ocupa uma posição estrutural de adjunto. Sendo assim, independentemente da análise final para explicar a distribuição dos epítetos, temos uma evidência a favor da análise de movimento para os sujeitos nulos do PB. Se essa oração finita ocupa uma posição de adjunto, o fato de o antecedente do sujeito nulo encaixado em (1) abaixo ser o sujeito da matriz, não o objeto, é justamente o que esperamos se essa é uma instância de controle de adjunto, considerando uma derivação nos termos de

Hornstein (1999, 2001), a qual envolve Movimento Lateral (Nunes 2001, 2004) de *o Paulo* (cf. a discussão apresentada no Capítulo 2).

(1) [O Paulo]₁ convenceu [o Pedro]₂ que $t_{1/*2}$ ganhou na loteria.

Quanto à correferência com o sujeito da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita, a qual Modesto (2011) apontou como possível, a Tabela 4 abaixo mostra uma preferência por uma correferência extrassentencial nesses casos.

Tabela 4. Tipos de resposta para o sujeito da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita

Antecedente na sentença (✓ correferência)	Ambos os antecedentes (✓ correferência)	Antecedente fora da sentença (x correferência)	<i>p</i>	N
0.14 (20)	0.32 (42)	0.54 (73)	0.00384 *	135

Além disso, os julgamentos para a sentença de Modesto (2011), repetida em (2) abaixo, apontaram para a mesma preferência por uma correferência extrassentencial, como vemos na Tabela 5 abaixo, apesar de todo o viés pragmático envolvido nessa sentença.

(2) O Maluf convenceu o Diogo que o desgraçado era o melhor candidato.

Tabela 5. Respostas para a sentença de Modesto (2011)

Outra pessoa	Objeto	Sujeito	Todas as opções	<i>p</i>	N
0.59 (19)	0.125 (4)	0.16 (5)	0.125 (4)	0.0001506 *	32

Por fim, a Tabela 6 abaixo mostra que o sujeito da matriz desse tipo de sentença foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto do que o objeto.

Tabela 6. Respostas escolhendo o antecedente fora da sentença para as sentenças com *convencer* e oração finita para cada argumento

Sujeito	Objeto	<i>p</i>	N
0.54 (73)	0.32 (33)	0.0001023 *	S: 135 O: 102 = 237

Em suma, identificamos a sensibilidade dos epítetos quanto a configurações de c-comando. Quanto ao comportamento dos epítetos em sentenças com *convencer*, independentemente da análise final para os epítetos, temos uma indicação de que o objeto da matriz não c-comanda a oração finita, pois foi aceito como antecedente do epíteto, assim como o objeto das sentenças com oração adjunta. Em relação a esses dois objetos, o objeto das sentenças com oração infinitiva foi significativamente mais recusado como antecedente do epíteto. Por fim, o sujeito da matriz nas sentenças com *convencer* e oração finita e nas sentenças com oração adjunta foram significativamente mais recusados como antecedentes do epíteto do que os objetos da matriz, enquanto não existiu esse tipo de contraste nas sentenças com *convencer* e infinitiva. Todos esses resultados apontam para a similaridade entre as sentenças com *convencer* finita e as sentenças com oração adjunta. Assim, os resultados desta dissertação apresentam uma evidência para a proposta de Rodrigues (2004) de que a oração finita associada a *convencer* ocupa uma posição estrutural de adjunto e, indiretamente, também uma evidência para uma análise em termos de movimento para os sujeitos nulos do PB.

Referências bibliográficas

ABNEY, S. The English Noun Phrase in its Sentential Aspect. 1987. Tese (Doctor of Linguistics) - MIT, Department of Linguistics and Philosophy, Cambridge, MA, 1987.

BORER, H. Anaphoric AGR. In: JAEGGLI, O. A; SAFIR, K.J. (eds.). The Null Subject Parameter. Dordrecht: Springer, 1989. (Studies in Natural Language and Linguistic Theory 15).

BOSKOVIC, Z. D-Structure, Theta-Criterion, and Movement into Theta-Positions. **Linguistic Analysis**, v. 24, n. , p. 247-286, 1994.

BOSKOVIC, Z.; TAKAHASHI, D. Scrambling and Last Resort. **Linguistic Inquiry**, v. 29, n. 3, p. 347-366, 1998.

BRITTO, H. Deslocados à Esquerda, Resumptivo Sujeito, Ordem SV e a Codificação Sintática de Juízos Categórico e Tético no Português do Brasil. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CARVALHO, J. A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva. 2016. 288f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COELHO, C.; NUNES, J.; SANTOS, L. On the status of null subjects in Brazilian Portuguese: Experimental Results from Extraction of Embedded Subjects. **Isogloss – a journal on variation of Romance and Iberian languages**, v. 4, n. 1, p. 85-112, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/isogloss.55>

CONROY, A.; TAKAHASHI, E.; LIDZ, J.; PHILIPS, C. Equal Treatment for All Antecedents: How Children Succeed with Principle B. **Linguistic Inquiry**, v. 40, n. 3, p. 446-486, 2009.

CHOMSKY, N. Lectures on Government and Binding. Dordrecht, Foris, 1981.

CHOMSKY, N. Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use. Nova York, Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In: KENNETH, H; KEYSER, S. J. (eds.). The View From Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger. Cambridge: MIT Press, 1993.

CHOMSKY, N. The Minimalist Program. Cambridge, MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R; MICHAELS, D; URIAGEREKA, J. (eds.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, 2000.

CHOMSKY, N. Beyond explanatory adequacy. In: BELLETI, A. (ed.). *Structures and Beyond*, Oxford: Oxford University Press, 2004.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I; KATO, M.A. (eds.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp. 1993.

DUARTE, M. E. A Perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUBINSKY, S.; HAMILTON, R. Epithets as antilogophoric pronouns, **Linguistic Inquiry**, v. 29, n. 4, p. 685-693, 1998.

FERREIRA, M. Argumentos nulos em português brasileiro. 2000. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FIENGO, R.; MAY, R. *Indices and Identity*. Cambridge, MIT Press, 1994.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português do Brasil. In: ROBERTS, I. KATO, M. A. (eds.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

HARRIS, J. A. Epithets and perspective shift: experimental evidence. **University of Massachusetts Occasional Papers: Papers in Pragmatics**, v. 39, p. 49-76, 2009.

HARRIS, J. Processing Perspectives. 2012. Tese (Doctor of Linguistics) – Department of Linguistics, University of Massachusetts, Amherst, 2012.

HORNSTEIN, N. Movement and control. **Linguistic Inquiry**, v. 30, n. 1, p. 69-96, 1999.

HORNSTEIN, N. *Move! A Minimalist Theory for Construal*. Oxford, Blackwell, 2001.

HORNSTEIN, N; NUNES, J. Minimalism and control. In: CARNIE, A; SATO, Y.; SIDDIGI, D. *Routledge handbook of syntax*. London & New York: Routledge, 2014.

HUANG, C. T. J. Chinese pro-drop: a generalized control theory. In: JAEGLI, O. A; SAFIR, K.J. (eds.). *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Springer, 1989. (Studies in Natural Language and Linguistic Theory 15).

JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, MIT Press, 1972.

JOHNSON, K. Principle C. **Manuscrito não publicado**, 2019.

KATO, M. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. **Probus**, v. 11, p. 1-37, 1999.

- KATO, M. A.; MARTINS, A. N.; NUNES, J. The syntax of Portuguese. Cambridge, Cambridge University Press. (a sair).
- KURODA, S. Y. The concept of subject in grammar. In: SHIBATANI, M. (ed.). *Syntax and Semantics: Japanese Generative Grammar*. New York: Academic Press, 1976.
- LAKA, I. Negation in Syntax: on the nature of functional categories and projections. Tese (Doctor of Linguistics) - MIT, Department of Linguistics and Philosophy, Cambridge, MA, 1990.
- LARSON, R. K. Promise and the theory of control. **Linguistic Inquiry**, v. 22, p. 103-139, 1991.
- LASERSON, P. Context dependence, disagreement and predicates of personal taste. **Linguistics and Philosophy**, v. 28, p. 643-686, 2005.
- LASNIK, H. Remarks on Coreference. **Linguistic Analysis**, v. 2, p. 1-22, 1976.
- LASNIK, H. On the Necessity of Binding Conditions. In: –. *Essays on Anaphora*. Dordrecht: Kluwer, p. 149-167, 1989.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MODESTO, M. On the identification of null arguments. 2000. Tese (Doctor of Linguistics) – Department of Linguistics, University of Southern California, California, 2000.
- MODESTO, M. Finite control: Where movement goes wrong in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 10, n. 2, p. 3-30, 2011.
- NEGRÃO, E. Asymmetries in the distribution of overt and empty categories in Brazilian Portuguese. In: BLACK, J. R.; MOTAPANYASE, V. (eds.). *Clitics Pronouns and Movement*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. (Current Issues in Linguistic Theory 140).
- NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language, In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. (orgs.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madri, Iberoamericana, 2000.
- NUNES, J. The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program. 1995. Tese (Doctor of Linguistics) – Department of Linguistics, University of Maryland, College Park, 1995.
- NUNES, J. Linearization of Chains and Phonetic Realization of Chains Links. In: EPSTEIN, S.; HORNSTEIN, N. (orgs.). *Working Minimalism*. Cambridge: MIT Press, 1999. p. 217-249.
- NUNES, J. Sideward Movement. **Linguistic Inquiry**, v. 32, n. 2, p. 303-344, 2001.
- NUNES, J. (2004). *Linearization of Chains and Sideward Movement*. 1ª edição. Cambridge, MIT Press, 2004.
- NUNES, J. Inherent Case as a Licensing Condition for A-movement: The Case of Hyper-raising Constructions in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 7, n. 2, p. 83-108, 2008.

NUNES, J. Dummy prepositions and the licensing of null subjects in Brazilian Portuguese. In: ABOH, E; VAN DER LINDEN, E; QUER, J; SLEEMAN, P. (eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

NUNES, J. The Copy Theory. In: BOECKX, C. (org.). *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

NUNES, J. Subespecificação de traços-f e hiperalçamento em português brasileiro. In: FIGUEIREDO, C; ARAÚJO, E. (orgs.). *Diálogos com Ribeiro: Sobre gramática e história da língua portuguesa*. Bahia: Edufba, 2015.

NUNES, J. Especificação morfológica de pronomes, concordância verbal e sujeitos nulos em português brasileiro. Ms., Universidade de São Paulo, 2018c.

NUNES, J. Remarks on Finite Control and Hyper-Raising in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 18, n. 4, pp. 1–50, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/jpl.196>

OUSHIRO, L. Introdução à Estatística para Linguistas. Versão 1.0.1 (dez/2017). Disponível em <https://doi.org/10.5281/zenodo.822069>

PATEL-GROSZ, P. (Anti-)Locality at the interfaces. 2012. Tese (Doctor of Linguistics) - MIT, Department of Linguistics and Philosophy, Cambridge, MA, 2012.

PESETSKY, D. *Wh-in-Situ*: movement and unselective binding. In: REULAND, E; MEULEN, A. (eds.). *The representation of (in)definiteness*. Cambridge: MIT Press, 1987.

PICKERING, J. M; VAN GOMPEL, R. P. G. Syntactic parsing. In: GASKELL, G. (ed.). *Oxford Handbook of Psycholinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

POLLARD, C.; SAG, I. *Head-Driven Phrase Structure Grammar*. Chicago, University of Chicago Press, 1994.

POSTAL, P. "Pronominal epithets" and similar items, **Foundations of Language**, v. 9, n. 2, p. 246-248, 1972.

POTTS, C. & HARRIS, J. Perspective Shifting with Appositives and Expressives. **Linguistics and Philosophy**, v. 32, n. , p. 523-552, 2009.

REINHART, T; REULAND, E. Anaphors and logophors: An argument structure perspective. In: KOSTER, J; REULAND, E. (eds.). *Long-distance anaphora*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RODRIGUES, C. Deriving Brazilian Portuguese Referential Subjects from Movement. **Generals Paper**. University of Maryland, College Park. 2000.

RODRIGUES, C. Impoverished Morphology and A-movement out of Case Domains. 2004. Tese (Doctor of Linguistics) – Department of Linguistics, University of Maryland, College Park, 2004.

SELLS, P. Aspects of logophoricity. **Linguistic Inquiry**, v. 18, p. 445-479. 1987a.

SELLS, P. Backwards anaphora and discourse structure: Some considerations. **CSLI Publications: Reports**, v. 114, p. 1-27. 1987b.

SCHLENKER, P. Minimize Restrictors! (Notes on Definite Descriptions, Condition C and Epithets). *Proceedings of Sinn und Bedeutung*, v. 9, p. 385-416, 2005.

SIGURÐSSON, H. A. Argument-drop in Old icelandic. *Língua*, v. 89, n. 2-3, p. 247-280, 1993.

STEPHENSON, T. Towards a theory of subjective meaning. Tese (Doctor of Linguistics) - MIT, Department of Linguistics and Philosophy, Cambridge, MA, 2007.

TARALDSEN, K. On the nominative island condition, vacuous application, and the that-trace filter. Bloomington, Indiana Linguistics Club, 1980.

ANEXO 1

Estímulos do experimento

Familiarização:

O João viu o idiota chegar atrasado.
Quando a Rita voltou ao trabalho, a sem-vergonha foi logo conversar com o chefe.
Assim que o João entrou, o vigarista foi falar com a recepcionista.
O João disse pra Ana que a vigarista vai apresentar o seminário.
O João disse pra Rita que o idiota foi selecionado pra última fase do concurso.
A Rita elogiou um trabalho de duas estagiárias.
O João disse pra Ana que selecionou dois anúncios de duas filiais.
O Ivo disse que emprestou três canetas pra dois colegas.
O João vestiu um terno novo em dois dias.
A Rita conseguiu uma indicação de três clientes.
O João ‘tá dizendo que vai ser o primeiro a conhecer a nova filial e o Ivo também ‘tá.
A Rita ‘tá dizendo que vai comandar a reunião e o Ivo também ‘tá.
A Rita ‘tava pensando que ia bater a meta do mês, mas a Ana não ‘tava.
O Ivo não ‘tava achando que ia ganhar um aumento, mas o João ‘tava.
O João ‘tá achando que vai se candidatar pra chefia e o Ivo também ‘tá.

Teste

Sentenças com oração adjunta – Sujeito da matriz

A Rita promoveu o João depois da sem-vergonha ter apresentado o relatório.
O Ivo vai transferir a Ana antes do vigarista demitir mais pessoas.
O Ivo telefonou pra Ana depois que o idiota conversou com o chefe.
O João despediu a Rita depois que o idiota foi promovido.

Sentenças com oração adjunta – Objeto da matriz

A Ana vai entrevistar o Ivo antes do sem-vergonha entregar os relatórios.
O Ivo despediu a Ana depois da idiota ter falado com a ouvidoria.
A Ana passou a supervisionar o João depois que o vigarista foi escolhido prum novo cargo.
A Rita transferiu o Ivo depois que o idiota fez um novo treinamento.

Sentenças com *convencer* e oração infinitiva – Sujeito da matriz

O Ivo convenceu a Ana a espalhar que o idiota vai aparecer na TV.
A Rita convenceu o Ivo a alegar que a sem-vergonha sabotou o projeto.
A Ana convenceu o João a dizer que a vigarista mentiu na reunião.
A Rita convenceu o Ivo a anunciar que a idiota vai promover todo mundo.

Sentenças com *convencer* e oração infinitiva – Objeto da matriz

O Ivo convenceu a Rita a dizer que a sem-vergonha foi premiada.
A Rita convenceu o João a espalhar que o vigarista recebeu uma bronca.
A Ana convenceu o Ivo a alegar que o idiota foi transferido.
O Ivo convenceu a Rita a anunciar que a idiota vai mudar de seção.

Sentenças com convencer e oração finita – Sujeito da matriz

O Ivo convenceu a Rita que o vigarista achou um erro nas contas.

O Ivo convenceu a Ana que o idiota recusou a propina.

A Rita convenceu o João que a idiota terminou o trabalho dentro do prazo.

O Ivo convenceu a Rita que o sem-vergonha vai ser promovido.

Sentenças com convencer e oração finita – Objeto da matriz

A Ana convenceu o João que o vigarista vai receber um aumento.

O Ivo convenceu a Ana que a sem-vergonha fez um ótimo trabalho.

O João convenceu a Rita que a idiota estragou a negociação.

A Ana convenceu o Ivo que o idiota vai ser ouvido pelo conselho.

Distratoras

A Rita disse pro Ivo que cinco clientes pediram um novo contrato.

A Rita pediu para duas secretárias lerem dois currículos.

A Ana recrutou um funcionário para três projetos.

O João requisitou dois contratos para quatro empresas.

O Ivo encomendou três bolos para duas confraternizações.

A Ana disse que o Ivo conseguiu uma vaga para três candidatos.

O Ivo contou pra Rita que houve uma premiação para dois projetos.

O João pediu pra Rita um projetor para duas reuniões.

A Rita pediu pra Ana preparar duas avaliações para três funcionários.

O João disse que o Ivo ganhou uma gratificação de três clientes.

A Rita encomendou três impressoras para três setores da empresa.

O Ivo espalhou que o João encontrou um erro em dois programas.

A Rita conseguiu uma solução para três problemas do regimento da empresa.

A Rita pediu pra Ana revisar quatro relatórios de dois funcionários.

A Ana disse que o João contratou dois ex-funcionários de duas concorrentes.

A Ana solicitou três entregas para três clientes.

O Ivo marcou duas reuniões com quatro clientes.

O João leu uma ata de duas reuniões.

O Ivo não ‘tá achando que vai ser demitido, mas a Ana ‘tá.

O João ‘tava pensando que ia ganhar uma sala nova, mas a Rita não ‘tava.

O Ivo ‘tá achando que vai conseguir uma promoção, mas o João não ‘tá.

A Ana não vai dizer que precisa de ajuda, mas a Rita vai.

A Rita ‘tá achando que fez um bom relatório, mas o Ivo não ‘tá.

O Ivo não ‘tá pensando que vai ser líder do grupo, mas o João ‘tá.

O João não ‘tava achando que ia ser transferido, mas a Ana ‘tava.

O Ivo ‘tava pensando que ia chefiar a próxima etapa e a Rita também ‘tava.

A Rita ‘tava dizendo que ia ser a responsável pelos relatórios e a Ana também ‘tava.

O João ‘tá achando que vai ser o próximo a tirar férias e o Ivo também ‘tá.

O João ‘tá dizendo que vai ser o novo supervisor e o Ivo também ‘tá.

O João ‘tava pensando que ia ser o escolhido pelo cliente e a Rita também ‘tava.

O Ivo ‘tá achando que agradou o chefe, mas o João não ‘tá.

A Rita não ‘tava achando que ia folgar no feriado, mas o Ivo ‘tava.

A Ana ‘tava dizendo que tinha o melhor estagiário e a Rita também ‘tava.

O Ivo ‘tava dizendo repetidamente que precisava de um assistente, mas o João não ‘tava.

A Rita não ‘tava achando que ia ser transferida, mas a Ana ‘tava.

A João ‘tava dizendo que precisava de mais clientes, mas a Ana ‘tava.

Controle

O João leu quatro livros e a Rita, seis.

O Ivo perdeu três lápis e o João, cinco.

A Ana imprimiu dez relatórios e o Ivo, quinze.

A Rita participou de cinco reuniões e a Ana, de duas.

O João bebeu quatro cafés e a Ana, dois.

O Ivo tirou duas semanas de férias e a Rita, quatro.

A Ana contratou dez estagiários e o João, quatro.

A Rita terminou sete projetos e a Ana, três.

ANEXO 2

Formulário preenchido pelos participantes ao fim do experimento

SUJEITO ____

Ops!

Esquecemos de uma frase.

O Maluf convenceu o Diogo que o desgraçado era o melhor candidato.

Quem era o melhor candidato?

____o Maluf ____o Diogo ____outra pessoa

Por fim, você poderia responder o questionário abaixo? Todas as suas respostas são anônimas, assim como as respostas que você deu para o teste.

1) Qual a sua idade? _____

2) Onde você nasceu? _____

3) Há quanto tempo você mora em São Paulo? _____

4) De onde são seus pais? _____

5) Qual seu nível de escolarização?

___ até a 5º ano do E. Fundamental

___ E. Fundamental completo

___ E. Médio completo

___ Ensino Superior completo

___ Ensino Superior incompleto

6) Você fala outra língua além do português brasileiro?

___ Sim. Qual(is)? _____

___ Não.

7) Alguém na sua família tem problemas linguísticos? (Dislexia, por exemplo).

___ Sim. Quem? _____ Qual problema? _____

___ Não.

___ Não sei.

Muito obrigada pela sua participação!